



SEO SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL



Dezembro de 2025



SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

PERIODICIDADE: Mensal

DATA:

30 de janeiro de 2026 | Publicação elaborada com a informação disponível até à data.

© MINISTÉRIO DAS FINANÇAS / ENTIDADE ORÇAMENTAL

CONTRIBUTOS:

Administração Central do Sistema de Saúde | Autoridade Tributária e Aduaneira | Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E.P.E. | Caixa Geral de Aposentações | Entidade do Tesouro e Finanças | Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma dos Açores | Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma da Madeira | Direção-Geral das Autarquias Locais | Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.

Rua da Alfândega, N.º 5, 2.º | 1149-009 LISBOA

geral@eo.gov.pt | www.eo.gov.pt/execucaoorcamental

Índice global

I. SUMÁRIO.....	1
II. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	7
II.1. Saldo	8
II.2. Despesa	10
II.3. Receita	24
III. OUTROS ASPETOS RELEVANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	33
III.1. Serviço Nacional de Saúde	34
III.2. Operações com ativos financeiros	35
III.3. Dívida não financeira das Administrações Públicas	37
III.4. Operações com registo diferenciado em contas nacionais	39
IV. ANEXOS ESTATÍSTICOS	43
V. NOTAS COMPLEMENTARES	75
A. Perímetro das Administrações Públicas.....	76
B. Glossário	82
C. Siglas e Acrónimos	88

Índice de quadros e caixas

Quadro 1. Conta consolidada das Administrações Públicas	3	Quadro 12. Receita das Administrações Públicas	24
Quadro 2. Saldo global das Administrações Públicas	9	Quadro 13. Receita fiscal das Administrações Públicas	25
Quadro 3. Despesa com pessoal das Administrações Públicas	12	Quadro 14. Receita fiscal do subsetor Estado	26
Quadro 4. Despesa com aquisição de bens e serviços das Administrações Públicas	14	Quadro 15. Reembolsos relativos à receita fiscal do Estado	26
Quadro 5. Despesa com juros e outros encargos das Administrações Públicas	15	Quadro 16. Receita de transferências recebidas pelas Administrações Públicas	29
Quadro 6. Encargos da dívida direta do Estado por instrumento	16	Quadro 17. Restantes receitas	31
Quadro 7. Despesa com transferências correntes e de capital das Administrações Públicas	18	Quadro 18. Execução financeira do Serviço Nacional de Saúde	34
Caixa 1. Transferências para o orçamento da União Europeia – análise trimestral	19	Quadro 19. Despesa com ativos financeiros do Estado	35
Quadro 8. Pagamentos de Recursos Próprios Comunitários à Comissão Europeia	19	Quadro 20. Repartição da despesa com dotações de capital e empréstimos	36
Quadro 9. Principais transferências do Estado	20	Quadro 21. Principal receita de ativos financeiros do Estado	37
Quadro 10. Despesa com subsídios das Administrações Públicas	21	Quadro 22. Fatores explicativos com impacto na variação homóloga com efeito diferenciado em contas nacionais	40
Quadro 11. Despesa relativa a investimentos das Administrações Públicas	22		

Índice de gráficos

Gráfico 1. Saldo global das Administrações Públicas	1	Gráfico 5. Passivo não financeiro das Administrações Públicas — Stock em final de período	38
Gráfico 2. Evolução do saldo orçamental das Administrações Públicas de 2024 para 2025	8	Gráfico 6. Pagamentos em atraso das entidades públicas — Stock em final de período	38
Gráfico 3. Variação homóloga da despesa efetiva	10		
Gráfico 4. Variação homóloga da receita efetiva das Administrações Públicas	24		

Índice dos Anexos Estatísticos

Anexo I. Receita, despesa e saldo das Administrações Públicas	44	Anexo XV. Plano de Recuperação e Resiliência – Administração Central por Programa Orçamental	59
Anexo II. Conta consolidada das Administrações Públicas	45	Anexo XVI. Plano de Recuperação e Resiliência – Administração Central por Dimensão e Componente	60
Anexo III. Conta consolidada da Administração Central e Segurança Social	47	Anexo XVII. Despesa com ativos financeiros do Estado	61
Anexo IV. Conta Consolidada da Administração Central	48	Anexo XVIII. Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde	62
Anexo V. Execução orçamental do Estado	49	Anexo XIX. Dívida não financeira da Administração Pública	63
Anexo VI. Receita do Estado	50	Anexo XX. Indicadores físicos e financeiros do sistema de proteção social da função pública	64
Anexo VII. Execução orçamental dos serviços e fundos autónomos	51	Anexo XXI. Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Central e Segurança Social	66
Anexo VIII. Execução orçamental das entidades públicas reclassificadas	52	Anexo XXII. Estimativas de execução consideradas na conta da Administração Central	68
Anexo IX. Execução orçamental da Caixa Geral de Aposentações	53	Anexo XXIII. Utilização condicionada das dotações orçamentais do Orçamento do Estado para 2025	69
Anexo X. Execução orçamental da Segurança Social	54	Anexo XXIV. Despesa efetiva consolidada por Programa Orçamental ...	72
Anexo XI. Execução orçamental da Segurança Social por classificação económica	55	Anexo XXV. Fatores explicativos com efeito diferenciado em Contas Nacionais	73
Anexo XII. Execução orçamental da Administração Regional	56		
Anexo XIII. Execução Orçamental dos Municípios	57		
Anexo XIV. Plano de Recuperação e Resiliência – Conta Consolidada da Administração Central	58		

I. SUMÁRIO

O saldo global das Administrações Públicas (AP) registou, no ano de 2025, um excedente de 1297,7 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 885,5 milhões de euros face ao ano anterior, justificada por um incremento da receita (7,7%) superior ao da despesa (7%). Face ao previsto para 2025 no OE2026 (que recorde-se era de -782 milhões de euros) este valor traduz-se numa melhoria de 2080 milhões de euros.

O saldo primário fixou-se em 8114,8 milhões de euros, mais 731,5 milhões de euros do que em 2024.

O crescimento de 7,7% da receita das AP decorreu, fundamentalmente, da evolução da receita fiscal (7,1%), complementada pelas receitas contributiva (8,3%) e não fiscal e não contributiva (8,7%).

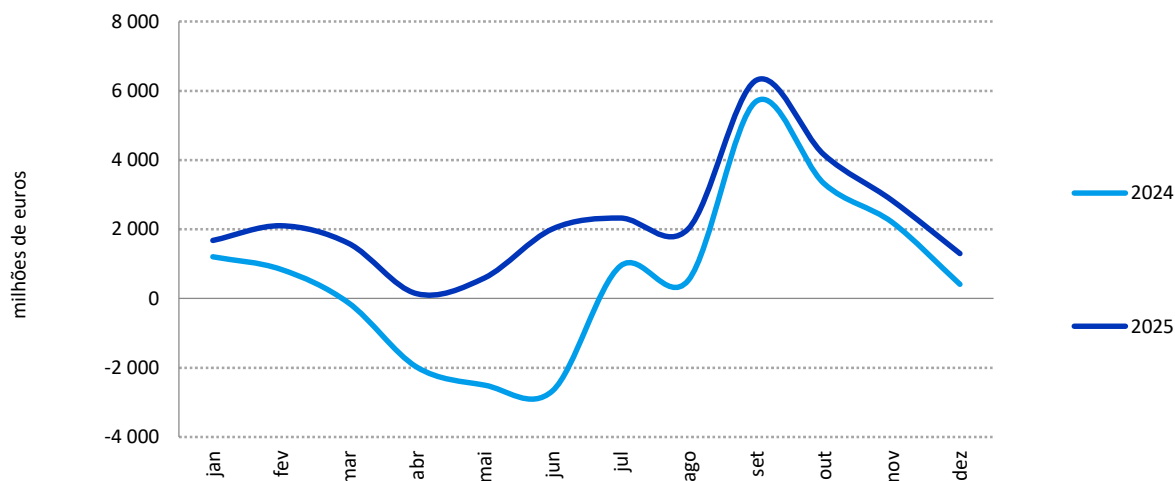
O crescimento da despesa primária em 7,5% resultou, principalmente, dos aumentos nas transferências (5,1%), despesas com pessoal (8,2%) e investimentos (22,3%).

Saldos global e primário das Administrações Públicas aumentam em 885,5 e 731,5 milhões de euros, respetivamente.

Evolução resulta da variação ocorrida na receita (7,7%) ser superior à da despesa (7%).

Despesa e despesa primária crescem 7% e 7,5%, respetivamente.

Gráfico 1. Saldo global das Administrações Públicas



Fontes: Entidade Orçamental; Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.; e Entidade Orçamental, com base nos dados da Administração Regional — Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma dos Açores e Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma da Madeira — e da Administração Local — SIAL/SISAL.

O crescimento da **receita fiscal** (7,1%) reflete a execução do IVA (9,8%) e do IRS (9,3%) e, com menor impacto, do IMT (25%) e do ISP (8,6%), atenuado pela quebra do IRC (-2,3%). Para a variação da receita de contribuições para sistemas de proteção social (8,3%), o contributo mais significativo foi o da Segurança Social (8,9%).

A **receita não fiscal e não contributiva** cresceu 8,7% devido, maioritariamente, aos acréscimos nas transferências (20,6%) e nas taxas, multas e outras penalidades (10,2%).

Na **despesa**, o crescimento derivou da evolução das **transferências** (5,1%), das **despesas com pessoal** (8,2%) e dos **investimentos** (22,3%).

Relativamente às **transferências** (5,1%), evidenciam-se os encargos com pensões e outros complementos do regime geral da Segurança Social e do regime de proteção social convergente da Caixa Geral de Aposentações, refletindo a atualização regular e a extraordinária das pensões. Releva também o acréscimo da contribuição financeira para o Orçamento da União Europeia bem como as restantes prestações sociais da Segurança Social, em particular, as destinadas às Instituições sem fins lucrativos, as prestações de parentalidade e o complemento solidário para idosos.

Quanto às **despesas com pessoal** (8,2%), a variação está associada, essencialmente, à atualização do valor das remunerações dos trabalhadores em funções públicas, à medida relativa à aceleração das carreiras e às valorizações ocorridas em carreiras específicas, destacando-se, neste âmbito, as do setor da saúde, a do pessoal docente e as das forças de segurança, relevando ainda a atualização da remuneração mínima mensal garantida.

No que respeita ao **investimento** (22,3%) realce para o subsetor da Administração Local, com investimentos na área da habitação e outras construções, assim como para os investimentos do setor da Defesa, ao abrigo da Lei de Programação Militar, em particular a modernização das viaturas blindadas Pandur, no âmbito do projeto “Plataformas de Combate Médias”, a aquisição de novos navios de patrulha oceânica, a aquisição de aeronaves Super Tucano e KC-360 e a modernização de fragatas.

Quadro 1. Conta consolidada das Administrações Públicas

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada		Contributo para a VHA (em pp)	Variação implícita no OE 2025 (em %)	Da qual Administração Central e Segurança Social			
	2024	2025	Absoluta	Relativa (%)			Execução acumulada		Variação homóloga acumulada	
	2024	2025	Absoluta	Relativa (%)			2024	2025	Absoluta	Relativa (%)
Receita corrente	117 248,4	126 074,2	8 825,8	7,5	7,3	6,9	108 451,3	116 344,6	7 893,3	7,3
Receita fiscal	67 883,0	72 697,2	4 814,2	7,1	4,0	4,1	61 610,7	65 806,1	4 195,4	6,8
Impostos diretos	32 544,3	34 306,0	1 761,7	5,4	1,5	1,0	27 679,9	28 835,3	1 155,4	4,2
Impostos indiretos	35 338,7	38 391,1	3 052,5	8,6	2,5	7,0	33 930,8	36 970,8	3 040,0	9,0
Contribuições de Segurança Social	32 178,4	34 837,4	2 659,1	8,3	2,2	5,4	32 178,4	34 837,4	2 659,1	8,3
Transferências correntes	2 995,8	3 782,6	786,9	26,3	0,7	103,2	2 909,6	3 684,6	774,9	26,6
Outras receitas correntes	13 988,7	14 737,6	748,9	5,4	0,6	3,6	11 525,7	11 997,1	471,4	4,1
Diferenças de consolidação	202,6	19,4	-183,3				226,9	19,4	-207,5	
Receita de capital	3 656,8	4 108,3	451,5	12,3	0,4	100,1	2 474,7	2 604,6	129,9	5,2
Venda de bens de investimento	192,1	159,5	-32,5	-16,9	0,0	410,3	91,2	73,3	-17,9	-19,6
Transferências de capital	3 266,3	3 767,0	500,7	15,3	0,4	89,5	2 218,6	2 363,5	144,9	6,5
Outras receitas de capital	198,5	153,8	-44,7	-22,5	0,0	-79,3	164,7	133,9	-30,8	-18,7
Diferenças de consolidação	0,0	27,9	27,9				0,3	34,0	33,7	
Receita efetiva	120 905,2	130 182,5	9 277,2	7,7		9,7	110 926,0	118 949,2	8 023,2	7,2
Despesa corrente	110 247,9	116 959,0	6 711,1	6,1	5,6	7,0	103 529,1	109 849,9	6 320,8	6,1
Despesas com pessoal	28 247,9	30 576,1	2 328,3	8,2	1,9	5,3	22 278,4	24 138,0	1 859,6	8,3
Remunerações certas e permanentes	20 346,3	22 033,0	1 686,7	8,3	1,4	7,0	15 827,6	17 166,5	1 338,8	8,5
Abonos variáveis e eventuais	2 021,1	2 201,4	180,4	8,9	0,1	1,4	1 689,3	1 821,7	132,4	7,8
Segurança Social	5 880,5	6 341,7	461,2	7,8	0,4	0,5	4 761,4	5 149,9	388,5	8,2
Aquisição de bens e serviços	18 688,2	19 834,9	1 146,6	6,1	1,0	9,9	14 122,1	14 951,5	829,5	5,9
Juros e outros encargos	6 971,1	6 817,0	-154,0	-2,2	-0,1	2,9	6 690,5	6 557,3	-133,2	-2,0
Transferências correntes	53 299,9	55 881,1	2 581,2	4,8	2,1	4,0	58 321,8	61 496,3	3 174,4	5,4
Subsídios	2 053,3	2 568,0	514,7	25,1	0,4	28,4	1 364,0	1 810,6	446,6	32,7
Outras despesas correntes	921,1	791,0	-130,0	-14,1	-0,1	184,6	724,4	597,6	-126,8	-17,5
Diferenças de consolidação	66,5	490,9	424,4				27,9	298,5	270,6	
Despesa de capital	10 245,1	11 925,7	1 680,7	16,4	1,4	59,6	7 997,8	9 151,7	1 154,0	14,4
Investimentos	7 786,1	9 522,9	1 736,8	22,3	1,4	63,5	4 641,0	5 505,9	864,9	18,6
Transferências de capital	1 879,6	2 086,3	206,7	11,0	0,2	79,4	2 816,9	3 354,3	537,3	19,1
Outras despesas de capital	342,1	130,9	-211,2	-61,7	-0,2	-25,2	315,0	106,0	-209,0	-66,3
Diferenças de consolidação	237,3	185,6	-51,7				224,9	185,6	-39,3	
Despesa efetiva	120 493,0	128 884,7	8 391,7	7,0		11,5	111 526,9	119 001,7	7 474,8	6,7
Saldo global	412,2	1 297,7	885,5				-600,9	-52,5	548,4	
Despesa primária	113 521,9	122 067,7	8 545,8	7,5	7,1	12,0	104 836,4	112 444,4	7 607,9	
Saldo corrente	7 000,5	9 115,2	2 114,7				4 922,2	6 494,6	1 572,5	
Saldo de capital	-6 588,2	-7 817,4	-1 229,2				-5 523,1	-6 547,1	-1 024,0	
Saldo primário	7 383,3	8 114,8	731,5				6 089,6	6 504,8	415,2	

Notas:

A variação implícita no OE 2025 resulta da comparação do OE 2025 aprovado com a execução de 2024.

Fonte: Entidade Orçamental.

A Entidade Orçamental explica...

Os indicadores de análise que se encontram presentes na Síntese de Execução Orçamental e nos seus anexos, designadamente: a variação homóloga; o contributo para a variação homóloga; a variação implícita ao Orçamento do Estado; e, o Grau de Execução.

Assim,

- A **variação homóloga** (VH) é o indicador que compara o nível de uma variável (como a execução orçamental da receita ou da despesa) do ano em curso com a do mesmo período do ano anterior, permitindo perceber os novos fatores que determinaram o sentido da sua evolução. Pode expressar-se em:
 - Valor absoluto, ou seja, em montantes;
 - Porcentagem, podendo também designar-se por “Variação homóloga relativa” ou “Taxa de variação homóloga”.

€ Milhões

Execução acumulada		Variação Homóloga	
Ano n-1	Ano n	Absoluta	Relativa (%)
(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)=[(2)-(1)]/(1)*100
1 500,0	1 700,0	200,0	13,3

- O **contributo para a variação homóloga** apresenta o contributo de cada parcela de um determinado agregado (de despesa ou de receita) para a variação homóloga desse agregado, expressando-se em pontos percentuais (p.p.) Desta forma, fica a conhecer-se qual das parcelas tem maior peso na variação homóloga do agregado em causa.

€ Milhões

Agregado	Execução Acumulada		Variação Homóloga		Contributo VH (pp)
	Ano n-1	Ano n	Absoluta	Relativa (%)	
	(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)=[(2)-(1)]/(1)*100	(5)=[(2)-(1)]/Despesa total ano n-1*100
Despesa total	1 500,0	1 700,0	200,0	13,3	13,3
Despesa A	850,0	950,0	100,0	11,8	6,7
Despesa B	400,0	380,0	-20,0	-5,0	-1,3
Despesa C	250,0	370,0	120,0	48,0	8,0

- A **variação implícita ao Orçamento do Estado** (OE) representa a taxa de variação definida como objetivo para o ano em análise e permite aferir se a execução real se aproxima ou afasta da variação esperada ou pretendida.

€ Milhões

Agregado	CGE	Orçamento Inicial	Variação implícita ao OE ano n (em %)
	Ano n-1	Ano n	
	(1)	(2)	(3)=[(2)-(1)]/(1)*100
Despesa total	122 755,6	128 283,7	4,5
Despesa A	61 377,8	64 141,8	4,5
Despesa B	27 679,9	27 974,8	1,1
Despesa C	33 697,9	36 167,1	7,3

- O **grau de execução** resulta da relação entre o valor executado no período em análise e o correspondente valor de previsão ou de dotação, permitindo avaliar se a execução orçamental se encontra a decorrer dentro dos parâmetros considerados normais ou se se afasta do esperado.

€ Milhões

Agregado	Orçamento Inicial	Execução Acumulada	Grau de Execução (%)
	Ano n	Ano n	Ano n
	(1)	(2)	(3)=(2)/(1)*100
Despesa total	7 000,0	1 700,0	24,3
Despesa A	3 900,0	950,0	24,4
Despesa B	2 000,0	380,0	19,0
Despesa C	1 100,0	370,0	33,6

II. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

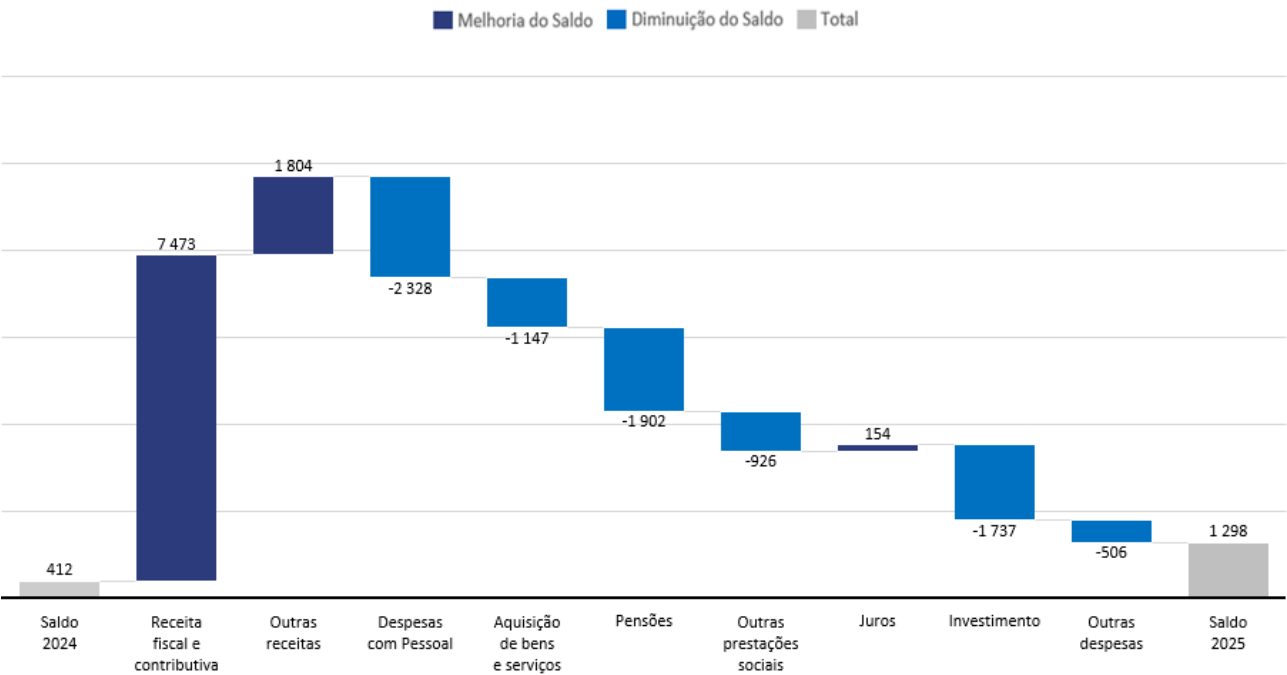


II. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

II.1. Saldo

O saldo das Administrações Públicas evidenciou um aumento de 885,5 milhões de euros, devido ao acréscimo dos saldos dos subsetores da Segurança Social (1196 milhões de euros) e da Administração Local (442,4 milhões de euros). No sentido oposto, realce para os saldos dos subsetores da Administração Central, que diminuiu 647,6 milhões de euros, bem como, em menor nível, da Administração Regional, com uma redução de 105,3 milhões de euros.

Gráfico 2. Evolução do saldo orçamental das Administrações Públicas de 2024 para 2025
Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)



Fontes: Entidade Orçamental; Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.; e Entidade Orçamental, com base nos dados da Administração Regional — Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma dos Açores e Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma da Madeira — e da Administração Local — SIIAL/SISAL.

Quadro 2. Saldo global das Administrações Públicas

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

Subsetor e principais destaques	Saldo		Receita		Despesa		Variação homóloga acumulada (%)	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	Receita	Despesa
Administração Central e Segurança Social	-600,9	-52,5	110 926,0	118 949,2	111 526,9	119 001,7	7,2	6,7
Administração Central	-6 137,2	-6 784,8	83 137,2	87 958,4	89 274,4	94 743,1	5,8	6,1
da qual:								
Subsetor Estado / Serviços Integrados	-5 655,9	-7 501,6	66 361,4	70 331,8	72 017,3	77 833,4	6,0	8,1
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	313,0	-436,3	1 135,1	769,2	822,2	1 205,5	-32,2	46,6
Instituições do Ensino Superior	226,7	12,2	2 938,8	2 982,3	2 712,2	2 970,1	1,5	9,5
Serviço Nacional de Saúde	-1 126,7	-945,0	27 851,4	30 260,1	28 978,2	31 205,1	8,6	7,7
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	-79,1	102,8	390,5	335,0	469,5	232,1	-14,2	-50,6
Instituto da Habitação e da Reabilitação Profissional, I.P.	-46,4	393,2	705,1	1 377,5	751,5	984,3	95,4	31,0
Infraestruturas de Portugal, S.A.	-950,3	-391,7	1 807,5	2 175,6	2 757,8	2 567,3	20,4	-6,9
Segurança Social	5 536,3	6 732,3	42 192,1	46 119,4	36 655,8	39 387,1	9,3	7,5
Administração Regional	13,5	-91,8	3 476,4	3 693,3	3 462,9	3 785,1	6,2	9,3
Administração Local	999,7	1 442,0	14 338,6	16 467,7	13 338,9	15 025,7	14,8	12,6
Administrações Públicas	412,2	1 297,7	120 905,2	130 182,5	120 493,0	128 884,7	7,7	7,0

Nota: Valores na ótica de caixa (contabilidade pública) não consolidados de fluxos intersetoriais; divergências relativamente aos valores publicados em 2024 devem-se a atualizações de valores.

Fonte: Entidade Orçamental.

Os saldos global e primário da **Administração Central e Segurança Social** subjacentes à execução orçamental de 2025 cifraram-se em -52,5 milhões de euros e 6504,8 milhões de euros, respetivamente, resultado dos acréscimos de 548,4 milhões de euros e 415,2 milhões de euros, face a 2024.

A evolução do saldo global face ao ano anterior resultou do facto do crescimento da receita (7,2%) ter excedido o da despesa (6,7%).

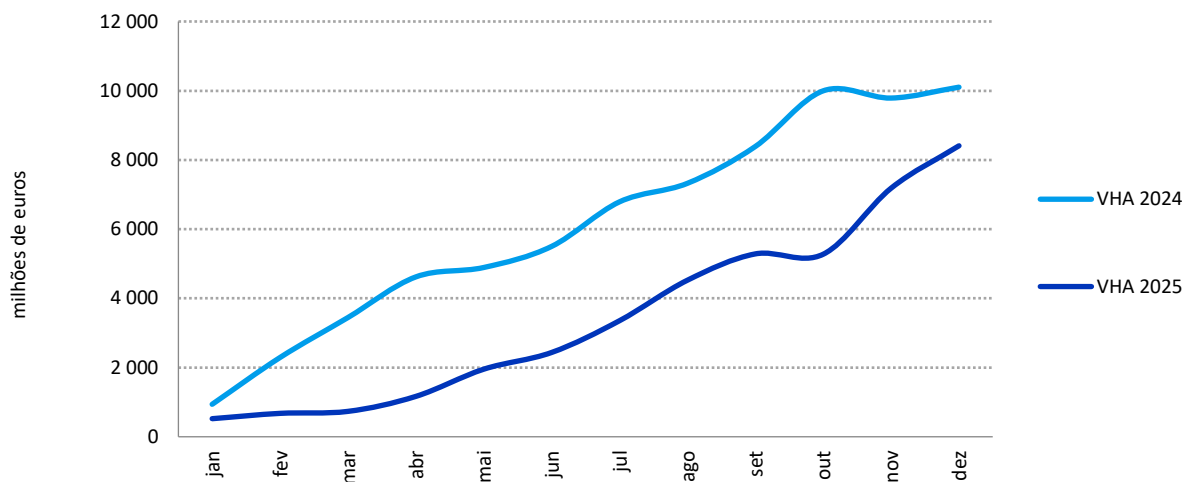
O saldo global das **Administrações Regional e Local (ARL)** fixou-se em 1350,2 milhões de euros, mais 337,1 milhões de euros do que em 2024. Na Administração Regional, o saldo situou-se em -91,8 milhões de euros (-198,5 milhões de euros na RAA e 106,7 milhões de euros na RAM), registando uma diminuição de 105,3 milhões de euros quando comparado o ano transato. A Administração Local apresentou um saldo de 1442 milhões de euros, o que traduz um crescimento homólogo de 442,4 milhões de euros.



II.2. Despesa

A **despesa consolidada das Administrações Públicas** aumentou 7% face ao período homólogo, tendo a despesa primária registado um acréscimo de 7,7%.

Gráfico 3. Variação homóloga da despesa efetiva



Fonte: Entidade Orçamental.

II.2.1. Despesas com pessoal

As despesas com pessoal evidenciaram um crescimento de 8,2%, resultante, sobretudo, do efeito transversal das atualizações salariais para 2025 dos trabalhadores das Administrações Públicas, sendo de realçar a atualização das remunerações¹, a valorização de carreiras específicas, a atualização da remuneração mínima mensal garantida² e a aplicação do regime especial de aceleração do desenvolvimento das carreiras³.

Em termos setoriais, releva a variação registada no Serviço Nacional de Saúde, associada ao novo regime da carreira de enfermagem⁴, à revisão da carreira dos farmacêuticos⁵, às alterações na estrutura remuneratória⁶ dos trabalhadores médicos, à atribuição de suplementos associados ao novo modelo de organização das Unidades de Saúde Familiar⁷, iniciado em 2024, bem como a atribuição de suplementos associados ao desempenho dos serviços de urgência⁸.

Importa ainda salientar a evolução da despesa no setor da Educação, influenciada pelas progressões ao abrigo do estatuto da carreira docente⁹, pelo processo faseado de recuperação do tempo de serviço¹⁰ e do aumento do pessoal nos quadros¹¹. De referir, também, no setor da Segurança Interna, a atualização do montante da componente fixa do suplemento por serviço e risco nas forças de segurança¹², e, no setor da Defesa, as atualizações dos suplementos de condição militar, residência e serviço aéreo, assim como a criação de suplementos associados à deteção e inativação de engenhos¹³.

¹ Aprovada pelo Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro, que altera a base remuneratória e atualiza os valores das remunerações e ajudas de custo da Administração Pública.

² Decreto-Lei n.º 112/2024, de 19 de dezembro, que procede à atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG) a partir de 1 de janeiro de 2025.

³ Decreto-Lei n.º 75/2023, de 29 de agosto, que estabelece um regime especial de aceleração do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores com vínculo de emprego público.

⁴ Decreto-Lei n.º 111/2024, de 19 de dezembro, que altera o regime da carreira especial de enfermagem e o regime da carreira de enfermagem nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde, alterando as tabelas remuneratórias, com efeitos a novembro de 2024.

⁵ Decreto-Lei n.º 45/2025, de 27 de março, que procede à alteração do regime da carreira especial farmacêutica, bem como o regime da carreira farmacêutica.

⁶ Decreto-Lei n.º 46/2025, de 27 de março, o qual altera as diferentes estruturas remuneratórias aplicáveis aos trabalhadores médicos em regime da dedicação plena, aos trabalhadores médicos integrados na carreira especial médica e aos médicos internos.

⁷ Decreto-Lei n.º 103/2023 de 7 de novembro, que aprova o regime jurídico de dedicação plena no Serviço Nacional de Saúde e da organização e do funcionamento das unidades de saúde familiar (USF), regulamentando o alargamento do regime remuneratório e de incentivos, anteriormente previsto para as USF modelo B, a todos os profissionais que integram as novas USF, em articulação com a Portaria n.º 454-A/2023, de 28 de dezembro, que regula o procedimento de candidatura aplicável à constituição das USF modelo B, os processos de monitorização e de acompanhamento e ainda os mecanismos de transição para as USF modelo B; e com a Portaria n.º 28/2024, de 30 de janeiro, que regula o índice de desempenho da equipa e a atribuição dos incentivos institucionais aos centros de responsabilidade integrados com equipas dedicadas ao serviço de urgência, a Portaria n.º 73/2024, de 29 de fevereiro, que regula o índice de desempenho da equipa e a atribuição de incentivos institucionais aos centros de responsabilidade integrados de saúde mental e a Portaria n.º 103/2024/1, de 14 de março, que regula o índice de desempenho da equipa e a atribuição de incentivos institucionais aos centros de responsabilidade integrados de gastroenterologia. No ano de 2024, o impacto destas medidas teve particular incidência a partir do mês de abril.

⁸ Relativo aos suplementos enquadrados no Decreto-Lei n.º 45-A/2024, de 12 de julho, o qual estabelece um sistema de recompensa do desempenho dos trabalhadores médicos, através de um suplemento remuneratório, necessário a assegurar os serviços de urgência, quando excedidos os limites legais anuais de trabalho suplementar.

⁹ Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, que aprova o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, na sua redação atual.

¹⁰ Decreto-Lei n.º 48-B/2024, de 25 de julho, que estabelece um regime especial de recuperação do tempo de serviço dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, com início a 1 de setembro de 2024.

¹¹ Na sequência de concursos para educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário, destinados a suprir necessidades permanentes.

¹² Decreto-Lei n.º 50-A/2024, de 23 de agosto, que procede à revisão dos montantes da componente fixa do suplemento por serviço e risco nas forças de segurança auferido pelos militares da Guarda Nacional Republicana e pelo pessoal policial da Polícia de Segurança Pública, cujo valor unitário foi fixado em 300 euros, com efeitos a 1 de julho de 2024. A partir de 1 de janeiro do corrente ano, esse valor unitário passou a ser de 350 euros.

¹³ Decreto-Lei n.º 62/2024, de 30 de setembro, que procede à revisão dos suplementos da condição militar, residência e serviço aéreo e cria os suplementos de deteção e inativação de engenhos. A valorização do suplemento da condição militar ocorrida no ano de 2024, que estabeleceu o valor unitário deste suplemento em 300 euros, produziu efeitos a 1 de julho. A partir de 1 de janeiro do corrente ano, esse valor unitário passou a ser de 350 euros.

Quadro 3. Despesa com pessoal das Administrações Públicas
Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

Subsetor e principais destaques	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada				Contributo VHA dez (em pp)
			Absoluta		(%)		
	2024	2025	nov	dez	nov	dez	
Administração Central	21 935,0	23 785,3	1 685,0	1 850,4	8,4	8,4	6,6
Saúde	6 603,6	7 349,3	698,9	745,7	11,8	11,3	2,6
Educação	5 712,6	6 104,2	343,6	391,5	6,5	6,9	1,4
Segurança Interna	2 105,8	2 309,8	203,5	204,0	10,5	9,7	0,7
Defesa	1 260,8	1 430,4	132,7	169,6	11,4	13,5	0,6
Ensino Superior, Ciência e Inovação	1 867,7	1 941,0	71,0	73,4	4,2	3,9	0,3
Outros	4 384,5	4 650,6	235,3	266,1	5,9	6,1	0,9
Segurança Social	343,4	352,7	8,3	9,3	2,7	2,7	0,0
Administração Regional	1 533,7	1 655,4	113,5	121,8	8,2	7,9	0,4
Administração Local	4 435,8	4 782,7	304,1	346,8	7,6	7,8	1,2
Administrações Públicas	28 247,9	30 576,1	2 110,9	2 328,3	8,2	8,2	

Fontes: Entidade Orçamental; Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.; e Entidade Orçamental, com base nos dados da Administração Regional — Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma dos Açores e Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma da Madeira — e da Administração Local — SIIAL/SISAL.

II.2.2. Aquisição de bens e serviços

A despesa com a aquisição de bens e serviços correntes aumentou 6,1%, influenciada pelo efeito do pagamento de dívidas vencidas, por parte do Serviço Nacional de Saúde¹⁴, e pelo efeito referente ao pagamento do princípio da onerosidade de anos anteriores e do próximo ano¹⁵, a cargo da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional.

Expurgando estes dois efeitos, o aumento verificado foi de 4,8%, em grande medida explicado pela evolução da despesa com as aquisições de produtos vendidos nas farmácias, com meios complementares de terapêutica e de diagnóstico e outros serviços de saúde, realizada pelas entidades do Serviço Nacional de Saúde, bem como no subsetor da Administração Local.

Concorreram ainda, para o referido crescimento, embora com menor relevo, a aquisição de bens e serviços pelas Forças Armadas¹⁶, enquadradas pela Lei de Programação Militar¹⁷, bem como a despesa no âmbito das participações aos beneficiários do subsistema de saúde do Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P. (ADSE).

¹⁴ Pagamentos de dívidas vencidas das entidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS), decorrente do reforço de capital realizado pelo Estado, que, até dezembro de 2025, totalizaram 1.236,7 milhões de euros, enquanto, em igual período do ano passado, totalizaram 949,2 milhões de euros.

¹⁵ Pagamento do princípio de onerosidade dos imóveis afetos às atividades operacionais, relativo a anos anteriores e anos futuros: o pagamento até dezembro de 2024 totalizou 179,1 milhões de euros respeitantes integralmente ao ano de 2023, e, até dezembro de 2025 cifrou-se em 187,8 milhões de euros, dos quais 8,5 milhões de euros referentes a 2024, e 179,3 milhões de euros relativos a 2026.

¹⁶ Ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2025, que autoriza a realização da despesa para cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português no âmbito do apoio à Ucrânia, até ao final de 2025.

¹⁷ Lei Orgânica n.º 1/2023, de 17 de agosto.

Quadro 4. Despesa com aquisição de bens e serviços das Administrações Públicas
Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

Subsetor e principais destaques	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada				Contributo VHA dez (em pp)
			Absoluta		(%)		
	2024	2025	nov	dez	nov	dez	
Administração Central	14 008,8	14 849,9	889,3	841,1	8,1	6,0	4,5
Saúde	8 520,1	9 036,3	807,1	516,2	12,4	6,1	2,8
Serviço Nacional de Saúde	8 185,4	8 733,1	839,4	547,7	13,5	6,7	2,9
Defesa	908,9	1 005,7	-55,2	96,8	-9,6	10,6	0,5
Força Aérea	194,8	249,2	-7,4	54,3	-4,9	27,9	0,3
Marinha	90,5	104,9	1,1	14,4	1,9	15,9	0,1
Exército	82,5	92,2	15,6	9,6	31,1	11,7	0,1
Finanças	958,9	1 031,5	54,9	72,6	6,5	7,6	0,4
Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P.	682,2	744,0	44,7	61,8	7,2	9,1	0,3
Justiça	421,0	478,9	36,7	57,9	10,5	13,7	0,3
Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	206,0	235,3	17,7	29,3	9,6	14,2	0,2
Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais	79,3	93,7	10,3	14,4	16,2	18,1	0,1
Ambiente e Energia	63,2	97,5	27,0	34,3	53,7	54,2	0,2
Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.	10,2	37,6	20,1	27,4	337,5	267,5	0,1
Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E.	34,3	40,1	7,7	5,8	25,8	16,9	0,0
Agricultura e Mar	144,3	162,9	23,4	18,6	22,2	12,9	0,1
Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.	11,8	40,3	17,9	28,6	192,2	243,0	0,2
Infraestruturas e Habitação	872,2	886,8	-2,4	14,5	-0,3	1,7	0,1
Metro do Porto, S.A.	64,0	81,4	18,3	17,4	33,5	27,2	0,1
Coesão Territorial	36,7	49,8	11,6	13,2	44,1	35,9	0,1
Direção-Geral do Território	6,0	11,7	4,4	5,7	86,8	95,9	0,0
Outros	2 083,4	2 100,6	-13,9	17,1	-0,8	0,8	0,1
Segurança Social	113,3	101,7	-13,1	-11,6	-13,5	-10,2	-0,1
Administração Regional	834,0	867,9	30,6	33,9	4,1	4,1	0,2
Administração Local	3 732,2	4 015,4	300,9	283,2	9,5	7,6	1,5
Administrações Públicas	18 688,2	19 834,9	1 207,8	1 146,6	8,1	6,1	

Nota: Valores consolidados no âmbito do Programa Saúde.
Fontes: Entidade Orçamental; Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.; e Entidade Orçamental, com base nos dados da Administração Regional — Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma dos Açores e Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma da Madeira — e da Administração Local — SIAL/SISAL.

II.2.3. Juros e outros encargos

A diminuição da despesa com juros e outros encargos nas Administrações Públicas em 2,2%, decorre essencialmente da redução dos juros suportados pelas entidades públicas reclassificadas, nomeadamente pela Infraestruturas de Portugal, S.A.¹⁸, pela Metropolitano de Lisboa, E.P.E.¹⁹ e pela CP – Comboios de Portugal, E.P.E.²⁰, bem como do comportamento dos juros e outros encargos da dívida pública direta do Estado.

Quadro 5. Despesa com juros e outros encargos das Administrações Públicas

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

Subsetor e principais destaques	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada				Contributo VHA dez (em pp)
			Absoluta		(%)		
	2024	2025	nov	dez	nov	dez	
Administração Central	6 680,6	6 549,4	-246,7	-131,1	-3,9	-2,0	-1,9
Juros e outros encargos da dívida pública	6 386,0	6 334,4	-160,3	-51,6	-2,6	-0,8	-0,7
Juros e encargos financeiros suportados pelas EPR da AC	212,3	141,6	-64,9	-70,7	-41,1	-33,3	-1,0
Infraestruturas e Habitação	177,6	112,4	-64,8	-65,1	-50,2	-36,7	-0,9
Infraestruturas de Portugal, S.A.	75,6	46,1	-28,4	-29,5	-38,8	-39,1	-0,4
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	59,6	45,5	-14,1	-14,1	-98,6	-23,6	-0,2
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	18,2	6,3	-12,0	-12,0	-66,1	-65,7	-0,2
Outros juros e encargos financeiros suportados pelas EPR da Administração Central	34,7	29,2	0,0	-5,5	-0,2	-16,0	-0,1
Outros juros e encargos financeiros da Administração Central	82,3	73,5	-21,6	-8,8	-27,3	-10,7	-0,1
Segurança Social	7,9	7,7	0,3	-0,1	4,0	-1,3	0,0
Administração Regional	190,1	178,9	-12,1	-11,2	-7,0	-5,9	-0,2
Administração Local	92,6	81,0	-8,1	-11,6	-10,1	-12,5	-0,2
Administrações Públicas	6 971,1	6 817,0	-266,6	-154,0	-4,0	-2,2	

Nota: Valores consolidados no âmbito das Administrações Públicas.

Fontes: Entidade Orçamental; Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.; e Entidade Orçamental, com base nos dados da Administração Regional — Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma dos Açores e Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma da Madeira — e da Administração Local — SIAL/SISAL.

A despesa com **juros e encargos líquidos da dívida direta do Estado**²¹ apresentou uma redução de 2%, determinada maioritariamente pela quebra dos juros relativos aos outros instrumentos da dívida, em particular na sequência da amortização de títulos de dívida em dólares norte americanos em outubro de 2024, com pagamento semestral de juros, ocorridos em abril e outubro do ano transato.

Verificou-se, ainda, uma diminuição nos juros associados aos Certificados de Aforro e do Tesouro, em resultado da descida dos indexantes das taxas de remuneração relativos aos Certificados de Aforro e da redução do *stock* vivo, no caso dos Certificados do Tesouro.

Em sentido oposto, salienta-se o aumento dos juros associados aos Bilhetes do Tesouro (BT), decorrente de condições de mercado menos favoráveis a que foram realizadas as emissões²², do pagamento de juros

¹⁸ O decréscimo verificado deve-se à amortização integral, em outubro de 2024, do *Eurobond* 09/24, no montante de 500 milhões de euros, pelo que deixaram de existir juros a suportar, em 2025, relativamente a este empréstimo.

¹⁹ O decréscimo verificado está relacionado com o término do empréstimo do banco ABN no mercado *Schuldschein* que atingiu a sua maturidade a 22 de julho de 2024.

²⁰ O decréscimo verificado decorre do facto de, em 2024, a CP ter procedido ao pagamento de prémios de recompra do seu empréstimo obrigacionista, no âmbito da amortização parcial da dívida.

²¹ Conforme disposto no «Quadro 6. Encargos da dívida direta do Estado por instrumento».

²² As emissões realizadas durante o ano de 2024, que pagaram juros em 2025, foram realizadas a taxas de juro mais elevadas do que no período homólogo.

associados às linhas BT 16 de Maio 2025 e BT 21 de novembro, que amortizaram nesses meses, e do acréscimo do stock das várias linhas.

Quadro 6. Encargos da dívida direta do Estado por instrumento

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada				Contributo VHA dez (em pp)
			Absoluta		(%)		
	2024	2025	nov	dez	nov	dez	
Juros da dívida pública	6 916,5	6 806,3	-131,1	-110,1	-2,0	-1,6	-1,6
Certificados de Aforro e do Tesouro	1 566,7	1 504,8	-55,2	-61,9	-3,8	-4,0	-0,9
CEDIC / CEDIM	329,2	261,8	-3,6	-67,4	-1,4	-20,5	-1,0
Empréstimos PAEF	689,4	745,7	-13,0	56,3	-2,2	8,2	0,8
Bilhetes do Tesouro	174,9	268,0	92,1	93,1	52,6	53,2	1,3
Obrigações do Tesouro	3 787,4	3 772,5	-36,3	-15,0	-1,0	-0,4	-0,2
Outros	368,8	253,6	-115,1	-115,3	-32,1	-31,3	-1,7
Comissões	46,9	89,3	29,6	42,4	50,7	90,6	0,6
Empréstimos PAEF	-0,3	-0,7	-0,4	-0,4	142,9	142,9	0,0
Outros	47,2	90,1	30,0	42,9	51,2	90,9	0,6
Juros e outros encargos pagos	6 963,4	6 895,7	-101,6	-67,7	-1,5	-1,0	
Tvh (%)					-22,3	10,9	
Por memória:							
Juros recebidos de aplicações	-165,3	-234,4	-62,4	-69,0	39,8	41,8	
Juros e outros encargos líquidos	6 798,0	6 661,3	-164,0	-136,7	-2,5	-2,0	
Tvh (%)					-29,1	9,1	
Stock dívida direta do Estado	305 709,6	315 603,3	17 826,7	9 893,8			

Notas:

Os valores apresentados no quadro não são expurgados de pagamentos a favor de entidades da Administração Central (não consolidado), designadamente nos instrumentos de dívida relativos a CEDIC e CEDIM, bem como a Bilhetes e Obrigações do Tesouro geridos pelo IGCP relativos ao Fundo de Regularização da Dívida Pública.

Os valores para cada mês/trimestre traduzem os pagamentos efetivos realizados nesse período, enquanto o «Quadro 5. Despesa com juros e outros encargos das Administrações Públicas» e o «Anexo V. Execução Orçamental do Estado» evidenciam as verbas disponibilizadas pelo Orçamento do Estado para o período respetivo. Para o conjunto do ano, os valores apresentados em ambos os quadros são idênticos, se considerados os fluxos eliminados na consolidação no âmbito da Administração Central no Quadro 5.

Fonte: Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E.P.E.

II.2.4. Transferências

As transferências aumentaram 5,1%, influenciadas por dois efeitos de base: a transferência para compensação pela disrupção dos mercados e subida dos preços dos produtos energéticos²³, efetuada pelo Fundo Ambiental, e o pagamento do acordo de transação extrajudicial²⁴, no âmbito do processo do Aproveitamento Hidroelétrico do Fridão, pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças.

Excluindo estes dois efeitos, as transferências registaram um acréscimo de 6,6%, sendo de salientar a despesa com pensões enquadradas no regime geral da Segurança Social e no regime de proteção social convergente da Caixa Geral de Aposentações, por via, essencialmente, do encargo associado à atualização regular e extraordinária das pensões²⁵, e do aumento homólogo em 0,7% do número de pensionistas do regime geral.

Relevaram ainda os acréscimos nas restantes prestações sociais suportadas pela Segurança Social, com destaque para as transferências para as instituições sem fins lucrativos, em resultado dos novos acordos de cooperação e da atualização extraordinária²⁶ das participações financeiras, bem como para as prestações de parentalidade, complemento solidário para idosos²⁷, prestações de desemprego²⁸, e prestação social para a inclusão, pelo aumento do valor médio das prestações e do número de beneficiários.

De salientar, também, o comportamento das transferências para o Orçamento da União Europeia, no que diz respeito à contribuição financeira²⁹, bem como as transferências enquadradas nos financiamentos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), em particular no âmbito das “Agendas/Alianças Mobilizadoras e Verdes para a Inovação Empresarial”, pelo IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., e das relativas aos contratos-programa³⁰ de desenvolvimento desportivo, pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

No sentido descendente, relevaram as transferências, no período homólogo, referentes aos apoios do Estado às redes de ensino privado, cooperativo e solidário³¹, a cargo da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

²³ Despacho n.º 11035/2023, de 27 de outubro, que veio afetar receita, no montante de 566 milhões de euros, à redução do défice tarifário do Sistema Elétrico Nacional, no seguimento do Decreto-Lei n.º 84-D/2022, de 9 de dezembro, o qual aprovou um regime transitório de estabilização dos preços do gás, no contexto do impacto geopolítico.

²⁴ Acórdão do Tribunal Arbitral que pôs fim ao litígio entre o Estado Português e a EDP, S.A., para restituição a esta do montante de 227,6 milhões de euros, ocorrido em março de 2024.

²⁵ A atualização concretizou-se genericamente pela aplicação de percentagens entre 1,85% e 3,85%, consoante o nível de prestação, nos termos do artigo 2.º da Portaria n.º 372-B/2024/1, de 31 de dezembro, em cumprimento do artigo 4.º da Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, e do artigo 6.º da Lei n.º 52/2007, de 31 de agosto. Acresce ainda a atualização extraordinária de 1,25 % aplicáveis às pensões de montante igual ou inferior a três vezes o valor do IAS.

²⁶ Memorando de Entendimento entre o MTSSS e o Setor Solidário 2023-2024, com atualização extraordinária em 2 de outubro de 2024. Realce para o facto de, no ano de 2024, apenas ter impacto no último trimestre.

²⁷ Decorrente da atualização do valor de referência deste complemento estabelecido na Portaria n.º 311/2024/1, de 3 de dezembro, que produziu efeitos a 1 de janeiro de 2025 (atualização de 360 euros/ano, equivalente a um aumento de 4,99%, fixando o valor de referência anual em 7568 euros).

²⁸ Atualização da retribuição mínima mensal garantida (RMMG) e do valor do indexante dos apoios sociais (IAS).

²⁹ Ver Caixa 1 – Transferências para o orçamento da União Europeia – análise trimestral.

³⁰ Resolução do Conselho de Ministros n.º 192/2024, de 18 de dezembro, que autoriza o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. a realizar a despesa relativa à celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, e Resolução do Conselho de Ministros n.º 31-A/2025, de 20 de fevereiro, que altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 192/2024, de 18 de dezembro.

³¹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2024, de 25 de março, que prorrogou para o ano letivo de 2023/2024 uma medida temporária de financiamento dos cursos profissionais e dos cursos de educação e formação de jovens nas regiões NUTS II do Norte, Centro e Alentejo, até que se encontrassem reunidas todas as condições para o financiamento das tipologias de operação em causa no contexto do PORTUGAL 2030 e, em particular, do PESSOAS 2030, considerando a transição entre o anterior e o atual período de programação de fundos europeus.

Quadro 7. Despesa com transferências correntes e de capital das Administrações Públicas
Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

Transferências por natureza	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada				Contributo VHA dez (em pp)
			Absoluta		(%)		
	2024	2025	nov	dez	nov	dez	
Segurança Social - Pensões e complementos	23 182,3	24 485,7	1 066,7	1 303,5	5,3	5,6	2,4
Pensões e outros abonos - Caixa Geral de Aposentações, I.P.	12 113,9	12 726,0	525,2	612,1	4,7	5,1	1,1
Contribuição financeira para a União Europeia	2 159,0	2 558,2	505,2	399,2	27,3	18,5	0,7
Segurança Social - Ação Social - transf. para inst. sem fins lucrativos	2 492,0	2 848,2	329,5	356,1	14,5	14,3	0,6
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	576,8	919,0	366,2	342,2	73,9	59,3	0,6
Segurança Social - Prestações de parentalidade	890,9	1 009,5	109,9	118,6	13,5	13,3	0,2
Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.	71,5	185,0	67,2	113,5	124,5	158,7	0,2
Segurança Social - Complemento Solidário para Idosos	398,7	509,7	107,2	111,0	29,9	27,9	0,2
Segurança Social - Prestações de desemprego	1 591,1	1 688,1	92,0	97,0	6,3	6,1	0,2
Segurança Social - Prestação Social para a Inclusão	711,9	803,1	83,4	91,1	12,8	12,8	0,2
Segurança Social - Subsídio e complemento por doença	920,3	1 000,9	78,8	80,5	9,3	8,8	0,1
Despesas excecionais do Ministério das Finanças - Participação do Estado Português no Programa InvestEU-Portugal	0,0	50,0	50,0	50,0	-	-	0,1
Segurança Social - Ação Social - Sociedades e quase sociedades não financeiras	148,6	198,2	53,3	49,6	43,2	33,4	0,1
Recursos Próprios Tradicionais da União Europeia	327,1	371,8	31,7	44,7	10,7	13,7	0,1
Segurança Social - Abono de Família	1 359,2	1 397,2	37,4	38,0	3,0	2,8	0,1
Segurança Social - Apoio Extraordinário à Renda	308,2	281,8	-70,1	-26,4	-24,6	-8,6	0,0
Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.	69,0	21,6	-47,2	-47,4	-69,8	-68,8	-0,1
Secretaria-Geral do Ministério da Defesa	197,0	132,8	-105,8	-64,1	-88,3	-32,6	-0,1
Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.	432,2	364,6	-62,1	-67,6	-19,6	-15,6	-0,1
Redes de Ensino Privado, Cooperativo e Solidário	313,2	195,9	-115,4	-117,3	-39,1	-37,5	-0,2
Secretaria-Geral do Ministério das Finanças	272,5	19,4	-264,6	-253,2	-97,1	-92,9	-0,5
Fundo Ambiental	1 128,2	586,6	-368,5	-541,6	-52,6	-48,0	-1,0
Administração Central - Outros	2 605,8	2 606,6	45,3	0,8	2,1	0,0	0,0
Segurança Social - Prestações sociais - Outras	1 367,7	1 350,3	-5,9	-17,4	-0,5	-1,3	0,0
Segurança Social - Outros	20,1	22,3	-0,2	2,2	-1,0	10,9	0,0
Administração Regional - Outros	481,3	534,9	18,6	53,5	4,3	11,1	0,1
Administração Local - Outros	1 040,8	1 100,1	88,0	59,3	9,8	5,7	0,1
Administrações Públicas	55 179,5	57 967,4	2 615,8	2 787,9	5,4	5,1	

Nota: Valores consolidados no âmbito das Administrações Públicas.
Fontes: Entidade Orçamental; Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.; e Entidade Orçamental, com base nos dados da Administração Regional — Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma dos Açores e Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma da Madeira — e da Administração Local — SIAL/SISAL.

Caixa 1. Transferências para o orçamento da União Europeia – análise trimestral

Até dezembro, o pagamento de Recursos Próprios Comunitários³² à Comissão Europeia situou-se em 2837,1 milhões de euros, um aumento de 432,8 milhões de euros face ao período homólogo (18%).

A execução do 4.º trimestre cifrou-se em 785,2 milhões de euros, registando um aumento de 80,1 milhões de euros (11,4%) face ao período homólogo.

Quadro 8. Pagamentos de Recursos Próprios Comunitários à Comissão Europeia

Período: janeiro a setembro (milhões de euros)

	Execução Acumulada		Variação Homóloga Acumulada		Execução IV Trimestre		Variação Homóloga Trimestral	
	2024	2025	Absoluta	(%)	2024	2025	Absoluta	(%)
Recursos Próprios Tradicionais	245,3	278,9	33,5	13,7	67,0	85,1	18,2	27,1
Contribuição Financeira	2 159,0	2 558,2	399,2	18,5	638,1	700,1	62,0	9,7
Total	2 404,3	2 837,1	432,8	18,0	705,1	785,2	80,1	11,4

Fonte: Entidade Orçamental

No 4.º trimestre de 2025, a despesa líquida³³ relativa a Recursos Próprios Tradicionais (RPT) situou-se em 85,1 milhões de euros, apresentando um aumento de 18,2 milhões de euros (27,1%) face ao mesmo período do ano anterior. Esta variação resulta de um aumento do valor dos apuramentos dos direitos aduaneiros realizados pela Autoridade Tributária e Aduaneira e que decorre da atividade económica, especificamente das importações extracomunitárias.

A despesa com a Contribuição Financeira fixou-se em 700,1 milhões de euros no 4.º trimestre, o que reflete um aumento de 62 milhões de euros (9,7%). Esta evolução é resultado do efeito conjugado do valor do duodécimo de 2025 ser superior ao valor do duodécimo de 2024 em 22,5 milhões de euros e da entrada em vigor do orçamento europeu retificativo n.º 2/2025 em novembro, uma vez que o número de duodécimos solicitados foi igual nos dois períodos (3 duodécimos).

De referir que, com origem no Estado³⁴, são efetuadas transferências para outros subsectores das Administrações Públicas, bem como para organismos da Administração Central. No conjunto do ano de 2025, destacam-se as transferências para o Serviço Nacional de Saúde (14608,7 milhões de euros), para a Segurança Social (11618,2 milhões de euros), para a Caixa Geral de Aposentações (7597,6 milhões de euros) e para a Administração Local (6131 milhões de euros).

³² Em sede do Orçamento do Estado para 2025 está previsto um capítulo específico (Capítulo 70 – Ministério das Finanças) que contempla as dotações financeiras previsionais para assegurar o cumprimento dos compromissos com as transferências para o Orçamento da UE, e integra duas vertentes que correspondem à natureza dos Recursos Próprios da União Europeia de acordo com a Decisão 2020/2053/EU, Euratom:

- Recursos Próprios Tradicionais que consistem nos direitos aduaneiros; e
- Contribuição Financeira que integra o recurso próprio IVA, o recurso próprio RNB, o recurso próprio Plásticos e o financiamento da redução RNB a favor da Áustria, Dinamarca, Alemanha, Países Baixos e Suécia.

Ver glossário sobre o Capítulo 70 do Ministério das Finanças.

³³ De acordo com o n.º 2 do artigo 9.º da Decisão do Conselho 2020/2053/EU, Euratom, de 14 de dezembro, relativa ao sistema de recursos próprios da União Europeia, os Estados Membros transferem para a Comissão Europeia 75% do montante apurado dos recursos próprios tradicionais. Os 25% restantes são retidos pelos EM a título de despesas de cobrança.

³⁴ Estado, em sentido estrito, corresponde ao conjunto dos serviços da Administração Central dotados de autonomia administrativa. O orçamento de despesa destes serviços inclui transferências para outros subsectores das Administrações Públicas e para serviços da Administração Central dotados de autonomia administrativa e financeira.

Quadro 9. Principais transferências do Estado
Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

Transferência para	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada			
			Absoluta		(%)	
	2024	2025	nov	dez	nov	dez
Serviço Nacional de Saúde	13 295,1	14 608,7	1 223,2	1 313,5	10,1	9,9
Segurança Social	10 867,2	11 618,2	832,0	750,9	8,8	6,9
Caixa Geral de Aposentações	7 126,1	7 597,6	477,9	471,5	7,0	6,6
Administração Local	5 534,8	6 131,0	589,6	596,2	11,8	10,8
Ensino superior e ação social	1 668,3	1 699,9	34,6	31,6	2,3	1,9
Regiões Autónomas	620,0	724,0	104,0	104,0	16,8	16,8

Fonte: Entidade Orçamental.

II.2.5. Subsídios

A despesa com subsídios apresentou um incremento de 25,1%, influenciada, sobretudo, pelo aumento verificado no subsetor da Segurança Social, relacionado, em grande parte, com os apoios relativos à inclusão social, qualificação e emprego³⁵, no âmbito do programa Pessoas 2030, e também associados ao encerramento do programa anterior³⁶, bem como com os apoios relativos às pessoas mais carenciadas³⁷.

De salientar também a evolução do subsetor da Administração Local, onde releva a variação dos encargos relacionados com as medidas de alargamento da gratuidade dos passes para todos os jovens até aos 23 anos de idade³⁸ e a promoção do transporte público³⁹.

Em sentido inverso, realce para a diminuição dos subsídios atribuídos pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., com o fim dos apoios inerentes aos eco regimes⁴⁰ e dos subsídios para a mitigação dos impactos causados pela seca⁴¹ no setor agrícola, bem como a redução verificada no Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P., relacionada com várias medidas entretanto terminadas ou em fase final, onde relevam as medidas “Compromisso Emprego Sustentável”, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, e os Estágios “ATIVAR.PT”.

³⁵ Programa Demografia, Qualificações e Inclusão (PDQI).
³⁶ Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE).
³⁷ Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC).
³⁸ Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro, definiu a atribuição de passes gratuitos a jovens estudantes nas modalidades sub18+TP e sub23+TP, alterada pela Portaria n.º 307-A/2024/1, de 28 de novembro, que alargou a gratuidade dos passes a todos os jovens até aos 23 anos, inclusive.
³⁹ No início de 2024 estava ainda em vigor o PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, tendo sido substituído posteriormente pelo programa Incentiva +TP, cujo regime jurídico foi estabelecido no Decreto-Lei n.º 21/2024, de 19 de março, e que veio promover o uso do transporte público.
⁴⁰ Resolução de Conselho de Ministros n.º 28/2024, de 23 de fevereiro, que veio estabelecer um apoio ao setor agrícola no âmbito dos eco regimes de agricultura biológica.
⁴¹ Portaria n.º 430-A/2023, de 12 de dezembro, que estabeleceu a aplicação de um apoio financeiro de emergência para o setor agrícola, afetado pela seca.

Quadro 10. Despesa com subsídios das Administrações Públicas

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

Subsetor e principais destaques	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada				Contributo VHA dez (em pp)
			Absoluta		(%)		
	2024	2025	nov	dez	nov	dez	
Administração Central	832,7	778,2	-45,8	-54,5	-6,6	-6,5	-2,7
Agricultura e Mar	132,8	87,8	-23,3	-45,0	-23,1	-33,9	-2,2
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.	132,8	87,8	-23,3	-45,0	-23,1	-33,9	-2,2
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	468,3	429,0	-46,4	-39,4	-10,9	-8,4	-1,9
Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	441,8	403,7	-45,5	-38,1	-11,3	-8,6	-1,9
Finanças	124,7	108,5	-19,6	-16,2	-21,0	-13,0	-0,8
Entidade do Tesouro e Finanças	124,7	108,5	-19,6	-16,2	-21,0	-13,0	-0,8
Infraestruturas e Habitação	36,8	52,9	31,5	16,0	400,3	43,6	0,8
Infraestruturas de Portugal, S.A.	36,8	52,9	31,5	16,0	400,6	43,6	0,8
Outros	70,0	100,1	12,0	30,1	19,8	42,9	1,5
Segurança Social	316,1	667,8	372,3	351,7	148,2	111,3	17,1
Administração Regional	64,2	68,7	0,7	4,5	1,2	7,0	0,2
Administração Local	840,3	1 053,3	144,1	213,0	19,6	25,3	10,4
Administrações Públicas	2 053,3	2 568,0	471,3	514,7	27,2	25,1	

Nota: Valores consolidados no âmbito das Administrações Públicas.

Fontes: Entidade Orçamental; Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.; e Entidade Orçamental, com base nos dados da Administração Regional — Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma dos Açores e Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma da Madeira — e da Administração Local — SIAL/SISAL.

II.2.6. Investimento

A despesa de investimento, excluindo os encargos com as parcerias público-privadas (PPP)⁴², evidenciou um crescimento de 29,3%, para o qual contribuíram, em particular, os investimentos realizado em habitação e outras construções, no subsetor da Administração Local, bem como os de índole militar, no setor da Defesa, com realce para os concretizados ao abrigo da Lei de Programação Militar⁴³, nomeadamente os relativos a plataformas de combate médias (modernização de viaturas blindadas Pandur), à aquisição de novos meios de patrulha e fiscalização, à aquisição das aeronaves Super Tucano e KC-360 e à modernização de fragatas.

Ainda em sentido ascendente, relevam os investimentos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência, no alojamento estudantil a custos acessíveis, promovidos pelas Instituições do Ensino Superior, e na rede de dados no Serviço Nacional de Saúde, pelos Serviços Partilhados no Ministério da Saúde.

Importa ainda mencionar, a evolução no subsetor da Administração Regional, com investimentos mais expressivos em habitação e infraestruturas.

⁴² Parcerias público-privadas (PPP) — os encargos com concessões e subconcessões rodoviárias, da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, S.A., decresceram 151 milhões de euros (-11,4%), particularmente influenciadas pela evolução das tarifas de disponibilidade, refletindo o estabelecido nos contratos.

⁴³ Lei Orgânica n.º 1/2023, de 17 de agosto.

Quadro 11. Despesa relativa a investimentos das Administrações Públicas
Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

Subsetor / Principais Entidades / Investimentos	Execução acumulada						Variação homóloga acumulada				Contributo VHA dez (em pp)
	2024			2025			Absoluta		(%)		
	Fin. Nacional	Fundos Europeus	Total	Fin. Nacional	Fundos Europeus	Total	nov	dez	nov	dez	
Administração Central	2 483,3	748,5	3 231,8	2 956,6	1 268,0	4 224,6	449,0	992,8	21,0	30,7	12,8
Defesa	658,0	50,3	708,3	1 271,8	30,9	1 302,7	128,2	594,4	43,1	83,9	7,6
Investimentos Militares	616,0	48,4	664,4	1 206,4	27,9	1 234,3	124,7	569,9	45,4	85,8	7,3
LPM - Plataformas de Combate Médias	8,0	0,0	8,0	100,0	0,0	100,0	0,0	92,0	-	-	1,2
LPM - Capacidade Patrulha e Fiscalização - Aquisição novos meios patrulha e fiscalização - NPO 3.ª Série	35,2	0,0	35,2	110,6	0,0	110,6	20,1	75,4	159,0	214,5	1,0
LPM - Aquisição Aeronave A - 29N Super Tucano	0,0	0,0	0,0	74,0	0,0	74,0	23,9	74,0	-	-	1,0
LPM - Oceânica Superfície - Modernização meia-vida fragatas	12,4	0,0	12,4	76,1	0,0	76,1	13,7	63,7	196,8	-	0,8
LPM - Aquisição Aeronave KC-390	137,5	0,0	137,5	192,7	0,0	192,7	21,3	55,2	42,7	40,2	0,7
Ensino Superior, Ciência e Inovação	164,1	76,3	240,4	269,4	127,3	396,7	130,3	156,3	74,5	65,0	2,0
Instituições de Ensino Superior	144,4	76,0	220,4	252,7	119,5	372,2	125,5	151,9	78,7	68,9	2,0
PRR - C02 - Alojamento Estudantil a Custos Acessíveis	41,6	2,2	43,7	132,8	6,4	139,1	79,1	95,4	263,2	218,2	1,2
Saúde	290,2	101,9	392,1	306,8	149,3	456,1	48,9	64,0	17,6	16,3	0,8
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	0,3	21,7	22,0	15,6	57,7	73,3	39,4	51,3	229,1	233,0	0,7
PRR - C01 - SNS - Reforma e modernização dos sistemas de informação e rede de dados da Saúde	0,0	21,7	21,7	15,5	57,7	73,2	39,7	51,5	233,8	237,0	0,7
Agricultura e Mar	21,8	37,8	59,5	36,4	82,0	118,4	45,4	58,9	104,4	98,9	0,8
EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	11,8	9,5	21,2	20,0	31,6	51,5	25,9	30,3	164,8	142,7	0,4
Circuito hidráulico de Reguengos de Monsaraz e Respetivo Bloco de Rega	3,0	2,5	5,5	6,3	13,1	19,4	15,4	13,9	481,1	253,8	0,2
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.	4,2	7,7	11,9	2,2	25,0	27,2	14,4	15,3	199,7	129,1	0,2
PRR - C08 - Florestas	0,0	3,6	3,6	0,0	21,7	21,7	15,9	18,1	-	-	0,2
Finanças	62,6	3,9	66,5	93,8	21,3	115,1	27,2	48,6	54,6	73,0	0,6
Autoridade Tributária e Aduaneira	43,7	0,1	43,8	71,8	12,6	84,4	22,6	40,7	68,9	92,9	0,5
Aquisição de desenvolvimento de Software	39,5	0,0	39,5	59,9	0,0	59,9	16,7	20,5	57,9	51,9	0,3
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	30,6	14,5	45,1	32,6	40,4	72,9	16,0	27,8	50,0	61,7	0,4
Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	7,0	4,4	11,4	10,5	18,9	29,4	10,0	18,0	112,4	158,7	0,2
PRR - C06 - Modernização das instituições de ensino e formação profissional	1,0	4,4	5,4	3,5	18,9	22,4	9,7	17,0	222,4	317,8	0,2
Justiça	43,6	24,9	68,4	45,7	44,1	89,7	13,7	21,3	26,4	31,2	0,3
Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	22,4	11,3	33,7	26,5	19,8	46,3	7,2	12,7	27,5	37,6	0,2
PRR - C18 - Justiça Económica e ambiente de Negócios	0,0	11,3	11,3	4,6	19,8	24,4	4,7	13,1	50,0	116,2	0,2
Outros	1 212,5	439,0	1 651,5	900,2	772,8	1 673,0	39,3	21,5	3,2	1,3	0,3
Segurança Social	71,7	0,0	71,7	94,6	0,0	94,6	8,9	22,9	16,8	32,0	0,3
Administração Central e Segurança Social	2 555,0	748,5	3 303,5	3 051,1	1 268,0	4 319,2	457,9	1 015,7	20,9	30,7	13,0
Administração Regional			284,4			360,6	65,1	76,2	27,3	26,8	1,0
Administração Local			2 860,7			3 656,4	747,9	795,7	32,7	27,8	10,2
Administrações Públicas sem Concessões	2 555,0	748,5	6 448,6	3 051,1	1 268,0	8 336,2	1 270,8	1 887,6	26,9	29,3	24,2
Concessões	1 337,5	0,0	1 337,5	1 186,7	0,0	1 186,7	-133,3	-150,8	-11,4	-11,3	-1,9
Administrações Públicas	3 892,5	748,5	7 786,1	4 237,8	1 268,0	9 522,9	1 137,6	1 736,8	19,3	22,3	

Notas:

O total da execução acumulada das administrações públicas inclui a execução de todos os subsetores, não se encontrando disponível detalhe por financiamento nacional e por fundos europeus respeitante à Administração Regional e Local.

Fontes: Entidade Orçamental; Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.; e Entidade Orçamental, com base nos dados da Administração Regional — Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma dos Açores e Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma da Madeira — e da Administração Local — SIAL/SISAL.

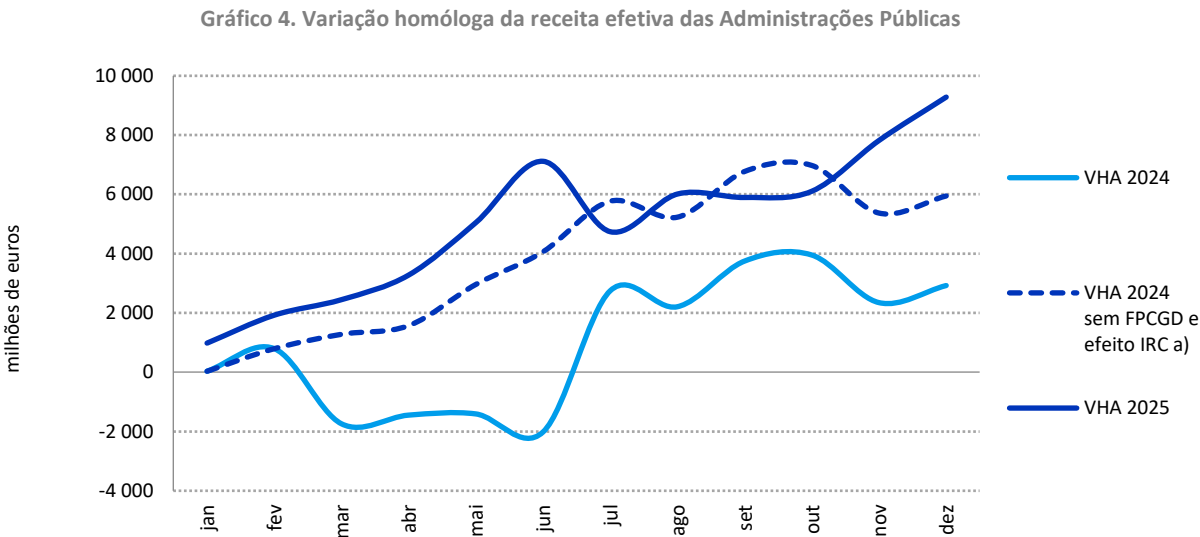
II.2.7. Outras despesas

As outras despesas apresentaram um decréscimo de 27%, o que se explica, essencialmente, pela despesa realizada no período homólogo, respeitante a uma maior reutilização de fundos europeus reembolsáveis⁴⁴, em apoios às empresas, e, com menor expressão, pela despesa relativa a responsabilidades resultantes de correções financeiras aplicadas pela Comissão Europeia, ambos pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. De referir, ainda, o contributo da menor distribuição de dividendos, pagos pela Oitante, S.A. e destinados ao Fundo de Resolução, para o referido decréscimo.

⁴⁴ Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, consagra as regras gerais de aplicação dos programas operacionais (PO) financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento. O artigo 8.º do referido diploma dispõe que “os reembolsos gerados através de subvenções reembolsáveis são recebidos pela Agência, I.P.”, estabelecendo ainda que “os reembolsos gerados através de subvenções reembolsáveis e de instrumentos financeiros são reutilizados para o mesmo fim ou em conformidade com os objetivos e segundo as regras do PO ou do PDR (programa de desenvolvimento rural) financiador, até ao seu encerramento.”

II.3. Receita

A receita consolidada das Administrações Públicas apresentou um crescimento de 7,7% no ano de 2025.



Fonte: Entidade Orçamental.

Nota: a) VHA 2024: Variação homóloga acumulada expurgada da receita extraordinária da integração do Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos (em março de 2023) e ajustada do efeito da prorrogação do prazo de entrega da declaração Modelo 22 de IRC de 2023 e respetivo pagamento para 15 de julho de 2024 (Despacho n.º 176/2024-XXIII, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, sendo que o Código do IRC estabelece que o pagamento deve ocorrer até ao dia 31 de maio), com efeito na receita de maio e junho de 2024.

Quadro 12. Receita das Administrações Públicas

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

Natureza da Receita	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada				Contributo VHA dez (em pp)
			Absoluta		(%)		
	2024	2025	nov	dez	nov	dez	
Receita fiscal	67 883,0	72 697,2	4 104,1	4 814,2	6,8	7,1	4,0
Impostos diretos	32 544,3	34 306,0	1 418,0	1 761,7	5,1	5,4	1,5
Impostos indiretos	35 338,7	38 391,1	2 686,1	3 052,5	8,3	8,6	2,5
Contribuições para sistemas de proteção social	32 178,4	34 837,4	2 329,1	2 659,1	8,2	8,3	2,2
Receita não fiscal e não contributiva	20 843,9	22 647,9	1 380,8	1 804,0	7,5	8,7	1,5
Taxas, multas e outras penalidades	4 519,3	4 982,0	309,7	462,7	7,4	10,2	0,4
Rendimentos da propriedade	2 024,4	2 117,9	136,1	93,6	7,5	4,6	0,1
Transferências	6 262,1	7 549,7	852,9	1 287,6	15,0	20,6	1,1
Vendas de bens e serviços correntes	5 428,0	5 553,4	186,2	125,5	4,3	2,3	0,1
Vendas de bens de investimento	192,1	159,5	-33,1	-32,5	-22,1	-16,9	0,0
Restantes receitas	2 215,5	2 238,0	37,3	22,5	1,8	1,0	0,0
Diferenças de consolidação	202,6	47,3	-108,3	-155,3			
Receita efetiva	120 905,2	130 182,5	7 814,0	9 277,2	7,3	7,7	

Fontes: Entidade Orçamental; Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.; e Entidade Orçamental, com base nos dados da Administração Regional — Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma dos Açores e Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma da Madeira — e da Administração Local — SIAL/SISAL.

O acréscimo da receita fiscal das Administrações Públicas assentou na evolução da receita do Estado, em especial do IVA (10,3%) e do IRS (9,2%), verificando-se ainda acréscimos significativos no ISP (7,9%) e no Imposto sobre o Tabaco (9,1%), enquanto o IRC registou uma quebra (-2,4%). O incremento da receita fiscal da Administração Local baseou-se no desempenho do IMT (25%).

Quadro 13. Receita fiscal das Administrações Públicas
Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

Subsector	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada			
			Absoluta		(%)	
	2024	2025	nov	dez	nov	dez
Administração Central	61 377,8	65 569,9	3 522,7	4 192,2	6,5	6,8
Estado	60 629,4	64 798,7	3 515,0	4 169,3	6,5	6,9
Serviços e Fundos Autónomos	748,4	771,2	7,7	22,8	1,1	3,1
Segurança Social	232,9	236,2	3,1	3,3	1,5	1,4
Administração Regional	2 175,8	2 249,9	56,1	74,2	2,9	3,4
Administração Local	4 096,5	4 641,1	522,2	544,6	15,0	13,3
Receita fiscal	67 883,0	72 697,2	4 104,1	4 814,2	6,8	7,1

Fontes: Entidade Orçamental; Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.; e Entidade Orçamental, com base nos dados da Administração Regional — Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma dos Açores e Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma da Madeira — e da Administração Local — SIIAL/SISAL.

II.3.1. Receita fiscal do Estado

Em dezembro de 2025, a receita fiscal acumulada do subsector Estado totalizou 64798,7 milhões de euros. Este valor representa um aumento de 4169,3 milhões de euros (+6,9%) face ao período homólogo. No entanto, excluindo o efeito do pagamento de impostos diferidos em sede de IRC em fevereiro de 2024 (117 milhões de euros), a receita fiscal apresenta um crescimento homólogo de 6,7% (+4052,3 milhões de euros).

Nos impostos diretos registou-se um crescimento homólogo de 1155,4 milhões de euros (+4,2%), explicado sobretudo pela evolução positiva da receita líquida do IRS, que aumentou 1565,2 milhões de euros (+9,2%) como resultado, em parte, da redução dos reembolsos no valor de 801,8 milhões de euros (-23,2%) face ao período homólogo. Em sentido contrário, a receita líquida de IRC diminuiu 241,5 milhões de euros (-2,4%) em termos homólogos, refletindo em parte a redução dos pagamentos de autoliquidação, em consequência do aumento dos pagamentos por conta entregues em 2024 – já a receita de IRC ajustada para o efeito do pagamento de impostos diferidos apresentou uma quebra de 358,5 milhões de euros (-3,5%).

Nos impostos indiretos verificou-se uma evolução positiva de 3013,9 milhões de euros (+9,1%) face ao período homólogo, motivada principalmente pelo desempenho positivo da receita líquida do IVA (2486,5 milhões de euros, +10,3%). De destacar também o crescimento da receita líquida do ISP em 272,4 milhões de euros (+7,9%) e do Imposto sobre o Tabaco em 139 milhões de euros (+9,1%) em termos homólogos.

Quadro 14. Receita fiscal do subsetor Estado

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada				Contributo VHA dez (em pp)
			Absoluta		(%)		
	2024	2025	nov	dez	nov	dez	
Impostos diretos	27 679,9	28 835,3	859,0	1 155,4	3,7	4,2	1,9
- IRS	17 018,9	18 584,1	1 283,9	1 565,2	8,5	9,2	2,6
- IRC	10 227,5	9 986,0	-306,0	-241,5	-3,8	-2,4	-0,4
- Outros	433,5	265,2	-118,9	-168,3	-27,7	-38,8	-0,3
Impostos indiretos	32 949,5	35 963,4	2 656,0	3 013,9	8,8	9,1	5,0
- ISP	3 448,7	3 721,1	296,0	272,4	9,3	7,9	0,4
- IVA	24 183,5	26 670,0	2 129,0	2 486,5	9,6	10,3	4,1
- Imposto sobre veículos (ISV)	456,4	439,0	-16,7	-17,4	-4,0	-3,8	0,0
- Imposto sobre o tabaco (IT)	1 525,4	1 664,4	117,5	139,0	8,2	9,1	0,2
- IABA	345,6	345,7	0,7	0,1	0,2	0,0	0,0
- Imposto do Selo	2 164,9	2 260,6	92,0	95,7	4,6	4,4	0,2
- Imposto Único de Circulação (IUC)	517,3	546,7	24,0	29,4	5,0	5,7	0,0
- Outros	307,8	315,9	13,6	8,1	4,8	2,6	0,0
Receita fiscal (RF)	60 629,4	64 798,7	3 515,0	4 169,3	6,5	6,9	
RF corrigida de efeitos	60 746,4	64 798,7	3 455,0	4 052,3	6,4	6,7	
IRC ajustado	10 344,5	9 986,0	-423,0	-358,5	-5,2	-3,5	
IVA ajustado	24 183,5	26 670,0	2 186,0	2 486,5	9,7	10,3	

Fontes: Entidade Orçamental; Autoridade Tributária e Aduaneira.

Por fim, os reembolsos fiscais registaram uma diminuição de 6% (-862,8 milhões de euros) face ao período homólogo, influenciada principalmente pela quebra dos reembolsos do IRS, mencionada anteriormente, e do IRC (-7,1%, -173,7 milhões de euros).

Quadro 15. Reembolsos relativos à receita fiscal do Estado

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada				Contributo VHA dez (em pp)
			Absoluta		(%)		
	2024	2025	nov	dez	nov	dez	
Impostos diretos	5 917,6	5 113,6	-823,4	-804,1	-14,4	-13,6	-5,6
IRS	3 463,4	2 661,6	-738,0	-801,8	-21,8	-23,2	-5,5
IRC	2 447,5	2 273,9	-207,8	-173,7	-8,9	-7,1	-1,2
Outros	6,7	178,1	122,4	171,4	-	-	1,2
Impostos indiretos	8 550,2	8 491,5	10,4	-58,8	0,1	-0,7	-0,4
ISP	244,2	291,6	61,4	47,4	30,4	19,4	0,3
IVA	8 234,4	8 128,0	-49,2	-106,4	-0,7	-1,3	-0,7
Imposto sobre veículos (ISV)	4,0	6,8	2,5	2,8	64,2	68,9	0,0
Imposto sobre o tabaco (IT)	21,0	12,4	-8,4	-8,6	-40,5	-41,1	-0,1
IABA	1,1	0,8	-0,2	-0,2	-22,9	-22,4	0,0
Imposto do Selo	42,5	47,1	2,8	4,6	7,4	10,9	0,0
Imposto Único de Circulação (IUC)	2,8	3,1	0,1	0,3	4,4	10,9	0,0
Outros	0,3	1,7	1,3	1,4	444,4	446,4	0,0
Receita fiscal	14 467,9	13 605,1	-813,0	-862,8	-6,1	-6,0	

Fonte: Entidade Orçamental.

II.3.2. Contribuições para sistemas de proteção social

As contribuições para sistemas de proteção social cresceram 8,3%, em grande medida por efeito da evolução das contribuições para a Segurança Social (8,9%), decorrente do aumento do número de trabalhadores por conta de outrem e da remuneração média declarada dos mesmos trabalhadores⁴⁵, sendo ainda de mencionar, embora de menor impacto, o acréscimo da receita cobrada em processo executivo⁴⁶.

De mencionar ainda o crescimento das contribuições para a CGA (4,6%), influenciado pelo perfil de entregas de quotizações por parte das entidades empregadoras⁴⁷, pela variação do número de subscritores da CGA⁴⁸ e pelo crescimento da massa salarial em 38,3 milhões de euros em dezembro de 2025, face ao mês homólogo de 2024⁴⁹ (com o valor absoluto de 840,2 milhões de euros em dezembro de 2025).

II.3.3. Receita não fiscal e não contributiva

A **receita não fiscal e não contributiva** apresentou um crescimento de 8,7%, com contributos fundamentais das transferências e das taxas, multas e outras penalidades.

- O crescimento de 10,2% das **taxas, multas e outras penalidades** resultou da evolução de um conjunto diversificado de rubricas. Destacou-se a cobrança de taxas específicas das autarquias⁵⁰, no setor da Administração Local (23,9%), e de multas e outras penalidades, quer relacionadas com a recuperação da receita de contribuições em fase de processo executivo pela Segurança Social, quer relativas a juros de mora e compensatórios cobrados pela Autoridade Tributária e Aduaneira, com destaque também para os relativos a processos de execução fiscal. Menção ainda para as taxas referentes aos pagamentos por conta relativos às contribuições financeiras das empresas de

⁴⁵ Atendendo a que existe um desfasamento na produção da informação estatística do número de contribuintes (e das repetidas contribuições declaradas), em dezembro de 2025 só está disponível a informação processada em novembro (declarações de remunerações dos contribuintes efetivos em outubro). No mês de novembro, e à semelhança do mês anterior, o número de trabalhadores por conta de outrem registou um crescimento homólogo acumulado no de 2,2%. Este valor insere-se numa trajetória de desaceleração desde o início do ano, mas que tem exibido sinais de abrandamento desde agosto. Este abrandamento reflete a estabilização do crescimento de trabalhadores por conta de outrem portugueses em 0,8%, uma vez que o crescimento do número de trabalhadores estrangeiros continuou a desacelerar para um valor acumulado de 8,9%. Em novembro, a remuneração média de trabalhadores por conta de outrem elevou-se 6,2%, em termos homólogos acumulados, desacelerando face ao pico de 6,5% registado em junho.

⁴⁶ A receita cobrada em processo executivo no Continente e Regiões Autónomas registou um acréscimo de 177,8 milhões de euros no valor cobrado em 2025 relativamente a 2024 (+22,2%). Excluindo esta receita, as contribuições e quotizações cresceram em termos homólogos acumulados 8,5%.

⁴⁷ Tendo em conta a possibilidade das entidades efetuarem entregas, a título de quotizações, no próprio mês ou no mês seguinte, uma vez que o pagamento das quotizações pode ser efetuado pelas entidades à CGA até ao dia 15 do mês seguinte a que dizem respeito.

⁴⁸ Redução de 9625 subscritores com remuneração em dezembro de 2025, face a dezembro de 2024 (351 843 subscritores em dezembro de 2025).

⁴⁹ Apesar do efeito da aposentação/falecimento de subscritores da CGA, importa salientar que o aumento da massa salarial está, ainda, influenciado pela possibilidade de as entidades empregadoras promoverem a inscrição na CGA dos seus trabalhadores, na sequência da publicação da Lei n.º 45/2024, de 27 de dezembro, que procedeu à interpretação autêntica do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, pela qual passou a poder manter o direito de inscrição na CGA o trabalhador que, apesar da cessação do vínculo de emprego, constituiu, sem qualquer descontinuidade temporal, um novo vínculo de emprego com a mesma ou com outra entidade em condições em que a legislação em vigor em 31 de dezembro de 2005 determinasse a inscrição na CGA, ou que após a cessação involuntária do vínculo de emprego e com um intervalo de tempo de duração limitada – justificado pelas especificidades próprias da carreira – constituiu um novo vínculo de emprego com a mesma ou com outra entidade em condições em que a legislação em vigor na referida data determinasse a inscrição na CGA e desde que não tenha exercido atividade remunerada durante o período em que interrompeu o vínculo.

⁵⁰ Com destaque para as taxas cobradas pelo município de Lisboa, bem como para os municípios de Porto, Albufeira e Funchal, responsáveis por mais de metade do acréscimo verificado.

comunicações eletrónicas⁵¹, recebidas pela Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), e para os juros de mora que incidiam sobre dívida relativa ao Fundo dos Antigos Combatentes, pela CGA⁵².

Em sentido contrário, salienta-se a redução de receita de portagens em resultado da aplicação de descontos que incidem sobre as mesmas⁵³, bem como pela sua eliminação nos lanços e sublanços das autoestradas do interior e em vias sem alternativas de qualidade e segurança⁵⁴.

- Os **rendimentos da propriedade** registaram um crescimento de 4,6%, destacando-se o aumento dos juros auferidos pela Segurança Social (17,3%), com relevo para os associados à carteira de ativos sob gestão do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS⁵⁵) e ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS⁵⁶).
- As **transferências** evidenciaram um aumento de 20,6%, assente nas transferências de fundos europeus, incluindo a parcela relativa ao PRR da Administração Central e da Segurança Social.

Nas transferências de fundos europeus, destacou-se o acréscimo da receita da Segurança Social, em especial na componente “Programa Operacional, âmbito Formação Profissional”, em linha com o contexto de arranque/execução do período de programação do Programa Demografia, Qualificações e Inclusão, bem como as obtidas pela Administração Local.

Referência, ainda, para a receita decorrente de reembolsos de despesas realizadas, com recurso a fundos PRR, com origem no acréscimo de atividade em 2025 associada à linha de investimento “1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação⁵⁷”, arrecadada pelo IHRU — Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, bem como para a receita associada à execução de projetos na reforma de cuidados de saúde primários, secundada pela execução relativa ao equipamento de hospitais, ao programa de modernização tecnológica do SNS e à rede nacional de cuidados continuados e paliativos, pela ACSS.

De mencionar, também, o aumento da percentagem de adiantamento concedida ao Fundo de Salvaguarda do Património Cultural⁵⁸ e a receita que resultou do maior desenvolvimento de projetos relativos à eficiência energética em edifícios da AP e ao início de projetos relacionados com a eficiência energética em edifícios residenciais e com operações integradas de gestão da paisagem, pelo Fundo Ambiental.

No sentido oposto, de salientar a quebra nas transferências recebidas, com origem em efeitos de base de receita de 2024, nomeadamente a receita no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2020, resultante do encerramento financeiro do quadro a 31 de dezembro de 2024, e dos reembolsos

⁵¹ Conforme estabelecido no artigo 167.º-A da Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, na sua redação atual. De referir que, adicionalmente à contribuição financeira de 2025, recebida em dezembro, foi cobrado, em fevereiro de 2025, a título excecional, o valor relativo ao exercício de 2024.

⁵² Respeitante a encargos nos termos da Lei n.º 9/2002, de 11 de fevereiro, que regula o regime jurídico dos períodos de prestação de serviço militar de ex-combatentes, para efeitos de aposentação e reforma, com as alterações posteriores.

⁵³ Previstos no Decreto-Lei n.º 87-A/2022, de 29 de dezembro, que estabeleceu um regime excecional de atualização de tarifas e taxas de portagem.

⁵⁴ Aprovada pela Lei n.º 37/2024, de 7 de agosto.

⁵⁵ Relacionado com a variação do montante de ativos sob gestão no FEFSS e com as alterações na alocação feita aos vários títulos que compõem essa carteira. No final de dezembro de 2025, a carteira do FEFSS refletia a entrada de capital ocorrida no início do ano, sendo que a carteira do FEFSS e a componente de investimento em dívida pública portuguesa registavam um aumento próximo dos 17%, face a dezembro de 2024. Na componente de dívida que não dívida pública portuguesa, o aumento foi um pouco inferior, rondando os 15% no mesmo período.

⁵⁶ A variação foi justificada com a maturidade e a taxa dos CEDIC que se venceram em dezembro de 2024, face a dezembro 2025. Com efeito, apesar de em dezembro de 2024 o montante global de CEDIC vencidos ter sido inferior, os mesmos encontravam-se aplicados por períodos mais longos e a taxas mais elevadas do que as verificadas em dezembro de 2025.

⁵⁷ Os investimentos com maior expressão foram os associados às linhas de investimento “1.º Direito – Programa de apoio ao acesso à habitação” e “BNAUT – Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário”, correspondendo a financiamentos não reembolsáveis concedidos maioritariamente a entidades públicas.

⁵⁸ Concedida pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal, com o objetivo de evitar constrangimentos financeiros aos beneficiários finais do PRR.

de pagamentos de apoios a zonas desfavorecidas⁵⁹, pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), para além do decorrente do esforço de maximização no fecho do Portugal 2020, pela Infraestruturas de Portugal, S.A.⁶⁰

Quadro 16. Receita de transferências recebidas pelas Administrações Públicas

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

Transferências por natureza/entidade	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada				Contributo VHA dez (em pp)
			Absoluta		(%)		
	2024	2025	nov	dez	nov	dez	
Transferências da União Europeia	5 891,2	7 076,4	793,2	1 185,3	14,7	20,1	18,9
Segurança Social	1 003,1	1 509,8	447,8	506,7	48,1	50,5	8,1
Administração Local	891,7	1 190,5	303,7	298,8	43,8	33,5	4,8
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana	299,0	533,7	210,5	234,7	64,6	78,5	3,7
Administração Central do Sistema de Saúde	108,7	217,5	149,2	108,8	263,0	100,1	1,7
Fundo de Salvaguarda do Património Cultural	32,2	127,3	99,2	95,1	352,1	294,9	1,5
Fundo Ambiental	101,9	187,9	87,4	86,0	84,5	84,4	1,4
Administração Regional	325,9	395,3	22,1	69,4	7,8	21,3	1,1
Fundação para a Ciência e a Tecnologia	17,9	58,5	24,6	40,6	165,2	226,8	0,6
Metropolitano de Lisboa	34,7	69,2	56,2	34,4	-	99,1	0,5
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas	635,4	556,2	-88,8	-79,1	-15,5	-12,5	-1,3
Infraestruturas de Portugal	445,8	369,0	-158,5	-76,8	-38,2	-17,2	-1,2
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação	481,2	416,0	-201,7	-65,2	-34,9	-13,5	-1,0
Instituto de Gestão Financeira da Educação	161,8	103,2	-52,3	-58,6	-34,4	-36,2	-0,9
Agência para o Desenvolvimento e Coesão	63,6	24,6	-36,6	-39,0	-60,3	-61,3	-0,6
Instituto do Emprego e Formação Profissional	114,9	77,5	-46,2	-37,4	-42,9	-32,6	-0,6
Outras	1 173,4	1 240,2	-23,4	66,8	-2,2	5,7	1,1
Outras transferências	370,9	473,2	59,7	102,3	20,8	27,6	1,6
Fundo de Capitalização e Resiliência (soc. financeiras)	0,0	50,0	0,0	50,0	-	-	0,8
Instituto do Turismo de Portugal (soc. não financeiras)	6,4	37,8	31,3	31,4	-	493,2	0,5
Fundo de Resolução (sociedades financeiras)	38,5	59,2	20,7	20,7	53,8	53,8	0,3
Outras	326,0	326,3	7,7	0,2	3,2	0,1	0,0
Total	6 262,1	7 549,7	852,9	1 287,6	15,0	20,6	

Fontes: Entidade Orçamental; Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.; e Entidade Orçamental, com base nos dados da Administração Regional — Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma dos Açores e Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma da Madeira — e da Administração Local — SIAL/SISAL.

- As **vendas de bens e serviços correntes** apresentaram um crescimento de 2,3%, influenciado pelo comportamento da receita da Administração Local, bem como pelas rendas do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P., recebidas pela ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A., e pelo efeito da valorização salarial na Administração Pública, correspondente aos descontos para o Instituto de Proteção e Assistência na Doença (ADSE). Em sentido atenuante, verificou-se a redução da receita relativa ao recebimento da Remuneração do Contrato-Programa (RCP) para obras/manutenção de escolas, na Construção Pública, E.P.E.⁶¹.

⁵⁹ Pagamentos realizados em janeiro de 2024, mas que se reportavam a pedidos feitos até aos últimos meses de 2023, que não puderam ser pagos nesse ano por motivos processuais.

⁶⁰ Importa referir que em novembro de 2024 se recebeu um valor significativo relativo a adiantamento no âmbito da candidatura do investimento da Linha de Alta Velocidade, valor este que só poderá ser utilizado futuramente na despesa relativa ao mesmo investimento.

⁶¹ Na sequência de decisão do Tribunal de Contas ao pedido de fiscalização prévia do Contrato Programa celebrado entre a Empresa e o Estado Português, e que considerou que este se encontra isento de fiscalização prévia, em 30 de outubro de 2023, foi possível na altura iniciar a faturação da RCP, tendo ficado por receber no final do ano de 2023 o montante de 14,8 milhões de euros, que apenas foi recebido em janeiro de 2024. Por

- A quebra das **vendas de bens de investimento** em 16,9%, acompanha o efeito de base que se associa às receitas de 2024 da WIL – Projetos Turísticos, S.A.⁶², e da NORTREM – Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E.⁶³, para além da diminuição da receita da Administração Local, mitigada pela receita obtida com a alienação de um terreno propriedade do Estado Português em Berlim.
- As **restantes receitas** aumentaram 1%, nelas se destacando a variação positiva nas reposições não abatidas aos pagamentos (RNAP⁶⁴) e nos recursos próprios comunitários, embora parcialmente compensadas por variações de sinal contrário nas outras receitas correntes e nas outras receitas de capital. De assinalar os efeitos de base de receitas de 2024, quer nas RNAP, com origem na devolução ao Estado de apoios às tarifas de gás, pela REN – Redes Energéticas Nacionais (208,3 milhões de euros⁶⁵), quer nas outras receitas de capital, com origem no exercício de direito potestativo de aquisição de direitos de conversão em ações (134,6 milhões de euros), essencialmente pelo Novo Banco e, com menor impacto, pelo *Haitong Bank*. Excluindo estes efeitos, o agregado das restantes receitas teria apresentado um incremento de 19,5%.

outro lado, foi possível dar logo início à faturação da RCP do 1.º trimestre de 2024, tendo sido recebidos 128,7 milhões de euros até dezembro de 2024. Por sua vez, em novembro de 2025, e na sequência de referida isenção de visto pelo Tribunal de Contas, iniciou-se a faturação às escolas relativa à RCP de 2025, tendo sido recebidos 109,1 milhões de euros até dezembro de 2025.

⁶² A WIL é uma sociedade que passou a ser detida pela Oitante, S.A., e pela Banif Imobiliária, S.A. (esta também detida pela Oitante, S.A.), na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., tendo como missão alienar todos os seus elementos patrimoniais, atendendo sempre aos princípios orientadores da sua atividade e às circunstâncias de mercado.

⁶³ Originada no exercício da opção de compra para aquisição de nove veículos de material circulante à Metro do Porto, S.A.

⁶⁴ Corresponde a entradas de fundos na tesouraria do Estado/organismo em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou por não terem sido utilizados pelas entidades que os receberam (*vide* Classificador Económico das receitas e das despesas públicas — Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro).

⁶⁵ Nos termos do Despacho n.º 8420/2024 dos Ministros de Estado e das Finanças e do Ambiente e Energia, de 28 de junho de 2024 (publicado no Diário de República, 2.ª Série, n.º 144, de 26 de julho de 2024), que determinou a devolução de 200 milhões de euros do Gestor Técnico Global do Sistema Nacional de Gás à tesouraria do Estado (receita orçamental).

Quadro 17. Restantes receitas

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

Receita por natureza e principais destaques	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada				Contributo VHA dez (em pp)
			Absoluta		(%)		
	2024	2025	nov	dez	nov	dez	
Outras receitas correntes	686,0	539,9	-146,6	-146,1	-23,3	-21,3	-6,6
Finanças	143,9	54,0	-93,3	-89,9	-64,7	-62,5	-4,1
Saúde	169,4	133,9	-61,5	-35,6	-39,9	-21,0	-1,6
Justiça	41,3	15,4	-18,2	-25,9	-55,8	-62,6	-1,2
Infraestruturas e Habitação	72,3	49,5	-24,0	-22,8	-28,1	-31,5	-1,0
Governança	19,0	2,0	-1,8	-17,0	-50,9	-89,4	-0,8
Defesa	76,0	102,9	16,0	26,8	21,6	35,3	1,2
Outras receitas de capital	198,5	153,8	-36,9	-44,7	-19,9	-22,5	-2,0
Recursos próprios comunitários	328,9	389,9	48,2	60,9	15,7	18,5	2,7
Reposições não abatidas nos pagamentos (RNAP)	1 002,1	1 154,4	172,6	152,3	19,1	15,2	6,9
Administração Central:	694,4	751,2	22,5	56,8	3,3	8,2	2,6
Restituições da contribuição financeira para a UE	149,0	106,8	-42,2	-42,2	-28,3	-28,3	-1,9
Saldos de gerência anterior	185,1	245,3	60,4	60,2	32,7	32,5	2,7
Outras	360,3	399,1	4,3	38,8	1,2	10,8	1,8
Segurança Social	253,5	340,0	148,2	86,5	84,8	34,1	3,9
Administração Regional	11,4	10,3	-4,8	-1,1	-44,4	-9,5	0,0
Administração Local	42,8	52,9	6,6	10,1	19,7	23,7	0,5
Total	2 215,5	2 238,0	37,3	22,5	1,8	1,0	

Fontes: Entidade Orçamental; Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.; e Entidade Orçamental, com base nos dados da Administração Regional — Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma dos Açores e Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma da Madeira — e da Administração Local — SIIAL/SISAL.

A diminuição das outras receitas correntes resultou, essencialmente, de situações pontuais relacionadas com operações de recuperação de impostos e recebimentos imprevistos, nomeadamente os efeitos de base da receita de 2024 de prémios (comissão) de garantia provenientes de duas operações de créditos à exportação para Angola, garantida pela Entidade do Tesouro e Finanças em 2023 (cujo cumprimento das condições suspensivas só ocorreu no início de 2024). De salientar, também, o facto de a receita proveniente de acordos com a indústria farmacêutica ter sido muito inferior a 2024, na Administração Central do Sistema de Saúde⁶⁶.

A execução das outras receitas de capital resultou de receitas cobradas ocasionalmente, as quais, regra geral, estão associadas a uma diminuição do património. A redução de receita ocorrida, assenta, sobretudo, no efeito de base da receita de 2024 com origem no exercício de direito potestativo de aquisição de direitos de conversão em ações, significativamente mitigado pela receita respeitante ao pagamento por parte das subconcessões Litoral Oeste e Baixo Tejo, relativos a pagamentos fixos por conta de disponibilidade previstos contratualmente, registada pela Infraestrutura de Portugal, S.A.

A cobrança dos recursos próprios comunitários (tradicionais) decorre do desempenho da atividade económica, especificamente das importações extracomunitárias (direitos aduaneiros).

O acréscimo das RNAP, face ao ano anterior, está influenciado pela devolução à Segurança Social de saldos de gerência do Instituto do Emprego e Formação Profissional (165,6 milhões de euros em 2025, face a 62,8 milhões de euros em 2024), bem como pela entrega pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (170 milhões de euros em 2025), no âmbito de uma medida temporária,

⁶⁶ O ano de 2024 registou um crescimento muito elevado destas receitas em virtude do pagamento de acordos de anos anteriores.

que tinha como finalidade o adiantamento nacional por conta de fundos europeus, nomeadamente do PESSOAS 2030 – Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão⁶⁷. Realce ainda para a entrega de verbas não aplicadas em despesa no ano de 2024 (65 milhões de euros), relativas à celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo⁶⁸, pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, e para o valor de RNAP associado às disposições legais relativas a saldos de dotações orçamentais da Lei de Programação Militar (LPM), em especial as reconhecidas pela Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (+38,4 milhões de euros⁶⁹) e pela Marinha (+28,6 milhões de euros⁷⁰).

Em sentido inverso, referência para o efeito de base da receita de 2024 com origem na devolução ao Estado de apoios às tarifas de gás, pela REN – Redes Energéticas Nacionais (208,3 milhões de euros), para além do menor valor de restituições associadas à contribuição financeira para a União Europeia, decorrentes de ajustamentos aos saldos de recursos próprios IVA, RNB e Plásticos de exercícios anteriores por revisões das bases estatísticas⁷¹.

⁶⁷ Nos termos das Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 173/2023, de 12 de dezembro, 42/2024, de 25 de março, e 90-B/2024, de 22 de julho, por forma a garantir a continuidade do financiamento dos cursos profissionais e dos cursos de educação e formação de jovens nas regiões NUTS II do Norte, Centro e Alentejo, enquanto regiões elegíveis no contexto desse Programa, dado que estas regiões são elegíveis no contexto dos programas de financiamento europeu mas não costumam beneficiar do apoio do Orçamento de Estado.

⁶⁸ Que tinham sido objeto de reforço em 2024 no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 192/2024, de 18 de dezembro (autorização para a entidade realizar despesa relativa a contratos-programa com o Comité Olímpico de Portugal e o Comité Paralímpico de Portugal), posteriormente objeto de reprogramação para o ano de 2025, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 31-A/2025, de 20 de fevereiro.

⁶⁹ Decorre da não execução em 2024 do contrato dos aviões A29, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 188-A/2024, de 13 de dezembro (autoriza os encargos orçamentais plurianuais e a realização da despesa com o desenvolvimento do programa A-29N Super Tucano), e do ressarcimento de doações de equipamentos no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 174/2024, de 3 de dezembro (autoriza a realização de despesa para cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português no âmbito do apoio à Ucrânia, até ao final de 2024).

⁷⁰ Decorre das dotações do ano de 2024 terem sido superiores às de 2023, para além do facto dos programas de investimento terem características próprias, prazos de entrega e planos de pagamentos plurianuais não lineares.

⁷¹ No valor de 106,8 milhões de euros em 2025, face a 149 milhões de euros no ano de 2024, nos quais se incluem 49 milhões de euros relativos a orçamento rectificativo europeu adotado no final de 2023 e recebidos em janeiro de 2024.

III. OUTROS ASPETOS RELEVANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL



III. OUTROS ASPETOS RELEVANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

III.1. Serviço Nacional de Saúde

Em dezembro, o **saldo** do SNS situou-se em -1035,1 milhões de euros, representando uma melhoria de 533,9 milhões de euros face ao período homólogo, resultado do crescimento da receita em 10,8% superior ao crescimento da despesa de 6,4%. Considerando as dotações de capital realizadas, no valor de 1311,4 milhões de euros, o saldo situou-se em 276,3 milhões de euros.

Quadro 18. Execução financeira do Serviço Nacional de Saúde
Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada				Contributo VHA dez (em pp)
			Absoluta		(%)		
	2024	2025	nov	dez	nov	dez	
Transferências correntes	13 573,4	15 207,7	1 441,7	1 634,3	11,8	12,0	11,4
<i>das quais:</i>							
Transferências do OE	13 401,6	14 953,7	1 319,1	1 552,1	10,8	11,6	10,8
Jogos Sociais	109,8	120,2	11,7	10,4	10,8	9,5	0,1
Venda de Bens e Serviços Correntes	198,6	114,0	8,9	-84,6	9,2	-42,6	-0,6
Taxas Moderadoras	20,8	16,6	-5,2	-4,2	-26,7	-20,1	0,0
Outros Impostos e Taxas	171,8	184,0	12,8	12,2	8,2	7,1	0,1
Outras receitas	304,5	283,9	-18,8	-20,6	-7,4	-6,8	-0,1
Receita total	14 378,9	15 926,4	1 451,1	1 547,5	11,2	10,8	
Despesas com pessoal	6 663,4	7 165,4	612,1	502,0	10,3	7,5	3,1
Fornecimentos e serviços externos	8 608,0	9 099,6	731,1	491,6	9,9	5,7	3,1
<i>dos quais:</i>							
Produtos Farmacêuticos	2 262,1	2 435,5	163,3	173,4	8,6	7,7	1,1
Material de consumo clínico	935,3	920,1	92,5	-15,2	12,2	-1,6	-0,1
Produtos vendidos em farmácias	1 819,3	2 055,8	209,0	236,5	12,6	13,0	1,5
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	1 282,5	1 374,1	54,7	91,6	4,5	7,1	0,6
Serviços Especializados	857,6	921,4	90,8	63,8	12,2	7,4	0,4
Parcerias público-privadas (PPP)	234,2	221,4	62,7	-12,8	43,5	-5,5	-0,1
Outra despesa	676,5	696,5	105,5	20,0	22,1	3,0	0,1
Despesa total	15 947,9	16 961,5	1 448,7	1 013,6	10,5	6,4	
Saldo	-1 569,0	-1 035,1	2,4	533,9			
Saldo Total (inclui desembolsos de dotações de capital)	-593,4	276,3	701,6	869,7			
<i>Transferências em dotações de capital desembolsadas e refletidas na conta patrimonial</i>	975,6	1 311,4	699,1	335,8		-	

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS, I.P.)
Nota: A informação relativa a dezembro de 2024 corresponde aos dados mais recentes disponibilizados pela ACSS, I.P.

A **despesa** apresenta um crescimento de 6,4%, influenciada pelo acréscimo das despesas com pessoal (7,5%)⁷² e dos fornecimentos e serviços externos (5,7%). O aumento das despesas com pessoal reflete, entre

⁷² Segundo os dados do Portal Transparência, o número de efetivos no SNS aumentou, em dezembro 2025, 2,5% (+3728 trabalhadores) e os profissionais de saúde aumentaram 2,6% (+2424 trabalhadores) em termos homólogos (<https://transparencia.sns.gov.pt>).

outras, a execução das seguintes medidas: (i) valorizações remuneratórias aplicadas aos trabalhadores em funções públicas; (ii) implementação da dedicação plena no SNS e da organização e do funcionamento das unidades de saúde familiar (USF); (iii) incentivos às equipas das USF modelo B; (iv) nova carreira especial de Técnico Auxiliar de Saúde; (v) atribuição de um suplemento remuneratório aos médicos para assegurar o funcionamento dos serviços de urgência; e (vi) alteração da estrutura remuneratória das carreiras especiais médica, de enfermagem e farmacêutica. Nos fornecimentos e serviços externos, a evolução é resultado, em grande medida, do aumento da despesa com: (i) produtos vendidos em farmácias (13%), indicando uma intensificação de prescrição e dispensa na medicação; (ii) produtos farmacêuticos (7,7%), em face de novas terapêuticas aprovadas, da variação de preços e do aumento do consumo de diversos medicamentos; (iii) meios complementares de diagnóstico e terapêutica (7,1%), com maior impacto nos cuidados respiratórios domiciliários, medicina física de reabilitação, anatomia patológica, patologia clínica, cardiologia e imagiologia; e (iv) encargos com serviços especializados (7,4%), que incluem os encargos com prestadores de serviços médicos e de enfermagem para assegurar o serviço de urgência, os cuidados de saúde primários e a resposta à atividade assistencial.

O crescimento de 10,8% da **receita** resultou, essencialmente, do aumento das transferências do OE (11,6%).

III.2. Operações com ativos financeiros

Em dezembro, a **despesa** do Estado com ativos financeiros ascendeu a 831,4 milhões de euros, repartidos essencialmente entre as dotações de capital realizadas nas Unidades Locais de Saúde, E.P.E. (612,3 milhões de euros) e no Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (153,5 milhões de euros) e o empréstimo a médio e longo prazo concedido ao IAPMEI, I.P. no âmbito do PRR (50 milhões de euros).

Quadro 19. Despesa com ativos financeiros do Estado

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Execução		Execução acumulada
	nov/25	dez/25	2025
Empréstimos a médio e longo prazo	13,0	50,0	630,1
Serviços e Fundos Autónomos	0,0	50,0	397,7
Entidades Públicas Reclassificadas	0,0	0,0	61,9
Administração Regional	0,0	0,0	150,0
Países Terceiros	13,0	0,0	15,0
Outros Fundos	0,0	0,0	0,7
Administração Local	0,0	0,0	4,7
Dotações de capital	5,1	768,0	2 916,8
Entidades Públicas não Financeiras	0,0	0,0	343,0
Entidades Públicas Reclassificadas	5,1	768,0	2 573,8
Aquisição de Participações	0,1	5,0	5,2
Execução de garantias	10,9	8,4	64,3
Participações em organizações internacionais	3,4	0,0	16,4
Total dos ativos financeiros	32,5	831,4	3 632,7

Fonte: Ministério das Finanças.

Em 2025, a **despesa** do Estado com ativos financeiros totalizou 3632,7 milhões de euros, relativos essencialmente a dotações de capital (2916,8 milhões de euros) e empréstimos a médio e longo prazo (630,1 milhões de euros), tal como evidenciado no quadro seguinte:

Quadro 20. Repartição da despesa com dotações de capital e empréstimos
Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Dotações de capital	Empréstimos a médio e longo prazo	Total
Unidades de Saúde, E.P.E.	1 311,4	0,0	1 311,4
Infraestruturas de Portugal, S.A.	1 006,6	0,0	1 006,6
TAP, S.A.	343,0	0,0	343,0
IAPMEI, I.P.	0,0	320,0	320,0
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	153,5	0,0	153,5
Administração Regional	0,0	150,0	150,0
Construção Pública, E.P.E.	85,4	61,9	147,4
IHRU, I.P.	0,0	77,7	77,7
Países Terceiros	0,0	15,0	15,0
EDIA, S.A.	14,5	0,0	14,5
Administração Local	0,0	4,7	4,7
RTP, S.A.	2,3	0,0	2,3
Outros Fundos	0,0	0,7	0,7
	2 916,8	630,1	3 546,9

Fonte: Ministério das Finanças.

Em dezembro, a **receita** de ativos financeiros foi de 195,7 milhões de euros, associada sobretudo a amortizações de empréstimos a médio e longo prazo por parte da Grécia (88,6 milhões de euros) e da Parvalorem, S.A. (80 milhões de euros).

Em 2025, a **receita** de ativos financeiros ascendeu a 1216,3 milhões de euros, dos quais:

- 772,8 milhões de euros relativos a rendimentos de propriedade, com destaque para os dividendos distribuídos pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (671,5 milhões de euros) e pelo Novo Banco, S.A. (20,3 milhões de euros) e para os juros recebidos, nomeadamente, da Região Autónoma da Madeira associados aos empréstimos PAEF (19,4 milhões de euros), da Grécia (19,1 milhões de euros) e do IAPMEI, I.P. e do IHRU, I.P. no âmbito do PRR (14,8 milhões de euros);
- 286,3 milhões de euros em amortizações de empréstimos a médio e longo prazo, principalmente, por parte da Grécia (88,6 milhões de euros), da Parvalorem, S.A. (80 milhões de euros), da Região Autónoma da Madeira no âmbito do PAEF (58,1 milhões de euros), da Administração Local (29,8 milhões de euros) e da Região Autónoma dos Açores (15,7 milhões de euros);
- 130,1 milhões de euros referentes a outros ativos financeiros, em resultado, sobretudo da distribuição de capital pelo Novo Banco S.A. aos acionistas, decorrente da redução de capital realizada (126,1 milhões de euros).

Quadro 21. Principal receita de ativos financeiros do Estado

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Execução		Execução acumulada
	nov/25	dez/25	2025
Rendimentos de propriedade	10,8	13,3	772,8
Juros	0,2	13,2	69,1
Dividendos	10,6	0,1	703,7
Amortizações de empréstimos a médio e longo prazo	3,2	181,2	286,3
Recuperação de créditos garantidos	2,3	0,8	27,1
Ações e outras participações	0,0	0,0	0,0
Outros ativos financeiros	0,0	0,4	130,1
Total	16,4	195,7	1 216,3

Fonte: Ministério das Finanças.

III.3. Dívida não financeira das Administrações Públicas

Em dezembro, o **passivo não financeiro** das Administrações Públicas (AP)⁷³ situou-se em 1929,9 milhões de euros⁷⁴, tendo registado um aumento de 97,3 milhões de euros face ao período homólogo. Esta variação é justificada pelo aumento na Administração Central (66,6 milhões de euros) e na Administração Regional (32,3 milhões de euros).

Esta evolução resulta em grande medida do aumento dos passivos nas componentes de aquisição de bens de capital (133,5 milhões de euros) e transferências para as Administrações Públicas (48,5 milhões de euros), atenuado pela diminuição em outras despesas (-67 milhões de euros), transferências para fora das Administrações Públicas (-9,4 milhões de euros) e aquisição de bens e serviços (- 8,3 milhões de euros).

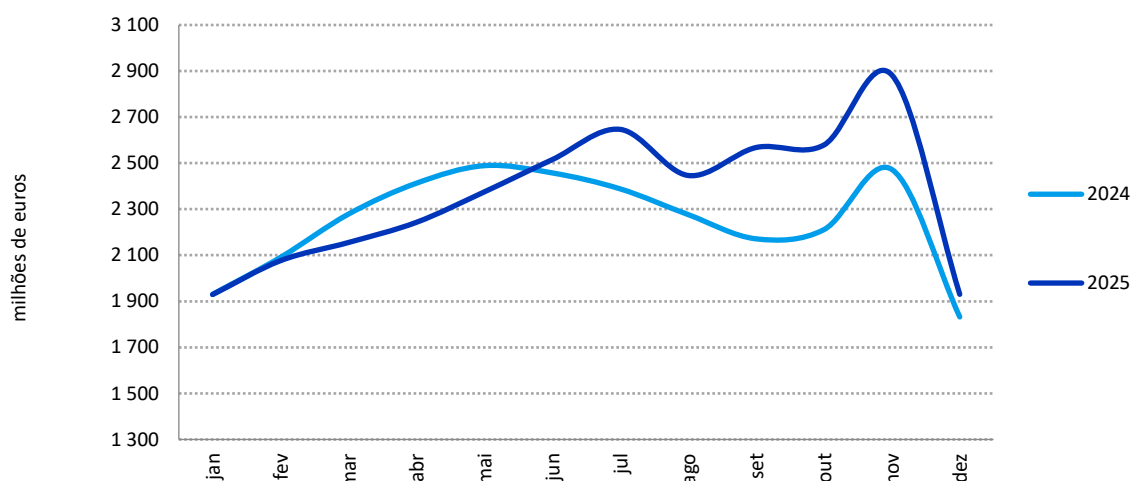
Em comparação com o final do mês anterior, observa-se uma redução de 952,4 milhões de euros que resulta da diminuição registada por todos os subsetores: Administração Central (-667,7 milhões de euros), Administração Local (-207 milhões de euros) e Administração Regional (-77,8 milhões de euros).

Por componente, a evolução mensal é explicada pela diminuição dos passivos em todas as componentes de despesa com destaque para aquisição de bens e serviços (-225 milhões de euros, aquisição de bens de capital (-220,4 milhões de euros) e outras despesas (-208,5 milhões de euros).

⁷³ Dados revistos para a Administração Local desde 2020 com base na informação do SISAL, influenciada pelo processo de transição dos municípios para o novo referencial contabilístico – SNC-AP. Os passivos e pagamentos em atraso abrangem a despesa efetiva das entidades da Administração Local. Para os municípios que não procederam ao reporte é considerado o último reporte submetido. Em face da incorporação dos reportes das entidades faltosas, os dados publicados mensalmente podem sofrer revisões.

⁷⁴ O passivo não financeiro das AP não inclui: (i) a contribuição financeira para a União Europeia, uma vez que a mesma não constitui uma dívida na ótica das contas nacionais e a sua inclusão distorce a análise apresentada; (ii) o Serviço Nacional de Saúde, as entidades públicas reclassificadas e restantes entidades que não se incluem no perímetro de consolidação das Administrações Públicas em contas nacionais.

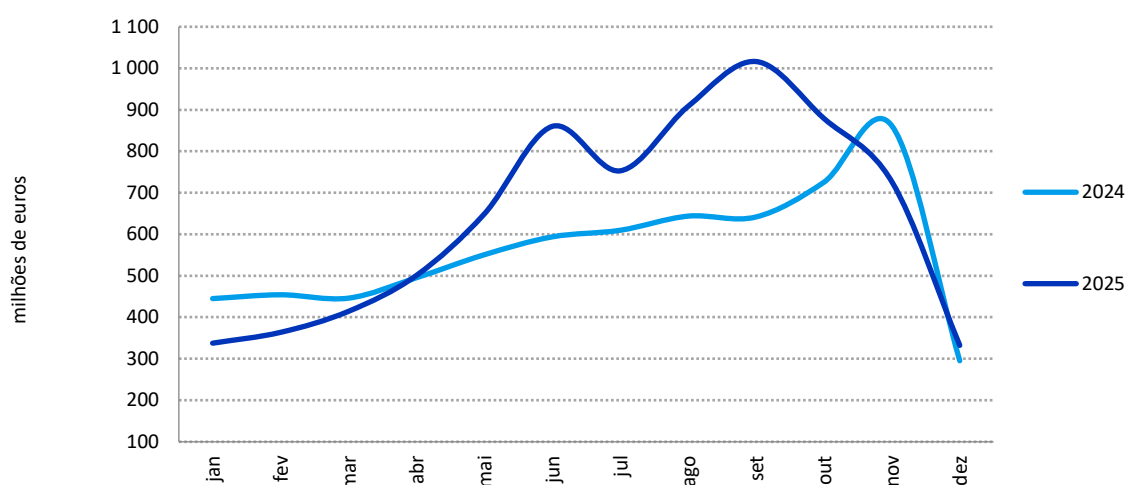
Gráfico 5. Passivo não financeiro das Administrações Públicas — Stock em final de período



Fonte: Entidade Orçamental.

No final de dezembro, os **pagamentos em atraso** das entidades públicas ascenderam a 332,3 milhões de euros, o que representa um aumento de 37,4 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior e uma diminuição de 394,7 milhões de euros quando comparado com o mês anterior.

Gráfico 6. Pagamentos em atraso das entidades públicas — Stock em final de período



Fonte: Entidade Orçamental.

A evolução homóloga justifica-se, em particular, pelo aumento registado na área da saúde (47,3 milhões de euros) e nas Entidades Públicas Reclassificadas (18 milhões de euros), contrariado pela diminuição na Administração Regional (- 30,6 milhões de euros).

Relativamente à variação mensal, a evolução registada é verificada em todos os subsectores com maior expressão nas entidades da área da saúde (-374,3 milhões de euros), para a qual contribuíram as entradas de capital de 600 milhões de euros e os reforços dos Contratos-Programa de 206 milhões de euros nas

Unidades de Saúde EPE realizadas no presente mês de dezembro destinadas exclusivamente à regularização de dívidas a fornecedores.

III.4. Operações com registo diferenciado em contas nacionais

Nos períodos orçamentais em análise, ocorreram operações específicas, que envolvem registos distintos e impactos diferenciados na contabilidade pública e na contabilidade nacional, em função dos princípios preconizados por cada ótica. Neste período destacam-se as seguintes:

- **Reposições não abatidas aos pagamentos (RNAP)**

Neste contexto, referem-se a situações em que ocorre a entrada de verbas num ano económico diferente daquele onde o facto que lhe deu origem ocorreu:

- a) Em 2024, foram restituídas verbas no valor de 49 milhões de euros, relativas à contribuição financeira de Portugal para a União Europeia (UE), que resultaram do orçamento retificativo da UE aprovado em 2023. Em contabilidade pública esta restituição traduz-se em receita arrecadada em 2024 e em contabilidade nacional esta restituição é considerada como uma redução da despesa com a contribuição financeira para a UE no ano a que se refere, neste caso, 2023.
 - b) Em 2024, foram devolvidos à tesouraria do Estado, pela Caixa Geral de Aposentações, 33 milhões de euros e pelo Fundo Ambiental o montante de 3 milhões de euros, correspondentes a verbas recebidas e não utilizadas em 2023. Foram também devolvidos à Segurança Social pelo IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. saldos de gerência no valor de 63 milhões de euros. Em 2025, a mesma situação ocorreu com a devolução de 65 milhões de euros⁷⁵, por parte do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., relativos a verbas recebidas e não utilizadas em 2024 e de 23 milhões de euros pela Caixa Geral de Aposentações, igualmente referentes a saldos não utilizados. Foram ainda devolvidos saldos de gerência à Segurança Social no valor de 169 milhões de euros, dos quais 166 milhões de euros pelo IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. e cerca de 3 milhões pela ACT- Autoridade para as Condições do Trabalho. Em contabilidade nacional, estas verbas, com origem em saldos de gerência, não são registadas na receita.
- A **conversão de ativos por impostos diferidos em crédito tributário reembolsável** é registada em contas nacionais como despesa efetiva em transferências de capital no momento que a Autoridade Tributária valida o crédito, neste caso em dezembro 2023. Em contabilidade pública é registada no momento do pagamento através de reembolsos de IRC que apenas ocorreu em fevereiro 2024, pelo montante 117 milhões de euros.
 - A alocação adicional de **verbas ao Sistema Elétrico Nacional (SEN) para a redução das tarifas de eletricidade** foi registada em contabilidade pública como transferência corrente para o Fundo Ambiental no momento do pagamento (566 milhões de euros em 2024). Em contabilidade nacional, essas verbas são consideradas despesa efetiva em subsídios, no momento em que os encargos foram assumidos (200 milhões de euros em 2023 e 366 milhões de euros em 2024), e não no momento em que os respetivos pagamentos foram efetuados.

⁷⁵ Decorre da não execução em 2024 da despesa relativa a contrato-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 192/2024, de 18 de dezembro, pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

- Na sequência da **decisão do Supremo Tribunal Administrativo**, proferida em dezembro de 2023, no âmbito do processo do **Aproveitamento Hidroelétrico do Fridão**, que determinou o pagamento de 227,6 milhões de euros pelo Estado português à EDP – Energias de Portugal S.A., como devolução do montante pago em 2009 pelos direitos de exploração da concessão da barragem do Fridão cuja construção não chegou a ocorrer, o acordo extrajudicial de negociação foi registado em contabilidade pública em março de 2024 pelo referido montante. Em contabilidade nacional, as decisões judiciais são registadas como despesa efetiva em transferências de capital no momento que são decididas pelo tribunal, e não sujeitas a recurso, o que neste caso ocorreu em dezembro 2023, e não no momento em que foi realizado o respetivo pagamento.
- No âmbito do **regime transitório de estabilização do preço do gás natural** (Decreto-Lei n.º 84-D/2022, de 9 de dezembro), as transferências do Estado para o Gestor Técnico Global do Sistema Nacional de Gás (GTG), efetuadas em dezembro de 2022, foram registadas em contabilidade pública como despesa no momento da transferência, mas em contas nacionais o mesmo montante foi considerado como um adiantamento, sem impacto imediato na despesa de 2022. Nesta ótica, a despesa apenas foi reconhecida à medida que os apoios foram efetivamente pagos às empresas beneficiárias, em função dos consumos abrangidos. Em 2024, este registo totalizou 20 milhões de euros.

Em 2023 e 2024, parte dessas verbas que não chegaram a ser utilizadas foram restituídas ao Estado. Na ótica da contabilidade pública, estas restituições foram registadas como receita, sob a rubrica de reposições não abatidas aos pagamentos (RNAP), no valor de 208 milhões de euros em 2024. Já em contas nacionais, dado que o montante inicial tinha sido classificado apenas como adiantamento, a restituição não foi considerada como receita.

- No leilão de licenças 5G de 2021, a ANACOM atribuiu direitos de utilização de **frequências da 5.ª geração móvel (5G)** a várias operadoras pelo período de 20 anos, tendo arrecadado com o leilão receita que, em contabilidade pública, foi registada nesse ano, como taxas, multas e outras penalidades. Anualmente são ainda registadas as receitas relativas aos pagamentos diferidos realizados pelos operadores que optaram por essa modalidade. Em contabilidade nacional, a receita total associada ao leilão de licenças 5G é especializada e vai sendo reconhecida em rendas ao longo do período de vigência do direito de utilização das frequências, neste caso, 20 anos.

Quadro 22. Fatores explicativos com impacto na variação homóloga com efeito diferenciado em contas nacionais

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

		Impacto em Contabilidade Pública (CP)			Impacto em Contabilidade Nacional (CN)			CN vs CP*
		2024	2025	VHA	2024	2025	VHA	VHA
Efeito na Receita		258	276	18	27	27	0	-18
[1]	RNAP - Contribuição financeira UE	49	0	-49	0	0	0	49
[2]	RNAP - Saldos de gerência	99	257	158	0	0	0	-158
[3]	Ativos por impostos diferidos	-117	0	117	0	0	0	-117
[4]	Regime transitório de estabilização de preços do gás	208	0	-208	0	0	0	208
[5]	Utilização de licenças 5G	18	19	1	27	27	0	-1
Efeito na Despesa		794	0	-794	386	0	-386	407
[6]	Redução das tarifas de acesso às redes na eletricidade	566	0	-566	366	0	-366	200
[7]	Decisão judicial da Barragem do Fridão	228	0	-228	0	0	0	228
[8]	Regime transitório de estabilização de preços do gás	0	0	0	20	0	-20	-20
Impacto no Saldo		-536	276	812	-359	27	386	-425

Notas:

[*] O efeito em contas nacionais deve ser analisado como comparação entre variações, e não como impacto no saldo nesta ótica.
A informação apresentada na Síntese de Execução Orçamental decorre da aplicação dos princípios de contabilidade pública que reflete as despesas e receitas relativas aos pagamentos e recebimentos ocorridos em determinado período, correspondendo a uma abordagem numa ótica de caixa. A

contabilidade nacional é orientada pelo princípio da especialização do exercício, numa ótica de compromisso, sendo registadas as despesas e as receitas assumidas no período, independentemente do momento em que se verifica o correspondente pagamento ou recebimento.

Fonte: Entidade Orçamental

IV. ANEXOS ESTATÍSTICOS



Anexo I. Receita, despesa e saldo das Administrações Públicas

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

Subsetor e principais destaques	Saldo		Receita		Despesa		Variação Homóloga Acumulada (%)	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	Receita	Despesa
Administração Central e Segurança Social	-600,9	-52,5	110 926,0	118 949,2	111 526,9	119 001,7	7,2	6,7
Administração Central	-6 137,2	-6 784,8	83 137,2	87 958,4	89 274,4	94 743,1	5,8	6,1
da qual:								
Subsetor Estado / Serviços Integrados	-5 655,9	-7 501,6	66 361,4	70 331,8	72 017,3	77 833,4	6,0	8,1
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	313,0	-436,3	1 135,1	769,2	822,2	1 205,5	-32,2	46,6
Instituições do Ensino Superior	226,7	12,2	2 938,8	2 982,3	2 712,2	2 970,1	1,5	9,5
Serviço Nacional de Saúde	-1 126,7	-945,0	27 851,4	30 260,1	28 978,2	31 205,1	8,6	7,7
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	-79,1	102,8	390,5	335,0	469,5	232,1	-14,2	-50,6
Instituto da Habitação e da Reabilitação Profissional, I.P.	-46,4	393,2	705,1	1 377,5	751,5	984,3	95,4	31,0
Infraestruturas de Portugal, S.A.	-950,3	-391,7	1 807,5	2 175,6	2 757,8	2 567,3	20,4	-6,9
Segurança Social	5 536,3	6 732,3	42 192,1	46 119,4	36 655,8	39 387,1	9,3	7,5
Administração Regional	13,5	-91,8	3 476,4	3 693,3	3 462,9	3 785,1	6,2	9,3
Administração Local	999,7	1 442,0	14 338,6	16 467,7	13 338,9	15 025,7	14,8	12,6
Administrações Públicas	412,2	1 297,7	120 905,2	130 182,5	120 493,0	128 884,7	7,7	7,0

Nota: Valores na ótica de caixa (Contabilidade Pública) não consolidados de fluxos intersetoriais; divergências relativamente aos valores publicados em 2024 devem-se a atualizações de valores.

Fonte: Entidade Orçamental.

Anexo II. Conta consolidada das Administrações Públicas

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Execução Acumulada										Orçamento Inicial
	2024					2025					
	Estado	Serviços e Fundos Autônomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Adm. Públicas	Estado	Serviços e Fundos Autônomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Adm. Públicas	Adm. Públicas
Receita corrente	66 037,0	41 547,6	15 264,2	42 190,2	117 248,4	70 025,7	44 507,9	16 871,9	46 118,1	126 074,2	125 463,9
Receita fiscal	60 629,4	748,4	6 272,3	232,9	67 883,0	64 798,7	771,2	6 891,1	236,2	72 697,2	70 663,5
Impostos diretos	27 679,9	0,0	4 864,4	0,0	32 544,3	28 835,3	0,0	5 470,7	0,0	34 306,0	32 861,8
Impostos indiretos	32 949,5	748,4	1 407,9	232,9	35 338,7	35 963,4	771,2	1 420,4	236,2	38 391,1	37 801,7
Contribuições de Segurança Social	84,3	4 405,6	0,0	27 688,5	32 178,4	88,1	4 603,6	0,0	30 145,7	34 837,4	33 913,8
Transferências correntes	1 181,8	29 440,6	6 341,4	13 016,0	2 995,8	1 111,8	31 990,2	6 929,2	14 285,5	3 782,6	6 071,2
Administrações Públicas	903,3	27 966,6	6 104,4	12 009,8	0,0	851,8	30 234,2	6 675,6	12 772,5	0,0	0,0
Outras	278,5	1 474,0	237,0	1 006,2	2 995,8	260,0	1 756,0	253,6	1 513,0	3 782,6	6 071,2
Outras receitas correntes	3 998,1	6 913,0	2 631,3	1 252,8	13 988,7	4 008,2	7 142,5	3 051,6	1 450,7	14 737,6	14 595,0
Diferenças de consolidação	143,4	40,0	19,2	0,0	202,6	19,1	0,3	0,0	0,0	19,4	220,4
Receita de capital	324,4	4 684,0	2 540,9	1,9	3 656,8	306,1	5 280,7	3 267,5	1,3	4 108,3	7 303,9
Venda de bens de investimento	3,1	86,8	100,9	1,3	192,1	22,1	50,9	86,2	0,3	159,5	979,9
Transferências de capital	176,0	4 577,8	2 406,2	0,6	3 266,3	270,9	5 109,1	3 158,2	1,0	3 767,0	6 177,9
Administrações Públicas	44,0	2 496,1	1 353,7	0,5	0,0	147,7	2 877,2	1 746,2	1,0	0,0	0,0
Outras	132,0	2 081,7	1 052,5	0,1	3 266,3	123,2	2 231,9	1 412,0	0,0	3 767,0	6 177,9
Outras receitas de capital	145,3	19,4	33,8	0,0	198,5	13,1	120,7	19,9	0,0	153,8	40,9
Diferenças de consolidação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,2	0,0	27,9	105,1
Receita efetiva	66 361,4	46 231,6	17 805,1	42 192,1	120 905,2	70 331,8	49 788,5	20 139,4	46 119,4	130 182,5	132 767,8
Despesa corrente	67 354,8	41 009,3	13 185,9	36 488,5	110 247,9	72 200,2	42 727,0	14 251,4	39 229,8	116 959,0	118 123,5
Despesas com o pessoal	11 320,0	10 615,0	5 969,5	343,4	28 247,9	12 201,6	11 583,8	6 438,1	352,7	30 576,1	29 732,0
Remunerações certas e permanentes	8 170,9	7 381,9	4 518,7	274,9	20 346,3	8 790,5	8 094,8	4 866,6	281,1	22 033,0	21 771,0
Abonos variáveis ou eventuais	458,8	1 223,9	331,7	6,7	2 021,1	512,8	1 302,1	379,7	6,8	2 201,4	2 049,4
Segurança Social	2 690,4	2 009,2	1 119,1	61,8	5 880,5	2 898,3	2 186,9	1 191,8	64,8	6 341,7	5 911,6
Aquisição de bens e serviços	2 130,4	11 885,1	4 566,1	113,3	18 688,2	2 195,9	12 656,0	4 883,3	101,7	19 834,9	20 512,7
Juros e outros encargos	6 801,4	294,3	320,4	7,9	6 971,1	6 708,3	222,3	294,3	7,7	6 817,0	7 171,8
Transferências correntes	46 715,8	16 865,4	1 228,6	35 450,8	53 299,9	50 586,4	17 071,6	1 292,8	37 770,0	55 881,1	55 448,7
Administrações Públicas	42 697,0	1 985,4	122,9	2 155,4	0,0	46 565,8	1 900,8	135,2	2 237,9	0,0	0,0
Outras	4 018,8	14 879,9	1 105,7	33 295,5	53 299,9	4 020,6	15 170,8	1 157,6	35 532,1	55 881,1	55 448,7
Subsídios	268,8	747,0	904,6	565,4	2 053,3	400,2	707,8	1 122,0	989,5	2 568,0	2 635,1
Outras despesas correntes	118,3	598,3	196,6	7,8	921,1	107,9	481,6	193,4	8,2	791,0	2 622,2
Diferenças de consolidação	0,1	4,2	0,0	0,0	66,5	0,0	4,1	27,5	0,0	490,9	1,0
Despesa de capital	4 662,5	5 703,6	3 606,1	167,3	10 245,1	5 633,2	6 344,7	4 537,8	157,3	11 925,7	16 333,7
Investimentos	1 044,5	3 524,9	3 145,1	71,7	7 786,1	1 709,0	3 702,3	4 017,0	94,6	9 522,9	12 704,0
Transferências de capital	3 599,8	1 843,7	427,7	95,6	1 879,6	3 920,1	2 354,9	495,9	62,7	2 086,3	3 373,8
Administrações Públicas	3 544,4	531,6	11,3	0,0	0,0	3 885,0	843,9	18,5	0,0	0,0	0,0
Outras	55,5	1 312,0	416,4	95,6	1 879,6	35,1	1 511,0	477,4	62,7	2 086,3	3 373,8
Outras despesas de capital	2,0	313,0	27,1	0,0	342,1	1,5	104,5	24,9	0,0	130,9	255,9
Diferenças de consolidação	16,2	22,0	6,1	0,0	237,3	2,6	183,0	0,0	0,0	185,6	0,0
Despesa efetiva	72 017,3	46 712,8	16 791,9	36 655,8	120 493,0	77 833,4	49 071,7	18 789,2	39 387,1	128 884,7	134 457,2
Saldo global	-5 655,9	-481,2	1 013,2	5 536,3	412,2	-7 501,6	716,8	1 350,2	6 732,3	1 297,7	-1 689,4
Despesa primária	65 215,9	46 418,5	16 471,5	36 648,0	113 521,9	71 125,2	48 849,5	18 494,9	39 379,4	122 067,7	127 285,4
Saldo corrente	-1 317,9	538,3	2 078,3	5 701,7	7 000,5	-2 174,5	1 780,8	2 620,5	6 888,3	9 115,2	7 340,4
Saldo de capital	-4 338,1	-1 019,6	-1 065,2	-165,4	-6 588,2	-5 327,1	-1 064,0	-1 270,3	-156,0	-7 817,4	-9 029,8
Saldo primário	1 145,5	-186,9	1 333,5	5 544,1	7 383,3	-793,3	939,1	1 644,5	6 740,0	8 114,8	5 482,4

Nota: A execução das Administrações Regional e Local acima identificada difere da soma da execução dos setores (14 — Adm R e 15 — Adm Loc) devido à inclusão de uma estimativa das freguesias na conta consolidada.

Fonte: Entidade Orçamental.

[Anexo II. Conta consolidada das Administrações Públicas > Continuação]

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Variação Homóloga Absoluta					Variação Homóloga Relativa (%)				
	Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Adm. Públicas	Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Adm. Públicas
Receita corrente	3 988,8	2 960,3	1 607,7	3 927,9	8 825,8	6,0	7,1	10,5	9,3	7,5
Receita Fiscal	4 169,3	22,8	618,8	3,3	4 814,2	6,9	3,1	9,9	1,4	7,1
Impostos diretos	1 155,4	0,0	606,3	0,0	1 761,7	4,2	-	12,5	-	5,4
Impostos indiretos	3 013,9	22,8	12,5	3,3	3 052,5	9,1	3,1	0,9	1,4	8,6
Contribuições de Segurança Social	3,8	198,0	0,0	2 457,3	2 659,1	4,5	4,5	-	8,9	8,3
Transferências correntes	-70,1	2 549,6	587,8	1 269,4	786,9	-5,9	8,7	9,3	9,8	26,3
Administrações Públicas	-51,5	2 267,6	571,2	762,6	0,0	-5,7	8,1	9,4	6,4	-
Outras	-18,5	282,0	16,6	506,8	786,9	-6,7	19,1	7,0	50,4	26,3
Outras receitas correntes	10,1	229,5	420,3	197,9	748,9	0,3	3,3	16,0	15,8	5,4
Diferenças de consolidação	-124,3	-39,7	-19,2	0,0	-183,3	-	-	-	-	-
Receita de capital	-18,3	596,7	726,6	-0,6	451,5	-5,6	12,7	28,6	-30,1	12,3
Venda de bens de investimento	19,0	-36,0	-14,6	-0,9	-32,5	-	-41,4	-14,5	-74,9	-16,9
Transferências de capital	94,9	531,3	751,9	0,4	500,7	53,9	11,6	31,2	61,3	15,3
Administrações Públicas	103,7	381,1	392,5	0,5	0,0	235,7	15,3	29,0	95,8	-
Outras	-8,8	150,2	359,5	-0,1	500,7	-6,7	7,2	34,2	-100,0	15,3
Outras receitas de capital	-132,2	101,4	-13,8	0,0	-44,7	-91,0	-	-41,0	-47,4	-22,5
Diferenças de consolidação	0,0	0,0	3,2	0,0	27,9	-	-	-	-	-
Receita efetiva	3 970,5	3 557,0	2 334,3	3 927,3	9 277,2	6,0	7,7	13,1	9,3	7,7
Despesa corrente	4 845,4	1 717,8	1 065,5	2 741,3	6 711,1	7,2	4,2	8,1	7,5	6,1
Despesas com o pessoal	881,5	968,8	468,6	9,3	2 328,3	7,8	9,1	7,9	2,7	8,2
Remunerações certas e permanentes	619,6	713,0	347,9	6,2	1 686,7	7,6	9,7	7,7	2,3	8,3
Abonos variáveis ou eventuais	54,1	78,2	48,0	0,1	180,4	11,8	6,4	14,5	1,8	8,9
Segurança social	207,9	177,6	72,7	2,9	461,2	7,7	8,8	6,5	4,7	7,8
Aquisição de bens e serviços	65,5	770,9	317,2	-11,6	1 146,6	3,1	6,5	6,9	-10,2	6,1
Juros e outros encargos	-93,2	-72,0	-26,1	-0,1	-154,0	-1,4	-24,5	-8,1	-1,3	-2,2
Transferências correntes	3 870,6	206,3	64,2	2 319,2	2 581,2	8,3	1,2	5,2	6,5	4,8
Administrações Públicas	3 868,9	-84,6	12,3	82,5	0,0	9,1	-4,3	10,0	3,8	-
Outras	1,8	290,9	51,9	2 236,6	2 581,2	0,0	2,0	4,7	6,7	4,8
Subsídios	131,3	-39,2	217,4	424,1	514,7	48,9	-5,3	24,0	75,0	25,1
Outras despesas correntes	-10,4	-116,8	-3,3	0,4	-130,0	-8,8	-19,5	-1,7	5,0	-14,1
Diferenças de consolidação	-0,1	-0,1	27,5	0,0	424,4	-	-	-	-	-
Despesa de capital	970,7	641,1	931,8	-10,0	1 680,7	20,8	11,2	25,8	-6,0	16,4
Investimentos	664,5	177,5	871,9	22,9	1 736,8	63,6	5,0	27,7	32,0	22,3
Transferências de capital	320,3	511,2	68,2	-32,9	206,7	8,9	27,7	15,9	-34,4	11,0
Administrações Públicas	340,6	312,2	7,2	0,0	0,0	9,6	58,7	63,9	-	-
Outras	-20,4	199,0	61,0	-32,9	206,7	-36,7	15,2	14,7	-34,4	11,0
Outras despesas de capital	-0,4	-208,6	-2,2	0,0	-211,2	-21,7	-66,6	-8,2	-	-61,7
Diferenças de consolidação	-13,6	161,0	-6,1	0,0	-51,7	-	-	-	-	-
Despesa efetiva	5 816,1	2 358,9	1 997,3	2 731,3	8 391,7	8,1	5,0	11,9	7,5	7,0
Saldo global	-1 845,6	1 198,0	337,1	1 196,0	885,5					
Despesa primária	5 909,3	2 431,0	2 023,4	2 731,4	8 545,8	9,1	5,2	12,3	7,5	7,5
Saldo corrente	-856,6	1 242,5	542,2	1 186,6	2 114,7					
Saldo de capital	-989,0	-44,4	-205,1	9,4	-1 229,2					
Saldo primário	-1 938,8	1 126,0	311,0	1 195,9	731,5					

Fonte: Entidade Orçamental.

Anexo III. Conta consolidada da Administração Central e Segurança Social

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Orçamento Inicial	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada	
	2025	2024	2025	2025	Relativa (%)	Contributo VHA (pp)
Receita corrente	116 634,7	108 451,3	116 344,6	99,8	7,3	7,1
Receita fiscal	64 398,7	61 610,7	65 806,1	102,2	6,8	3,8
Impostos diretos	27 974,8	27 679,9	28 835,3	103,1	4,2	1,0
Impostos indiretos	36 423,9	33 930,8	36 970,8	101,5	9,0	2,7
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	33 913,8	32 178,4	34 837,4	102,7	8,3	2,4
Transferências correntes	5 921,2	2 909,6	3 684,6	62,2	26,6	0,7
Administrações Públicas	161,6	150,9	155,6	96,3	3,1	0,0
Outras	5 759,6	2 758,7	3 529,0	61,3	27,9	0,7
Outras receitas correntes	12 051,7	11 525,7	11 997,1	99,5	4,1	0,4
Diferenças de consolidação	349,3	226,9	19,4			
Receita de capital	5 871,4	2 474,7	2 604,6	44,4	5,2	0,1
Venda de bens de investimento	929,9	91,2	73,3	7,9	-19,6	0,0
Transferências de capital	4 825,1	2 218,6	2 363,5	49,0	6,5	0,1
Administrações Públicas	17,6	4,8	8,4	47,7	76,5	0,0
Outras	4 807,5	2 213,8	2 355,1	49,0	6,4	0,1
Outras receitas de capital	11,2	164,7	133,9	-	-18,7	0,0
Diferenças de consolidação	105,1	0,3	34,0			
Receita efetiva	122 506,1	110 926,0	118 949,2	97,1	7,2	
Despesa corrente	112 088,4	103 529,1	109 849,9	98,0	6,1	5,7
Despesas com o pessoal	23 591,0	22 278,4	24 138,0	102,3	8,3	1,7
Remunerações certas e permanentes	17 101,2	15 827,6	17 166,5	100,4	8,5	1,2
Abonos variáveis ou eventuais	1 727,5	1 689,3	1 821,7	105,5	7,8	0,1
Segurança social	4 762,4	4 761,4	5 149,9	108,1	8,2	0,3
Aquisição de bens e serviços	15 683,2	14 122,1	14 951,5	95,3	5,9	0,7
Juros e outros encargos	6 841,8	6 690,5	6 557,3	95,8	-2,0	-0,1
Transferências correntes	61 546,8	58 321,8	61 496,3	99,9	5,4	2,8
Administrações Públicas	7 156,8	6 127,7	6 772,8	94,6	10,5	0,6
Outras	54 390,0	52 194,2	54 723,5	100,6	4,8	2,3
Subsídios	2 025,5	1 364,0	1 810,6	89,4	32,7	0,4
Outras despesas correntes	2 377,7	724,4	597,6	25,1	-17,5	-0,1
Diferenças de consolidação	22,4	27,9	298,5			
Despesa de capital	12 654,8	7 997,8	9 151,7	72,3	14,4	1,0
Investimento	8 064,5	4 641,0	5 505,9	68,3	18,6	0,8
Transferências de capital	4 336,7	2 816,9	3 354,3	77,3	19,1	0,5
Administrações Públicas	1 467,0	1 353,8	1 745,4	119,0	28,9	0,4
Outras	2 869,7	1 463,1	1 608,9	56,1	10,0	0,1
Outras despesas de capital	253,6	315,0	106,0	41,8	-66,3	-0,2
Diferenças de consolidação		224,9	185,6			
Despesa efetiva	124 743,2	111 526,9	119 001,7	95,4	6,7	
Saldo global	-2 237,1	-600,9	-52,5			
Despesa primária	117 901,3	104 836,4	112 444,4	95,4	7,3	6,8
Saldo corrente	4 546,3	4 922,2	6 494,6			
Saldo de capital	-6 783,4	-5 523,1	-6 547,1			
Saldo primário	4 604,7	6 089,6	6 504,8			
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	10 527,1	3 520,4	2 434,6			
dos quais Receitas de:						
Alienação de partes de capital			1,2			
Passivos financeiros líquidos de amortizações	18 272,2	5 806,8	3 037,5			

Nota: Os dados da execução acumulada de 2024 correspondem aos valores publicados na Conta Geral do Estado.

Fonte: Entidade Orçamental.



Anexo IV. Conta Consolidada da Administração Central

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Orçamento Inicial	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada	
	2025	2024	2025	2025	Relativa (%)	Contributo VHA (pp)
Receita corrente	86 430,7	80 663,9	85 353,0	98,8	5,8	5,6
Receita fiscal	64 141,8	61 377,8	65 569,9	102,2	6,8	5,0
Impostos diretos	27 974,8	27 679,9	28 835,3	103,1	4,2	1,4
Impostos indiretos	36 167,1	33 697,9	36 734,6	101,6	9,0	3,7
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	4 453,3	4 489,9	4 691,7	105,4	4,5	0,2
Transferências Correntes	5 941,8	3 943,0	4 171,4	70,2	5,8	0,3
Administrações Públicas	2 231,9	2 190,5	2 155,4	96,6	-1,6	0,0
Outras	3 709,9	1 752,5	2 016,0	54,3	15,0	0,3
Outras receitas correntes	11 544,5	10 626,2	10 900,7	94,4	2,6	0,3
Diferenças de consolidação	349,3	226,9	19,4			
Receita de capital	5 865,8	2 473,3	2 605,4	44,4	5,3	0,2
Venda de bens de investimento	929,4	89,9	73,0	7,9	-18,8	0,0
Transferências de Capital	4 828,1	2 218,7	2 364,6	49,0	6,6	0,2
Administrações Públicas	20,5	5,0	9,5	46,4	89,4	0,0
Outras	4 807,5	2 213,7	2 355,1	49,0	6,4	0,2
Outras receitas de capital	11,1	164,7	133,8	-	-18,7	0,0
Diferenças de consolidação	97,3		33,9			
Receita efetiva	92 296,6	83 137,2	87 958,4	95,3	5,8	
Despesa corrente	87 798,1	81 443,4	85 746,7	97,7	5,3	4,8
Despesas com o pessoal	23 213,6	21 935,0	23 785,3	102,5	8,4	2,1
Remunerações Certas e Permanentes	16 803,2	15 552,7	16 885,3	100,5	8,6	1,5
Abonos Variáveis ou Eventuais	1 720,4	1 682,7	1 814,9	105,5	7,9	0,1
Segurança social	4 690,1	4 699,6	5 085,1	108,4	8,2	0,4
Aquisição de bens e serviços	15 418,3	14 008,8	14 849,9	96,3	6,0	0,9
Juros e outros encargos	6 944,9	6 822,3	6 640,0	95,6	-2,7	-0,2
Transferências Correntes	38 594,3	36 941,3	38 569,7	99,9	4,4	1,8
Administrações Públicas	19 164,8	18 042,6	19 378,3	101,1	7,4	1,5
Outras	19 429,5	18 898,7	19 191,4	98,8	1,5	0,3
Subsídios	1 263,0	1 015,1	1 107,6	87,7	9,1	0,1
Outras despesas correntes	2 363,0	716,6	589,5	24,9	-17,7	-0,1
Diferenças de consolidação	1,0	4,3	204,7			
Despesa de capital	12 394,6	7 831,0	8 996,5	72,6	14,9	1,3
Investimento	7 901,7	4 569,3	5 411,3	68,5	18,4	0,9
Transferências de capital	4 239,3	2 721,8	3 293,6	77,7	21,0	0,6
Administrações Públicas	1 468,4	1 354,3	1 747,4	119,0	29,0	0,4
Outras	2 770,9	1 367,5	1 546,1	55,8	13,1	0,2
Outras despesas de capital	253,6	315,0	106,0	41,8	-66,3	-0,2
Diferenças de consolidação		224,9	185,6			
Despesa efetiva	100 192,7	89 274,4	94 743,1	94,6	6,1	
Saldo global	-7 896,1	-6 137,2	-6 784,8			
Por memória:						
Despesa primária	93 247,8	82 452,1	88 103,1	94,5	6,9	6,3
Saldo corrente	-1 367,4	-779,5	-393,6			
Saldo de capital	-6 528,7	-5 357,6	-6 391,1			
Saldo primário	-951,2	685,1	-144,8			
Transferências para a Administração Local	6 003,4	5 534,8	6 131,0			
Transferências para as Regiões Autónomas	724,0	620,0	724,0			

Nota: Os dados da execução acumulada de 2024 correspondem aos valores publicados na Conta Geral do Estado.
Fonte: Entidade Orçamental.

Anexo V. Execução orçamental do Estado

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Orçamento Inicial	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada	
	2025	2024	2025	2025	Relativa (%)	Contributo VHA (pp)
Receita corrente	68 445,6	66 037,0	70 025,7	102,3	6,0	6,0
Receita fiscal	63 370,9	60 629,4	64 798,7	102,3	6,9	6,3
Impostos diretos	27 974,8	27 679,9	28 835,3	103,1	4,2	1,7
Impostos indiretos	35 396,2	32 949,5	35 963,4	101,6	9,1	4,5
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	81,9	84,3	88,1	107,5	4,5	0,0
Taxas, multas e outras penalidades	897,5	944,9	1 014,5	113,0	7,4	0,1
Transferências correntes	1 305,4	1 181,8	1 111,8	85,2	-5,9	-0,1
Administração Central	572,2	640,0	590,7	103,2	-7,7	-0,1
Outros subsectores das Administrações Públicas	259,5	263,3	261,2	100,6	-0,8	0,0
União Europeia	434,4	253,0	234,6	54,0	-7,3	0,0
Outras transferências	39,3	25,5	25,4	64,7	-0,4	0,0
Outras receitas correntes	2 789,8	3 053,2	2 993,6	107,3	-2,0	-0,1
Diferenças de consolidação		143,4	19,1			
Receita de capital	785,8	324,4	306,1	39,0	-5,6	0,0
Venda de bens de investimento	420,2	3,1	22,1	5,3	-	0,0
Transferências de capital	362,2	176,0	270,9	74,8	53,9	0,1
Administração Central	48,0	44,0	147,7	307,4	235,8	0,2
Outros subsectores das Administrações Públicas	1,7	0,0	0,0	1,5	23,3	0,0
União Europeia	312,2	125,7	118,7	38,0	-5,5	0,0
Outras transferências	0,2	6,3	4,4	-	-29,5	0,0
Outras receitas de capital	3,4	145,3	13,1	383,2	-91,0	-0,2
Diferenças de consolidação						
Receita efetiva	69 231,4	66 361,4	70 331,8	101,6	6,0	
Despesa corrente	71 213,4	67 354,8	72 200,2	101,4	7,2	6,7
Despesas com o pessoal	11 695,1	11 320,0	12 201,6	104,3	7,8	1,2
Remunerações certas e permanentes	8 726,0	8 170,9	8 790,5	100,7	7,6	0,9
Abonos variáveis ou eventuais	464,5	458,8	512,8	110,4	11,8	0,1
Segurança social	2 504,6	2 690,4	2 898,3	115,7	7,7	0,3
Aquisição de bens e serviços	2 426,3	2 130,4	2 195,9	90,5	3,1	0,1
Juros e outros encargos	7 000,2	6 801,4	6 708,3	95,8	-1,4	-0,1
Transferências correntes	48 551,1	46 715,8	50 586,4	104,2	8,3	5,4
Administração Central	27 043,0	25 971,0	28 468,5	105,3	9,6	3,5
Outros subsectores das Administrações Públicas	17 852,1	16 726,0	18 097,3	101,4	8,2	1,9
União Europeia	2 835,5	2 496,7	2 990,7	105,5	19,8	0,7
Outras transferências	820,6	1 522,1	1 029,8	125,5	-32,3	-0,7
Subsídios	352,9	268,8	400,2	113,4	48,9	0,2
Outras despesas correntes	1 186,8	118,3	107,9	9,1	-8,8	0,0
Diferenças de consolidação	1,0	0,1	0,0			
Despesa de capital	5 008,5	4 662,5	5 633,2	112,5	20,8	1,3
Investimento	1 255,5	1 044,5	1 709,0	136,1	63,6	0,9
Transferências de capital	3 751,4	3 599,8	3 920,1	104,5	8,9	0,4
Administração Central	3 023,9	2 647,5	2 882,1	95,3	8,9	0,3
Outros subsectores das Administrações Públicas	687,1	896,8	1 002,9	146,0	11,8	0,1
União Europeia	0,0		0,0	150,0	-	0,0
Outras transferências	40,3	55,5	35,1	87,0	-36,8	0,0
Outras despesas de capital	1,5	2,0	1,5	100,0	-21,7	0,0
Diferenças de consolidação		16,2	2,6			
Despesa efetiva	76 221,8	72 017,3	77 833,4	102,1	8,1	
Saldo global	-6 990,4	-5 655,9	-7 501,6			
Despesa primária	69 221,6	65 215,9	71 125,2	102,7	9,1	
Saldo corrente	-2 767,8	-1 317,9	-2 174,5			
Saldo de capital	-4 222,6	-4 338,1	-5 327,1			
Saldo primário	9,8	1 145,5	-793,3			
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	11 218,9	4 116,0	3 189,2			
dos quais Receitas de:						
Alienação de partes de Capital			0,0			
Outros Ativos	202,0	485,0	443,5	219,5	-8,6	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	18 209,3	9 774,1	5 731,6			

Notas:

Os dados da execução acumulada de 2024 correspondem aos valores publicados na Conta Geral do Estado.

Fonte: Entidade Orçamental.



Anexo VI. Receita do Estado

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Orçamento Inicial	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada	
	2025	2024	2025	2025	Relativa (%)	Contributo VHA (pp)
Receita fiscal	63 370,9	60 629,4	64 798,7	102,3	6,9	6,3
Impostos diretos	27 974,8	27 679,9	28 835,3	103,1	4,2	1,7
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	16 610,2	17 018,9	18 584,1	111,9	9,2	2,4
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)	10 794,0	10 227,5	9 986,0	92,5	-2,4	-0,4
Outros	570,6	433,5	265,2	46,5	-38,8	-0,3
Impostos indiretos	35 396,2	32 949,5	35 963,4	101,6	9,1	4,5
Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	4 194,7	3 448,7	3 721,1	88,7	7,9	0,4
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	25 632,2	24 183,5	26 670,0	104,0	10,3	3,7
Imposto sobre Veículos (ISV)	468,0	456,4	439,0	93,8	-3,8	0,0
Imposto de consumo sobre o Tabaco	1 637,2	1 525,4	1 664,4	101,7	9,1	0,2
Imposto sobre o Alcool e as Bebidas Alcoólicas (IABA)	364,7	345,6	345,7	94,8	0,0	0,0
Imposto do Selo	2 248,8	2 164,9	2 260,6	100,5	4,4	0,1
Imposto Único de Circulação (IUC)	535,0	517,3	546,7	102,2	5,7	0,0
Outros	315,7	307,8	315,9	100,1	2,6	0,0
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	81,9	84,3	88,1	107,5	4,5	0,0
Outros	81,9	84,3	88,1	107,5	4,5	0,0
Receita não fiscal	5 778,5	5 647,7	5 445,1	94,2	-3,6	-0,3
Correntes	4 992,7	5 323,3	5 139,0	102,9	-3,5	-0,3
Taxas, multas e outras penalidades	897,5	944,9	1 014,5	113,0	7,4	0,1
Taxas	656,4	622,1	627,4	95,6	0,9	0,0
Juros de mora e compensatórios	12,1	94,5	152,1	-	61,0	0,1
Multas do Código da Estrada	99,2	70,8	86,9	87,6	22,8	0,0
Outras multas e penalidades diversas	129,8	157,5	148,1	114,1	-6,0	0,0
Rendimentos da propriedade	961,5	754,8	778,3	80,9	3,1	0,0
Juros	84,4	75,1	69,1	81,8	-8,0	0,0
Dividendos e participações nos lucros	861,7	674,9	703,7	81,7	4,3	0,0
Outros	15,4	4,9	5,5	35,4	12,0	0,0
Transferências correntes	1 305,4	1 181,8	1 111,8	85,2	-5,9	-0,1
Administração Central	572,2	640,0	590,7	103,2	-7,7	-0,1
Outros subsectores das Administrações Públicas	259,5	263,3	261,2	100,6	-0,8	0,0
União Europeia	434,4	253,0	234,6	54,0	-7,3	0,0
Outros	39,3	25,5	25,4	64,7	-0,4	0,0
Venda de bens e serviços correntes	1 050,2	989,5	877,4	83,5	-11,3	-0,2
Outras receitas correntes	290,2	358,1	290,1	100,0	-19,0	-0,1
Prémios e taxas por garantias de riscos	34,7	122,8	26,7	77,1	-78,2	-0,1
Subsídios	177,7	133,3	148,3	83,5	11,3	0,0
Outras	77,9	102,1	115,1	147,7	12,8	0,0
Recursos próprios comunitários	380,0	328,9	389,9	102,6	18,5	0,1
Reposições não abatidas nos pagamentos	107,9	621,8	658,0	-	5,8	0,1
Diferenças de consolidação		143,4	19,1	-		
Capital	785,8	324,4	306,1	39,0	-5,6	0,0
Venda de bens de investimento	420,2	3,1	22,1	5,3	-	0,0
Transferências de capital	362,2	176,0	270,9	74,8	53,9	0,1
Administração Central	48,0	44,0	147,7	307,4	235,8	0,2
Outros subsectores das Administrações Públicas	1,7	0,0	0,0	1,5	23,3	0,0
União Europeia	312,2	125,7	118,7	38,0	-5,5	0,0
Outros	0,2	6,3	4,4	-	-29,5	0,0
Outras receitas de capital	3,4	145,3	13,1	383,2	-91,0	-0,2
Diferenças de consolidação	0,0					
Receita efetiva	69 231,4	66 361,4	70 331,8	101,6	6,0	
<i>Por memória:</i>						
Ativos financeiros	202,0	485,0	443,5			
Alienação de partes sociais de empresas			0,0			
Outros ativos	202,0	485,0	443,5			
Passivos financeiros	189 895,3	110 845,2	123 727,5			
Saldo da gerência anterior		-2,8	-14,4			

Notas:

Valores registados no Sistema Central de Receitas (SCR).

Os dados da execução acumulada de 2024 correspondem aos valores publicados na Conta Geral do Estado.

As cobranças líquidas negativas, ou inferiores ao mês anterior, resultam de estornos ou de pagamentos de reembolso e/ou restituição.

Fonte: Entidade Orçamental.

Anexo VII. Execução orçamental dos serviços e fundos autónomos

[Inclui Entidades Públicas reclassificadas da Administração Central]

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Orçamento Inicial	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada	
	2025	2024	2025	2025	Relativa (%)	Contributo VHA (pp)
Receita corrente	45 875,1	41 547,6	44 507,9	97,0	7,1	6,4
Receita fiscal	770,9	748,4	771,2	100,0	3,1	0,0
Impostos diretos				-	-	
Impostos indiretos	770,9	748,4	771,2	100,0	3,1	0,0
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	4 371,4	4 405,6	4 603,6	105,3	4,5	0,4
Taxas, multas e outras penalidades	2 634,0	2 633,7	2 807,8	106,6	6,6	0,4
Transferências correntes	32 265,0	29 440,6	31 990,2	99,1	8,7	5,5
Administração Central	27 056,4	26 039,4	28 340,0	104,7	8,8	5,0
Outros subsetores das Administrações Públicas	1 972,5	1 927,2	1 894,2	96,0	-1,7	-0,1
União Europeia	3 094,3	1 372,8	1 617,9	52,3	17,9	0,5
Outras transferências	141,9	101,2	138,1	97,4	36,5	0,1
Outras receitas correntes	5 793,0	4 279,3	4 334,6	74,8	1,3	0,1
Diferenças de consolidação	40,8	40,0	0,3			
Receita de capital	8 142,9	4 684,0	5 280,7	64,9	12,7	1,3
Venda de bens de investimento	509,1	86,8	50,9	10,0	-41,4	-0,1
Transferências de capital	7 586,6	4 577,8	5 109,1	67,3	11,6	1,1
Administração Central	3 072,7	2 491,1	2 867,7	93,3	15,1	0,8
Outros subsetores das Administrações Públicas	18,8	5,0	9,5	50,4	89,7	0,0
União Europeia	4 423,4	1 919,0	2 009,6	45,4	4,7	0,2
Outras transferências	71,7	162,7	222,3	310,0	36,6	0,1
Outras receitas de capital	7,7	19,4	120,7	-	-	0,2
Diferenças de consolidação	39,4					
Receita efetiva	54 018,0	46 231,6	49 788,5	92,2	7,7	
Despesa corrente	44 474,7	41 009,3	42 727,0	96,1	4,2	3,7
Despesas com pessoal	11 518,5	10 615,0	11 583,8	100,6	9,1	2,1
Remunerações certas e permanentes	8 077,2	7 381,9	8 094,8	100,2	9,7	1,5
Abonos variáveis ou eventuais	1 255,9	1 223,9	1 302,1	103,7	6,4	0,2
Segurança Social	2 185,5	2 009,2	2 186,9	100,1	8,8	0,4
Aquisição de bens e serviços	12 994,0	11 885,1	12 656,0	97,4	6,5	1,7
Juros e outros encargos	223,8	294,3	222,3	99,3	-24,5	-0,2
Transferências correntes	17 651,0	16 865,4	17 071,6	96,7	1,2	0,4
Administração Central	564,8	668,9	619,8	109,7	-7,3	-0,1
Outros subsetores das Administrações Públicas	1 312,7	1 316,5	1 281,0	97,6	-2,7	-0,1
União Europeia	29,7	48,9	53,7	180,9	9,9	0,0
Outras transferências	15 743,8	14 831,0	15 117,1	96,0	1,9	0,6
Subsídios	911,1	747,0	707,8	77,7	-5,3	-0,1
Outras despesas correntes	1 176,3	598,3	481,6	40,9	-19,5	-0,2
Diferenças de consolidação	0,0	4,2	4,1			
Despesa de capital	10 449,0	5 703,6	6 344,7	60,7	11,2	1,4
Investimento	6 646,1	3 524,9	3 702,3	55,7	5,0	0,4
Transferências de capital	3 550,8	1 843,7	2 354,9	66,3	27,7	1,1
Administração Central	38,9	74,2	99,3	255,4	33,9	0,1
Outros subsetores das Administrações Públicas	781,3	457,4	744,5	95,3	62,8	0,6
União Europeia	1,7	27,2	0,6	36,9	-97,7	-0,1
Outras transferências	2 728,9	1 284,8	1 510,4	55,3	17,6	0,5
Outras despesas de capital	252,0	313,0	104,5	41,4	-66,6	-0,4
Diferenças de consolidação		22,0	183,0			
Despesa efetiva	54 923,6	46 712,8	49 071,7	89,3	5,0	
Saldo global	-905,7	-481,2	716,8			
Despesa primária	54 699,8	46 418,5	48 849,5	89,3	5,2	
Saldo corrente	1 400,4	538,3	1 780,8			
Saldo de capital	-2 306,1	-1 019,6	-1 064,0			
Saldo primário	-681,9	-186,9	939,1			
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	1 634,5	2 302,0	-1 034,9			
dos quais Receitas de:						
Alienação de partes de Capital			1,2			
Outros ativos	11 890,6	9 489,8	10 549,4		11,2	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	3 012,0	2 852,3	2 626,1			
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	471,8	69,0	4 377,8			

Notas:

Os dados da execução acumulada de 2024 correspondem aos valores publicados na Conta Geral do Estado.

Entidades em incumprimento no reporte da execução orçamental no mês em análise:

2025: Associação Metropolitana de Operadores de Transporte de Lisboa; Banif, S.A.; Cooperativa António Sérgio para a Economia Social; Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa; Fundação para o Desenvolvimento das Ciências Económicas, Financeiras e Empresariais; Instituto Nacional de Engenharia Biomédica.

Para as entidades identificadas considera-se na execução orçamental uma estimativa de execução para os meses em falta, a qual corresponde a um duodécimo do orçamento aprovado abatido dos cativos previstos na lei do OE2025 (Lei n.º 45-A/2024 de 31 de dezembro). Esta estimativa apenas é utilizada nos meses em que haja falta de reporte, nos restantes é utilizada a informação efetivamente reportada pelas entidades.

Fonte: Entidade Orçamental

Anexo VIII. Execução orçamental das entidades públicas reclassificadas

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Orçamento Inicial	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada	
	2025	2024	2025	2025	Relativa (%)	Contributo VHA (pp)
Receita corrente	18 484,2	15 705,3	18 659,1	100,9	18,8	16,7
Receita fiscal	200,7	193,3	206,3	102,8	6,7	0,1
Impostos diretos				-	-	
Impostos indiretos	200,7	193,3	206,3	102,8	6,7	0,1
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE				-	-	
Taxas, multas e outras penalidades	426,4	520,6	418,7	98,2	-19,6	-0,6
Transferências correntes	1 751,3	1 379,9	2 052,3	117,2	48,7	3,8
Administração Central	1 344,4	1 095,5	1 701,0	126,5	55,3	3,4
Outros subsectores das Administrações Públicas	101,3	90,4	109,6	108,3	21,3	0,1
União Europeia	285,3	175,7	223,7	78,4	27,4	0,3
Outras transferências	20,3	18,3	17,9	88,4	-2,2	0,0
Outras receitas correntes	16 105,8	13 598,5	15 976,8	99,2	17,5	13,4
Diferenças de consolidação	0,0	12,9	5,0			
Receita de capital	3 793,5	2 024,0	2 234,8	58,9	10,4	1,2
Venda de bens de investimento	462,4	78,3	41,2	8,9	-47,4	-0,2
Transferências de capital	3 326,5	1 926,7	2 074,7	62,4	7,7	0,8
Administração Central	2 084,2	1 171,1	1 355,5	65,0	15,8	1,0
Outros subsectores das Administrações Públicas	0,9	0,3	0,9	101,6	224,4	0,0
União Europeia	1 170,9	617,0	557,8	47,6	-9,6	-0,3
Outras transferências	70,5	138,4	160,5	227,7	16,0	0,1
Outras receitas de capital	4,5	18,7	118,9	-	-	0,6
Diferenças de consolidação		0,2				
Receita efetiva	22 277,7	17 729,3	20 893,9	93,8	17,8	
Despesa corrente	17 746,9	16 284,0	18 727,4	105,5	15,0	12,7
Despesas com o pessoal	8 216,7	7 650,1	8 497,3	103,4	11,1	4,4
Remunerações certas e permanentes	5 487,8	5 085,8	5 694,3	103,8	12,0	3,2
Abonos variáveis ou eventuais	1 161,6	1 126,1	1 201,6	103,4	6,7	0,4
Segurança Social	1 567,3	1 438,2	1 601,4	102,2	11,3	0,8
Aquisição de bens e serviços	8 865,1	8 003,4	9 751,9	110,0	21,8	9,1
Juros e outros encargos	149,9	212,3	142,4	95,0	-32,9	-0,4
Transferências correntes	77,8	70,3	72,7	93,4	3,4	0,0
Administração Central	1,4	3,1	1,8	131,0	-40,0	0,0
Outros subsectores das Administrações Públicas	0,0	0,1	0,9	-	-	0,0
União Europeia	2,3	4,1	4,4	193,1	8,2	0,0
Outras transferências	74,1	63,1	65,6	88,5	4,0	0,0
Subsídios	76,8	63,4	79,1	103,0	24,7	0,1
Outras despesas correntes	360,4	284,4	184,0	51,1	-35,3	-0,5
Diferenças de consolidação			0,0			
Despesa de capital	5 259,2	3 023,7	3 120,0	59,3	3,2	0,5
Investimento	5 114,0	2 952,7	3 010,5	58,9	2,0	0,3
Transferências de capital	134,0	65,8	97,4	72,7	47,9	0,2
Administração Central	0,4	0,6	1,2	291,6	102,7	0,0
Outros subsectores das Administrações Públicas	0,1				-	
União Europeia	1,7	12,3	0,6	36,7	-94,9	-0,1
Outras transferências	131,7	52,9	95,5	72,5	80,5	0,2
Outras despesas de capital	11,2	5,1	12,0	106,8	135,1	0,0
Diferenças de consolidação	0,0		0,2			
Despesa efetiva	23 006,1	19 307,6	21 847,4	95,0	13,2	
Saldo global	-728,4	-1 578,4	-953,5			
Despesa primária	22 856,2	19 095,3	21 705,0	95,0	13,7	
Saldo corrente	737,4	-578,7	-68,3			
Saldo de capital	-1 465,8	-999,7	-885,2			
Saldo primário	-578,5	-1 366,1	-811,1			
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	862,5	507,9	203,0			
dos quais Receitas de:						
Alienação de partes de Capital			1,2		-	
Outros Ativos	10 385,6	4 992,4	5 586,9		11,9	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	1 837,9	2 489,7	2 261,6			
Poupança (+)/Utilização (-) de saldo da gerência anterior	247,0	403,4	1 105,0			

Notas:

Os dados da execução acumulada de 2024 correspondem aos valores publicados na Conta Geral do Estado.

Entidades em incumprimento no reporte de execução orçamental no mês em análise:

2025: Associação Metropolitana de Operadores de Transporte de Lisboa; Banif, S.A.; Cooperativa António Sérgio para a Economia Social; Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa; Fundação para o Desenvolvimento das Ciências Económicas, Financeiras e Empresariais; Instituto Nacional de Engenharia Biomédica.

Para as entidades identificadas considera-se na execução orçamental uma estimativa de execução para os meses em falta, a qual corresponde a um duodécimo do orçamento aprovado abatido dos cativos previstos na lei do OE2025 (Lei n.º 45-A/2024 de 31 de dezembro). Esta estimativa apenas é utilizada nos meses em que haja falta de reporte, nos restantes é utilizada a informação efetivamente reportada pelas entidades.

Fonte: Entidade Orçamental.

Anexo IX. Execução orçamental da Caixa Geral de Aposentações

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Orçamento Inicial	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada	
	2025	2024	2025	2025	Relativa (%)	Contributo VHA (pp)
Receita corrente	12 868,9	12 186,8	12 885,3	100,1	5,7	5,7
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	4 294,8	4 329,1	4 526,3	105,4	4,6	1,6
Quotas e contribuições para a CGA	4 220,6	4 269,0	4 416,7	104,6	3,5	1,2
Compensação por pagamento de pensões	74,2	60,2	109,6	147,7	82,1	0,4
Subsetores das Administrações Públicas	54,5	44,7	93,8	171,9	109,7	0,4
Outras entidades	19,6	15,4	15,8	80,4	2,3	0,0
Transferências correntes	8 231,9	7 763,8	8 262,1	100,4	6,4	4,1
Orçamento do Estado	7 567,6	7 126,1	7 597,6	100,4	6,6	3,9
Comparticipação do Orçamento do Estado	6 962,3	6 541,1	6 962,3	100,0	6,4	3,5
Compensação por pagamento de pensões	605,3	585,0	635,3	105,0	8,6	0,4
Deficientes das Forças Armadas / Invalidez	198,1	198,2	208,9	105,5	5,4	0,1
Subvenções vitalícias	8,9	8,4	8,9	100,1	6,0	0,0
Pensões de preço de sangue	34,5	33,5	34,0	98,5	1,6	0,0
Outras	363,8	344,9	383,5	105,4	11,2	0,3
Outras transferências correntes	664,3	637,7	664,5	100,0	4,2	0,2
Outras receitas correntes	342,2	93,9	96,9	28,3	3,2	0,0
Receita de capital		8,2	25,1	-	205,3	0,1
Transferências de capital		8,2	25,1	-	205,3	0,1
Receita efetiva	12 868,9	12 195,0	12 910,4	100,3	5,9	
Despesa corrente	12 976,3	12 397,2	13 029,9	100,4	5,1	5,1
Despesas com pessoal	8,1	7,7	7,6	93,3	-1,6	0,0
Remunerações certas e permanentes	0,1	0,1	0,1	64,3	-35,3	0,0
Segurança Social	8,1	7,6	7,5	93,6	-1,2	0,0
Aquisição de bens e serviços	42,7	29,4	32,7	76,5	11,3	0,0
Juros e outros encargos	2,3	0,2	0,6	24,6	212,1	0,0
Transferências	12 914,0	12 357,1	12 985,3	100,6	5,1	5,1
Pensões e abonos da responsabilidade de:						
Caixa Geral de Aposentações	11 330,7	10 853,9	11 387,6	100,5	4,9	4,3
Orçamento do Estado	587,3	569,5	620,8	105,7	9,0	0,4
Outras entidades	729,4	690,5	717,1	98,3	3,9	0,2
Outras transferências correntes	266,6	243,2	259,7	97,4	6,8	0,1
Outras despesas correntes	9,1	2,8	3,7	41,2	33,3	0,0
Despesa de capital				-	-	
Despesa efetiva	12 976,3	12 397,2	13 029,9	100,4	5,1	
Saldo global	-107,4	-202,2	-119,5			
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-107,4	-222,3	-142,0			
Passivos financeiros líquidos de amortizações						
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	0,0	20,2	22,5			

Nota:

Os dados da execução acumulada de 2024 correspondem aos valores publicados na Conta Geral do Estado.

Fonte: Entidade Orçamental.

Anexo X. Execução orçamental da Segurança Social

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Orçamento Inicial	Execução Acumulada		Variação Homóloga Acumulada	
	2025	2024	2025	Relativa (%)	Contributo VHA (pp)
Receita corrente	45 038,8	42 190,2	46 118,1	9,3	9,3
Impostos indiretos	256,8	232,9	236,2	1,4	0,0
Contribuições e quotizações	29 460,5	27 688,5	30 145,7	8,9	5,8
Transferências correntes da Administração Central	12 309,9	12 009,8	12 772,5	6,4	1,8
<i>dos quais:</i>					
Transferências do Orçamento do Estado	11 532,5	10 870,5	11 628,4	7,0	1,8
Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social	9 346,6	8 768,8	9 573,4	9,2	1,9
Restantes transferências	3,0	3,3	10,2	210,6	0,0
IVA Social	1 142,6	1 085,1	1 142,6	5,3	0,1
Adicional ao IMI	155,7	147,9	154,1	4,2	0,0
Consiguação do IRC	472,8	449,0	375,6	-16,3	-0,2
Adicional à contribuição do setor bancário	40,8	34,4	3,9	-88,8	-0,1
Pensões bancários	371,1	382,1	368,7	-3,5	0,0
Transferências da UE - Programas Operacionais (PO)	1 472,8	863,4	1 299,8	50,5	1,0
Transferências da União Europeia - Plano de Recuperação e Resiliência	574,9	139,7	213,2	52,6	0,2
Outras transferências	2,0	3,1	3,2	3,3	0,0
Restantes receitas correntes	961,8	1 252,8	1 447,5	15,5	0,5
Receita de capital	6,9	1,9	1,3	-29,3	0,0
Transferências da União Europeia - Plano de Recuperação e Resiliência	0,2			-	
Transferências do Orçamento do Estado	6,1	0,5	1,0	95,8	0,0
Restantes receitas de capital	0,6	1,4	0,3	-75,2	0,0
Receita efetiva	45 045,7	42 192,1	46 119,4	9,3	
Despesa corrente	39 221,4	36 581,6	39 290,2	7,4	7,4
Prestações sociais	35 079,5	33 184,5	35 413,4	6,7	6,1
Pensões	23 947,4	23 182,3	24 485,7	5,6	3,6
Sobrevivência	3 250,1	3 120,9	3 284,1	5,2	0,4
Invalidez	1 340,0	1 289,8	1 369,2	6,2	0,2
Velhice	18 271,1	17 374,6	18 426,1	6,1	2,9
Beneficiários dos antigos combatentes	52,3	50,3	51,5	2,6	0,0
Parcela de atualização extraordinária de pensões	1 033,2	986,1	1 000,9	1,5	0,0
Complemento excecional de pensão	0,6	0,5	0,0	-98,8	0,0
Suplemento extraordinário de pensão		360,1	353,8	-1,7	0,0
Subsídio familiar a crianças e jovens	1 403,2	1 359,2	1 397,2	2,8	0,1
Subsídio por doença	986,3	920,3	1 000,9	8,8	0,2
Prestações de desemprego	1 604,9	1 591,1	1 688,1	6,1	0,3
Complemento Solidário para Idosos	406,8	398,7	535,4	34,3	0,4
Prestação Social para a Inclusão	788,1	711,9	803,1	12,8	0,2
Prestações de parentalidade	956,9	890,9	1 009,5	13,3	0,3
Medidas excecionais e temporárias (COVID-19)	15,0	3,5	1,5	-55,9	0,0
Garantia Infância	86,6	83,1	86,2	3,7	0,0
Complemento ao apoio extraordinário para crianças e jovens	5,0	2,1	0,2	-90,3	0,0
Outras prestações	780,2	704,6	671,1	-4,8	-0,1
Ação social	3 697,3	2 953,7	3 357,8	13,7	1,1
Rendimento Social de Inserção	373,8	357,6	341,5	-4,5	0,0
Subsídio de Apoio ao Cuidador Informal	28,1	25,6	35,2	37,4	0,0
Pensão velhice do regime substitutivo dos bancários	382,2	390,8	377,9	-3,3	0,0
Administração	477,2	388,9	404,2	3,9	0,0
Transferências correntes	1 795,2	1 649,2	1 756,8	6,5	0,3
Ações de Formação Profissional	1 201,2	895,0	1 199,5	34,0	0,8
<i>dos quais:</i>					
Com suporte no Fundo Social Europeu	1 093,2	853,4	1 103,3	29,3	0,7
Subsídios Correntes - Programas Operacionais (PO)	286,1	73,2	138,4	88,9	0,2
Despesa de Capital	165,4	74,2	96,9	30,6	0,1
PIDDAC	7,1	0,2	0,9	289,8	0,0
Outras	158,2	74,0	96,0	29,8	0,1
Despesa efetiva	39 386,8	36 655,8	39 387,1	7,5	
Saldo global	5 659,0	5 536,3	6 732,3		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	582,8	3 921,8	5 600,5		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-40,0	-0,1			
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	5 036,2	1 614,3	1 131,8		

Notas:

Valores consolidados. São excluídas transferências intra-setoriais.

As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.

Os dados da execução acumulada de 2024 correspondem aos valores publicados na Conta Geral do Estado.

A linha de despesa «Pensão velhice do regime substitutivo dos bancários» inclui:

– a partir de agosto de 2017, os complementos de pensões dos trabalhadores da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (Carris), cujo processamento de despesa fica a cargo do Instituto da Segurança Social, I.P., em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 95/2017, de 10 de agosto;

– a partir de janeiro de 2020, os complementos de pensões dos trabalhadores da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. (STCP), cujo processamento de despesa fica a cargo do Instituto da Segurança Social, I.P., em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.

Anexo XI. Execução orçamental da Segurança Social por classificação económica

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Orçamento Inicial	Execução Acumulada		Variação Homóloga Acumulada	
	2025	2024	2025	Relativa (%)	Contributo VHA (pp)
Receita corrente	45 038,8	42 190,2	46 118,1	9,3	9,3
Receitas fiscais	256,8	232,9	236,2	1,4	0,0
Impostos indiretos	256,8	232,9	236,2	1,4	0,0
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	29 460,5	27 688,5	30 145,7	8,9	5,8
Taxas, multas e outras penalidades	98,2	138,3	180,4	30,5	0,1
Transferências correntes	14 359,6	13 016,0	14 285,5	9,8	3,0
Administração Central	12 309,9	12 009,8	12 772,5	6,4	1,8
União Europeia	2 047,7	1 003,1	1 509,8	50,5	1,2
Outras transferências	2,0	3,1	3,2	2,2	0,0
Outras receitas correntes	863,6	1 114,5	1 270,3	14,0	0,4
Receita de capital	6,9	1,9	1,3	-30,1	0,0
Venda de bens de investimento	0,5	1,3	0,3	-74,9	0,0
Transferências de capital	6,3	0,6	1,0	61,3	0,0
Administração Central	6,3	0,5	1,0	95,8	0,0
Outras transferências		0,1		-100,0	0,0
Outras receitas de capital	0,0	0,0	0,0	-47,4	0,0
Receita efetiva	45 045,7	42 192,1	46 119,4	9,3	
Despesa corrente	39 125,2	36 488,5	39 229,8	7,5	7,5
Despesas com pessoal	377,4	343,4	352,7	2,7	0,0
Remunerações certas e permanentes	302,5	274,9	281,1	2,3	0,0
Abonos variáveis ou eventuais	6,8	6,7	6,8	1,8	0,0
Segurança Social	68,1	61,8	64,8	4,7	0,0
Aquisição de bens e serviços	264,9	113,3	101,7	-10,2	0,0
Juros e outros encargos	12,0	7,9	7,7	-1,3	0,0
Transferências correntes	37 344,5	35 450,8	37 770,0	6,5	6,3
Administração Central	2 142,8	2 060,5	2 058,9	-0,1	0,0
Outros subsectores das Administrações Públicas	241,2	94,9	179,0	88,7	0,2
União Europeia		0,2		-100,0	0,0
Outras transferências	34 960,5	33 295,3	35 532,1	6,7	6,1
Subsídios	1 111,8	565,4	989,5	75,0	1,2
Outras despesas correntes	14,7	7,8	8,2	5,0	0,0
Despesa de capital	261,6	167,3	157,3	-6,0	0,0
Investimento	162,9	71,7	94,6	32,0	0,1
Transferências de capital	98,7	95,6	62,7	-34,4	-0,1
União Europeia	0,2	0,0	0,3	-	0,0
Outras transferências	98,6	95,6	62,5	-34,7	-0,1
Despesa efetiva	39 386,8	36 655,8	39 387,1	7,5	
Saldo global	5 659,0	5 536,3	6 732,3		
Despesa primária	39 374,8	36 648,0	39 379,4	7,5	
Saldo primário	5 670,9	5 544,1	6 740,0		
Saldo corrente	5 913,7	5 701,7	6 888,3		
Saldo de capital	-254,7	-165,4	-156,0		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	582,8	3 921,8	5 600,5		
das quais Receitas de:					
Outros ativos	41 897,5	15 002,7	10 813,9		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-40,0	-0,1			
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	5 036,2	1 614,3	1 131,8		

Notas:

Valores consolidados. São excluídas transferências intra-setoriais.

As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.

Os dados da execução acumulada de 2024 correspondem aos valores publicados na Conta Geral do Estado.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.

Anexo XII. Execução orçamental da Administração Regional

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	R. Autónoma dos Açores			R. Autónoma da Madeira			Administração Regional			
	Execução Acumulada			Execução Acumulada			Execução Acumulada			Contributo VHA (pp)
	2024	2025	TVHA (%)	2024	2025	TVHA (%)	2024	2025	TVHA (%)	
Receita corrente	1 192,7	1 358,5	13,9	1 729,7	1 784,9	3,2	2 921,8	3 143,4	7,6	6,4
Receita fiscal	856,7	931,5	8,7	1 319,1	1 318,4	0,0	2 175,8	2 249,9	3,4	2,1
Impostos diretos	275,9	322,6	16,9	513,8	518,8	1,0	789,7	841,4	6,5	1,5
Imposto s/ Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	205,6	239,5	16,5	264,9	288,1	8,7	470,5	527,6	12,1	1,6
Imposto s/ Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	70,3	83,1	18,2	248,9	230,7	-7,3	319,2	313,8	-1,7	-0,2
Outros										
Impostos indiretos	580,8	608,9	4,8	805,2	799,6	-0,7	1 386,0	1 408,5	1,6	0,6
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	405,3	408,2	0,7	626,7	600,9	-4,1	1 032,0	1 009,1	-2,2	-0,7
Outros	175,5	200,7	14,4	178,5	198,8	11,4	354,0	399,5	12,8	1,3
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE										
Transferências correntes	274,3	358,5	30,7	266,7	325,8	22,2	541,0	684,3	26,5	4,1
Administração Central	218,2	296,0	35,6	197,2	251,1	27,4	415,3	547,1	31,7	3,8
dos quais:										
Transferências do Orçamento do Estado	203,4	281,0	38,2	196,9	250,9	27,4	400,2	531,9	32,9	31,7
Outros subsectores das Administrações Públicas	12,2	13,7	12,2	15,6	16,9	8,6	27,8	30,6	10,2	0,1
União Europeia	28,6	32,6	14,1	53,9	57,7	7,1	82,4	90,3	9,5	0,2
Outras transferências	15,3	16,2	6,0	0,1	0,1	-54,4	15,4	16,3	5,6	0,0
Outras receitas correntes	61,8	68,5	11,0	124,1	140,7	13,4	185,8	209,2	12,6	0,7
Diferenças de consolidação				19,8		-100,0	19,2		-100,0	-0,6
Receita de capital	353,9	320,7	-9,4	200,8	229,2	14,1	554,6	549,9	-0,8	-0,1
Venda de bens de investimento	0,2	0,4	79,4	3,0	9,3	211,5	3,2	9,7	203,4	0,2
Transferências de capital	349,1	319,7	-8,4	195,5	216,6	10,8	544,7	536,3	-1,5	-0,2
Administração Central	177,2	135,7	-23,4	123,9	95,3	-23,0	301,1	231,0	-23,3	-2,0
dos quais:										
Transferências do Orçamento do Estado	177,0	134,6	-24,0	123,7	94,5	-23,6	300,6	229,0	-23,8	-23,8
Outros subsectores das Administrações Públicas		0,0						0,0		0,0
União Europeia	171,8	183,7	7,0	71,7	121,3	69,2	243,4	305,0	25,3	1,8
Outras transferências	0,2	0,3	75,6	0,0	0,0	-89,6	0,2	0,3	75,2	0,0
Outras receitas de capital	4,4	0,6	-86,7	2,3	0,1	-97,5	6,7	0,6	-90,3	-0,2
Diferenças de consolidação	0,1				3,2			3,2		
Receita efetiva	1 546,6	1 679,2	8,6	1 930,4	2 014,1	4,3	3 476,4	3 693,3	6,2	
Despesa corrente	1 370,2	1 500,6	9,5	1 576,0	1 649,7	4,7	2 945,6	3 150,3	6,9	5,9
Despesas com o pessoal	721,3	794,5	10,2	812,4	860,9	6,0	1 533,7	1 655,4	7,9	3,5
Remunerações certas e permanentes	525,5	574,0	9,2	580,4	607,7	4,7	1 105,8	1 181,7	6,9	2,2
Abonos variáveis ou eventuais	58,5	69,7	19,1	74,5	87,8	17,9	133,0	157,5	18,4	0,7
Segurança Social	137,3	150,9	9,9	157,5	165,4	5,0	294,9	316,3	7,3	0,6
Aquisição de bens e serviços	398,2	436,3	9,6	435,8	431,7	-1,0	834,0	867,9	4,1	1,0
Juros e outros encargos	74,7	75,0	0,4	135,7	127,1	-6,4	210,4	202,1	-4,0	-0,2
Transferências correntes	132,1	147,3	11,5	149,7	159,0	6,2	281,8	306,3	8,7	0,7
Administrações Públicas	4,7	6,4	37,7	3,4	3,2	-5,7	8,1	9,6	19,3	0,0
Outras transferências	127,4	140,9	10,6	146,3	155,7	6,4	273,7	296,6	8,4	0,7
Subsídios	24,7	28,6	15,6	39,5	40,2	1,6	64,3	68,7	7,0	0,1
Outras despesas correntes	18,7	18,2	-2,4	2,8	4,1	49,6	21,5	22,4	4,3	0,0
Diferenças de consolidação	0,6	0,7		0,0	26,8		0,0	27,5		0,8
Despesa de capital	296,7	377,1	27,1	220,7	257,7	16,8	517,3	634,8	22,7	3,4
Aquisição de bens de capital	96,0	160,2	66,9	188,4	200,4	6,4	284,4	360,6	26,8	2,2
Transferências de capital	199,5	216,6	8,6	26,0	57,3	120,2	225,5	273,9	21,5	1,4
Administrações Públicas	5,6	11,3	100,9	12,3	24,4	97,9	17,9	35,7	98,9	0,5
Outras transferências	193,9	205,3	5,9	13,7	33,0	140,2	207,6	238,2	14,8	0,9
Outras despesas de capital	1,2	0,3	-77,3				1,2	0,3	-77,3	0,0
Diferenças de consolidação				6,2			6,1			
Despesa efetiva	1 666,9	1 877,7	12,6	1 796,7	1 907,4	6,2	3 462,9	3 785,1	9,3	
Saldo global	-120,3	-198,5		133,8	106,7		13,5	-91,8		
Despesa primária	1 592,2	1 802,7	13,2	1 661,0	1 780,3	7,2	3 252,5	3 583,1	10,2	
Saldo primário	-45,6	-123,5		269,5	233,7		223,9	110,2		
Saldo corrente	-177,5	-142,1		153,7	135,2		-23,8	-6,9		
Saldo de capital	57,2	-56,4		-19,9	-28,6		37,3	-85,0		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-0,5	-0,3		-0,8	0,3		-1,3	0,0		
dos quais Receitas de:										
Alienação de partes de capital										
Outros ativos	3,7	5,1		27,5	69,9		31,2	75,1		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	88,8	218,3		-54,9	-45,4		33,9	172,9		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-31,0	20,1		79,6	61,0		48,6	81,1		

Fonte: Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma da Madeira; Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma dos Açores.

Anexo XIII. Execução Orçamental dos Municípios

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Execução Acumulada		Variação Homóloga Acumulada	
	2024	2025	TVHA (%)	Contributo VHA (pp)
Receita corrente	11 167,8	12 339,5	10,5	8,9
Receita fiscal	4 073,9	4 617,2	13,3	4,1
Impostos diretos	4 052,0	4 605,4	13,7	4,2
Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis	1 728,6	2 161,4	25,0	3,3
Imposto municipal sobre imóveis	1 500,3	1 589,8	6,0	0,7
Imposto Único de Circulação	341,3	356,6	4,5	0,1
Derrama	481,3	494,9	2,8	0,1
Outros	0,5	2,8	434,0	0,0
Impostos indiretos	21,8	11,8	-45,9	-0,1
Taxas, multas e outras penalidades	582,7	759,1	30,3	1,3
Transferências correntes	4 924,7	5 302,0	7,7	2,9
Administração Central	4 790,6	5 148,5	7,5	2,7
<i>das quais:</i>				
Transferências do Orçamento do Estado	2 833,9	2 888,0	1,9	0,4
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1 924,4	1 970,3	2,4	0,4
Fundo Social Municipal	254,4	286,8	12,7	0,2
Participação IRS	548,8	545,6	-0,6	0,0
Participação no IVA	106,3	85,3	-19,7	-0,2
Outros subsectores das Administrações Públicas	38,4	46,4	20,8	0,1
União Europeia	74,1	83,7	12,9	0,1
Outras transferências	21,5	23,4	9,0	0,0
Outras receitas correntes	1 586,5	1 661,1	4,7	0,6
Receita de capital	1 929,2	2 673,3	38,6	5,7
Venda de bens de investimento	97,7	76,5	-21,7	-0,2
Transferências de capital	1 806,1	2 579,1	42,8	5,9
Administração Central	1 051,4	1 514,0	44,0	3,5
<i>das quais:</i>				
Transferências do Orçamento do Estado	536,4	702,6	31,0	1,3
Fundo de Equilíbrio Financeiro	214,3	219,1	2,3	0,0
Excedente (n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 73/2013)	322,1	483,5	50,1	1,2
Outros subsectores das Administrações Públicas	8,9	19,3	117,5	0,1
União Europeia	731,3	1 024,7	40,1	2,2
Outras transferências	14,5	21,2	45,6	0,1
Outras receitas de capital	25,4	17,7	-30,3	-0,1
Receita efetiva	13 097,0	15 012,8	14,6	14,6
Despesa corrente	9 151,7	9 805,7	7,1	5,4
Despesas com o pessoal	3 985,5	4 332,3	8,7	2,9
Remunerações certas e permanentes	3 036,2	3 308,2	9,0	2,2
Abonos variáveis ou eventuais	185,0	208,6	12,7	0,2
Segurança Social	764,2	815,5	6,7	0,4
Aquisição de bens e serviços	3 454,1	3 693,9	6,9	2,0
Juros e outros encargos	109,8	92,0	-16,2	-0,1
Transferências correntes	1 153,0	1 182,3	2,5	0,2
Subsectores das Administrações Públicas	421,1	422,6	0,4	0,0
Outras transferências	732,0	759,7	3,8	0,2
Subsídios	274,1	334,2	21,9	0,5
Outras despesas correntes	175,2	171,0	-2,4	0,0
Despesa de capital	2 945,7	3 765,1	27,8	6,8
Aquisição de bens de capital	2 580,6	3 371,1	30,6	6,5
Transferências de capital	339,1	369,4	8,9	0,2
Subsectores das Administrações Públicas	183,0	182,8	-0,1	0,0
Outras transferências	156,2	186,5	19,4	0,3
Outras despesas de capital	25,9	24,6	-4,9	0,0
Despesa efetiva	12 097,3	13 570,8	12,2	12,2
Saldo global	999,7	1 442,0		
Despesa primária	11 987,6	13 478,8	12,4	12,3
Saldo primário	1 109,4	1 534,0		
Saldo corrente	2 016,1	2 533,8		
Saldo de capital	-1 016,4	-1 091,7		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-5,7	42,9		
<i>das quais Receitas de:</i>				
Alienação de partes de capital				
Outros ativos	196,3	173,7		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	11,1	57,8		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	1 016,5	1 456,9		
Taxa de comparticip. financiam. europeu	28,3%	30,4%		

Notas:

Os valores de execução orçamental da Administração Local constantes do presente quadro não incluem a execução orçamental das freguesias.

As linhas de receita relativas às transferências no âmbito da Lei de Finanças Locais excluem as transferências relativas ao Fundo de Financiamento das Freguesias.

2024:

Dados reportados de 2024: receita 307 municípios; despesa 307 municípios. Em falta: receita 1; despesa 1.

2025:

Dados reportados de 2025: Dados reportados de 2025: receita 271 municípios; despesa 271 municípios. Em falta: receita 37; despesa 37.

O universo de reportes ainda incompleto resulta de constrangimentos decorrentes da implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) na Administração Local em 2020. Para os municípios sem reporte foi usada a execução homóloga corrigida.

Fonte: Entidade Orçamental, com base nos dados da execução orçamental dos municípios reportada pela Direção-Geral das Autarquias Locais através do SIIAL/SISAL e reporte alternativo provisório.

Anexo XIV. Plano de Recuperação e Resiliência – Conta Consolidada da Administração Central

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Execução Acumulada					
	2024			2025		
	PRR	Esforço Nacional	Total	PRR	Esforço Nacional	Total
Receita corrente	709,4	35,8	745,3	975,7	135,8	1 096,5
Receita fiscal		0,0	0,0			
Impostos indiretos		0,0	0,0			
Transferências correntes	635,0	5,2	640,2	938,1	13,4	951,5
Administrações Públicas	0,0		0,0	0,0	0,3	0,3
Outras	635,0	5,2	640,2	938,1	13,2	951,3
<i>Das quais: U.E.</i>	633,6	2,5	636,1	935,8	12,8	948,7
Outras receitas correntes	8,4	15,0	23,4	19,6	39,9	59,5
Diferenças de consolidação	66,0	15,6	81,6	18,0	82,5	85,5
Receita de capital	1 230,5	17,2	1 247,7	1 684,4	19,0	1 692,8
Transferências de capital	1 226,6	6,2	1 232,7	1 629,2	0,7	1 630,0
Administrações Públicas				0,2		0,2
Outras	1 226,6	6,2	1 232,7	1 629,1	0,7	1 629,8
<i>Das quais: U.E.</i>	1 226,5	6,2	1 232,6	1 626,6	0,7	1 627,3
Diferenças de consolidação	3,9	10,9	14,9	55,2	18,2	62,8
Receita efetiva	1 940,0	53,0	1 993,0	2 660,1	154,8	2 789,2
Despesa corrente	585,0	11,5	596,6	702,5	58,5	746,0
Despesas com o pessoal	54,5	2,2	56,7	70,6	1,7	72,3
Remunerações certas e permanentes	45,2	1,7	46,9	56,1	1,2	57,2
Abonos variáveis ou eventuais	0,7	0,0	0,7	1,6	0,0	1,6
Segurança social	8,6	0,5	9,1	13,0	0,5	13,4
Aquisição de bens e serviços	208,9	3,9	212,8	243,4	28,9	272,2
Juros e outros encargos	0,0		0,0	0,0		0,0
Transferências correntes	207,3	2,0	209,2	307,1	2,3	309,4
Administrações Públicas	77,6	0,0	77,6	56,7	0,6	57,3
<i>Das quais: Administração Local</i>	77,1		77,1	56,7	0,6	57,3
Outras	129,6	2,0	131,6	250,4	1,8	252,2
Subsídios	82,1		82,1	41,1		41,1
Outras despesas correntes	32,2	3,5	35,7	25,3	25,7	50,9
Diferenças de consolidação				15,0		
Despesa de capital	1 886,2	74,2	1 960,4	3 034,3	54,3	3 078,0
Investimento	650,2	72,3	722,5	1 129,1	52,6	1 181,7
Transferências de capital	1 153,5		1 153,5	1 772,1	1,7	1 773,8
Administrações Públicas	449,5		449,5	735,6	0,1	735,7
<i>Das quais: Administração Local</i>	449,5		449,5	734,5	0,1	734,6
Outras	704,0		704,0	1 036,5	1,6	1 038,1
Diferenças de consolidação	82,4	1,9	84,4	133,1		122,5
Despesa efetiva	2 471,2	85,8	2 557,0	3 736,8	112,8	3 824,0
Saldo global	-531,2	-32,7	-564,0	-1 076,7	42,0	-1 034,8
<i>Por memória:</i>						
Despesa primária	2 471,2	85,8	2 557,0	3 736,8	112,8	3 823,9
Saldo primário	-531,2	-32,7	-564,0	-1 076,7	42,0	-1 034,7
Receita de ativos financeiros	31,3		31,3	527,5		527,5
Receita de passivos financeiros	1 664,3		1 664,3	479,9		479,9
Despesa de ativos financeiros	854,7		854,7	500,5	0,5	501,0

Fonte: Entidade Orçamental.

Anexo XV. Plano de Recuperação e Resiliência – Administração Central por Programa Orçamental

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

Programa Orçamental	Execução Acumulada					
	2024			2025		
	PRR	Esforço Nacional	Total	PRR	Esforço Nacional	Total
Total da Receita Orçamental	3 542,0	26,4	3 568,5	3 084,2	54,1	3 138,2
Total da Despesa Orçamental	2 610,9	83,8	2 694,7	4 087,6	112,8	4 200,4
001 - Órgãos de Soberania	0,5	0,0	0,6	3,5	0,1	3,6
002 - Governação	13,8		13,8	17,7	1,7	19,4
003 - Representação Externa	9,1		9,1	18,4	4,6	23,0
004 - Finanças	10,6		10,6	70,6	0,5	71,2
006 - Defesa	95,6	10,9	106,5	70,6	12,4	82,9
007 - Justiça	69,0	0,5	69,4	107,0	19,3	126,3
008 - Segurança Interna	43,3	3,6	46,8	28,2	1,1	29,2
009 - Educação	168,5	40,1	208,6	169,8	1,9	171,7
010 - Ensino Superior, Ciência e Inovação	227,2	13,8	241,0	401,4	34,2	435,6
011 - Saúde	134,0	9,5	143,5	230,2	17,7	247,9
012 - Infraestruturas e Habitação	548,5	0,8	549,2	949,9	3,4	953,3
013 - Economia	833,9	0,0	834,0	1 442,1	1,6	1 443,8
014 - Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	105,5	3,1	108,5	95,3	6,2	101,5
015 - Ambiente e Energia	91,6		91,6	159,0	0,2	159,2
016 - Juventude e Desporto	1,6		1,6	3,9	0,5	4,5
017 - Agricultura e Mar	38,8	1,7	40,5	87,3	6,1	93,5
018 - Cultura	42,9		42,9	45,0	0,3	45,3
019 - Coesão Territorial	146,4		146,4	131,3	0,6	131,9
020 - Reforma do Estado	30,2		30,2	56,3	0,3	56,6

Fonte: Entidade Orçamental.

Notas:

Receita e Despesa totais consolidadas de fluxos internos à Administração Central. Não inclui diferenças de consolidação.

Anexo XVI. Plano de Recuperação e Resiliência – Administração Central por Dimensão e Componente

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

Dimensão/Componente	Anos Anteriores (2021-2023)	Execução Acumulada					
		2024			2025		
		PRR	Esforço Nacional	Total	PRR	Esforço Nacional	Total
RESILIÊNCIA	1 879,9	1 912,1	26,6	1 938,6	3 129,1	69,7	3 198,8
C1. SNS	74,4	132,9	9,5	142,4	229,4	18,1	247,6
C2. HABITAÇÃO	282,5	472,7	1,7	474,4	820,8	27,0	847,7
C3. RESPOSTAS SOCIAIS	10,1	5,3	0,0	5,3	11,2	0,3	11,5
C4. CULTURA	37,8	42,7		42,7	45,7	0,3	46,0
C5. CAPITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO EMPRESARIAL	1 050,2	672,7	6,6	679,3	1 326,0	8,0	1 333,9
C6. QUALIFICAÇÕES E COMPETÊNCIAS	292,6	376,6	7,9	384,5	370,4	12,6	383,0
C7. INFRAESTRUTURAS	86,2	100,3		100,3	203,1	0,0	203,1
C8. FLORESTAS	45,8	107,1	0,9	107,9	118,0	3,3	121,3
C9. GESTÃO HÍDRICA	0,4	1,7		1,7	4,5	0,1	4,7
TRANSIÇÃO CLIMÁTICA	376,1	416,9	12,7	429,6	557,8	15,7	573,5
C10. MAR	33,6	101,6	10,9	112,5	80,1	9,7	89,8
C11. DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA	103,1	174,4		174,4	179,9	0,3	180,1
C12. BIOECONOMIA SUSTENTÁVEL	24,5	16,4	0,3	16,7	31,0	0,0	31,0
C13. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DOS EDIFÍCIOS	161,4	41,0	1,0	42,0	57,1	2,5	59,6
C14. HIDROGÉNIO E RENOVÁVEIS	5,8	3,9	0,5	4,4	3,5		3,5
C15. MOBILIDADE SUSTENTÁVEL	47,7	79,5		79,5	113,4		113,4
C21. REPOWEREU					92,8	3,2	96,0
TRANSIÇÃO DIGITAL	448,2	281,9	44,5	326,5	400,7	27,4	428,1
C16. EMPRESAS 4.0	58,9	99,1	0,1	99,2	146,1	0,4	146,5
C17. QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE DAS FINANÇAS PÚBLICAS	15,0	9,4		9,4	19,7	0,5	20,3
C18. JUSTIÇA ECONÓMICA E AMBIENTE DE NEGÓCIOS	26,4	55,4	0,3	55,6	97,3	16,9	114,2
C19. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE	110,5	64,9	4,1	68,9	100,1	7,9	107,9
C20. ESCOLA DIGITAL	237,4	53,2	40,1	93,3	37,5	1,7	39,3
Despesa Total	2 704,3	2 610,9	83,8	2 694,7	4 087,6	112,8	4 200,4

Fonte: Entidade Orçamental.

Notas:

Despesa total consolidada de fluxos internos à Administração Central. Não inclui diferenças de consolidação.

Anexo XVII. Despesa com ativos financeiros do Estado

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Orçamento Inicial	Execução		Execução Acumulada	Grau de Execução (%)
	2025	nov/2025	dez/2025	2025	
Empréstimos a curto prazo	50,0				
Empréstimos a médio e longo prazos	6 406,7	13,0	50,0	630,1	9,8
Entidades Públicas	5 126,0				
Serviços e Fundos Autónomos	1 209,1		50,0	397,7	32,9
Entidades Públicas Reclassificadas	55,3			61,9	112,1
Administração Regional				150,0	
Administração Local (Portugal 2020)				4,7	
Administração Local (IFRRU)					
Fundos Públicos					
Outros Fundos	1,3			0,7	51,3
Fundo de Resolução Europeu					
Países Terceiros	15,0	13,0		15,0	100,0
Dotações de capital	3 729,9	5,1	768,0	2 916,8	78,2
Empresas Públicas não Financeiras	1 750,0			343,0	19,6
Entidades Públicas Reclassificadas	1 953,2	5,1	768,0	2 573,8	131,8
Fundos Públicos	20,0				
Outros Fundos	6,6				
Aquisição de Participações		0,1	5,0	5,2	
Execução de garantias	74,1	10,9	8,4	64,3	86,8
Expropriações	1,0				
Participações em organizações internacionais	30,4	3,4		16,4	53,8
Outros ativos	20,0				
Total dos ativos financeiros	10 312,0	32,5	831,4	3 632,7	35,2

Fonte: Ministério das Finanças.

Anexo XVIII. Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Orçamento Inicial	Execução Acumulada		Variação Homóloga Acumulada	
	2025	2024	2025	TVHA (%)	Contributo VHA (pp)
Receita corrente	15 951,6	14 255,0	15 725,4	10,3	10,2
Receita fiscal	128,6	109,8	120,2	9,5	0,1
Impostos diretos					
Impostos indiretos	128,6	109,8	120,2	9,5	0,1
Contribuições de Segurança Social					
Outras receitas correntes	15 823,0	14 145,2	15 605,2	10,3	10,2
Receita de capital	578,4	123,9	201,0	62,2	0,5
Receita efetiva	16 530,0	14 378,9	15 926,4	10,8	
Despesa corrente	16 168,8	15 468,3	16 519,2	6,8	6,6
Despesas com o pessoal	7 055,1	6 663,4	7 165,4	7,5	3,1
Remunerações certas e permanentes	4 468,5	4 284,0	4 698,5	9,7	2,6
Abonos variáveis ou eventuais	1 256,9	1 142,5	1 134,6	-0,7	0,0
Segurança Social	1 329,8	1 236,9	1 332,3	7,7	0,6
Aquisição de bens e serviços	8 889,3	8 608,0	9 099,6	5,7	3,1
Produtos vendidos em farmácias	1 897,2	1 819,3	2 055,8	13,0	1,5
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica e outros subcontratos	2 040,6	1 956,1	1 981,6	1,3	0,2
Parcerias público-privadas (PPP)	180,4	234,2	221,4	-5,5	-0,1
Aquisição de bens (compras inventários)	3 346,4	3 197,4	3 355,6	4,9	1,0
Outras aquisições de bens e serviços	1 424,7	1 401,0	1 485,2	6,0	0,5
Juros e outros encargos	0,5	0,8	4,9	480,3	0,0
Transferências correntes	202,3	183,4	242,4	32,2	0,4
Outras despesas correntes	21,6	12,6	6,9	-45,2	0,0
Despesa de capital	578,4	479,6	442,3	-7,8	-0,2
Investimentos	334,4	412,6	338,9	-17,9	-0,5
Transferências de capital	244,0	67,1	103,4	54,2	0,2
Outras despesas de capital					
Despesa efetiva	16 747,2	15 947,9	16 961,5	6,4	
Saldo global	-217,2	-1 569,0	-1 035,1		

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

Anexo XIX. Dívida não financeira da Administração Pública

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

Passivo não financeiro das Administrações Públicas - Stock em fim de período															
Natureza da Dívida		2024	2025											Variação	
		dez*	jan*	fev*	mar*	abr*	mai*	jun*	jul*	ago*	set*	out*	nov*	dez*	Homóloga
AC	Aquisição de bens e serviços	309,0	349,3	402,1	400,5	409,8	416,0	432,2	459,0	472,9	562,0	535,6	496,8	372,1	63,1
	Aquisição de bens de capital	26,0	32,2	58,7	40,0	77,4	107,3	86,6	85,5	82,4	100,1	154,9	210,6	64,1	38,1
	Transferências para AP	33,1	38,2	61,0	60,4	104,8	120,0	133,0	341,6	203,4	160,4	96,7	165,1	24,3	-8,8
	Transferências para fora das AP	5,2	11,3	21,5	55,1	16,2	18,5	30,9	42,9	39,8	70,5	42,8	147,9	7,7	2,5
	Outras	111,6	120,1	149,5	163,0	163,9	158,2	201,0	189,7	141,6	192,0	185,9	198,7	83,2	-28,4
Total da Administração Central		484,9	551,1	692,8	719,1	772,0	820,1	883,7	1 118,7	940,0	1 085,0	1 015,9	1 219,1	551,4	66,6
AR	Aquisição de bens e serviços	74,9	110,2	92,0	86,8	95,6	102,9	89,4	104,9	86,3	78,3	80,8	77,1	54,3	-20,6
	Aquisição de bens de capital	34,8	36,1	35,7	33,5	32,6	32,8	39,5	32,3	33,6	36,1	51,4	45,5	34,3	-0,4
	Transferências para AP	2,7	1,6	4,4	12,0	2,2	2,8	8,8	9,5	12,5	6,6	6,5	60,8	60,8	58,1
	Transferências para fora das AP	25,9	31,6	35,5	30,8	32,7	38,9	36,5	38,0	36,6	35,9	38,6	34,1	24,7	-1,2
	Outras	23,3	30,7	30,6	30,0	50,7	40,0	60,5	32,3	36,5	35,0	58,4	54,2	19,8	-3,5
Total da Administração Regional		161,6	210,2	198,1	193,1	213,8	217,3	234,7	217,1	205,6	191,8	235,7	271,7	193,9	32,3
AL	Aquisição de bens e serviços	387,9	384,9	394,0	410,3	408,9	427,6	431,7	428,4	406,0	401,5	400,6	414,6	337,2	-50,8
	Aquisição de bens de capital	199,4	182,6	190,4	229,2	239,6	277,8	279,0	278,6	302,7	305,3	345,3	358,0	295,2	95,8
	Transferências para AP	28,3	34,4	34,2	33,4	34,2	38,8	34,8	32,3	32,5	32,0	28,7	27,9	27,6	-0,7
	Transferências para fora das AP	64,9	76,2	76,6	74,7	78,7	84,1	77,1	70,9	72,5	69,0	61,1	61,9	54,1	-10,8
	Outras	505,6	489,6	490,1	495,4	495,3	509,1	573,7	500,3	486,8	482,7	490,9	529,1	470,5	-35,1
Total da Administração Local		1 186,2	1 167,7	1 185,3	1 242,9	1 256,7	1 337,4	1 396,3	1 310,4	1 300,4	1 290,4	1 326,6	1 391,6	1 184,6	-1,6
Total das Administrações Públicas		1 832,7	1 929,0	2 076,2	2 155,0	2 242,5	2 374,7	2 514,7	2 646,1	2 446,0	2 567,3	2 578,2	2 882,4	1 929,9	97,3

Notas:

Conceito de passivo não financeiro no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro de 2012 (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).

AC: Exclui a contribuição financeira para a União Europeia, pelo facto de a mesma não ser considerada em dívida, o SNS, EPR e restantes entidades que não se incluem no perímetro de consolidação das Administrações Públicas em contas nacionais.

AC: Dados revistos em nov.25

AL (*) Dados revistos para a Administração Local desde 2020 com base na informação do SISAL, influenciada pelo processo de transição dos municípios para o novo referencial contabilístico – SNC-AP. Os passivos e pagamentos em atraso abrangem a despesa efetiva das entidades da Administração Local. Para os municípios que não procederam ao reporte é considerado o último reporte submetido. Em face da incorporação dos reportes das entidades faltosas, os dados publicados mensalmente podem sofrer revisões.

Fonte: Entidade Orçamental, Direção Geral das Autarquias Locais, Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma dos Açores e Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma da Madeira.

Pagamentos em atraso (dívidas por pagar há mais de 90 dias) - Stock em fim de período (consolidado)														
Subsector	2024	2025												Variação Homóloga
	dez*	jan*	fev*	mar*	abr*	mai*	jun*	jul*	ago*	set*	out*	nov*	dez*	
Administrações Públicas	294,4	337,1	363,2	413,8	500,3	648,5	859,7	752,5	907,9	1 015,9	878,9	726,5	331,8	37,4
Admin. Central excl. Subs. Saúde	51,3	51,2	51,1	48,4	50,2	50,3	51,6	52,0	53,5	55,1	55,5	58,3	51,5	0,2
Subsector da Saúde		1,5	2,6	2,1	1,5	0,2	0,3	0,8	17,0	16,9	17,3	16,7	16,7	16,7
Unidades de Saúde EPE	13,1	28,7	48,0	87,4	169,2	332,3	547,0	469,3	599,4	715,7	582,2	418,0	43,8	30,7
Entidades Públicas Recllassificadas	8,4	15,4	15,7	18,5	18,1	17,6	24,1	24,1	24,2	26,4	29,3	34,0	26,4	18,0
Administração Local	28,4	32,5	33,0	36,4	40,6	43,5	43,9	38,9	43,8	38,3	37,5	38,9	30,8	2,4
Administração Regional	193,2	207,8	212,9	221,1	220,7	204,6	192,7	167,5	170,1	163,6	157,2	160,7	162,6	-30,6
Outras Entidades	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	
Empr. Públicas Não Recllassificadas	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	
Total	294,9	337,6	363,7	414,3	500,8	648,9	860,1	753,0	908,3	1 016,4	879,4	726,9	332,3	37,4

Notas:

Conceito de passivo não financeiro no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro de 2012 (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).

AL (*) Dados revistos para a Administração Local desde 2020 com base na informação do SISAL, influenciada pelo processo de transição dos municípios para o novo referencial contabilístico – SNC-AP. Os passivos e pagamentos em atraso abrangem a despesa efetiva das entidades da Administração Local. Para os municípios que não procederam ao reporte é considerado o último reporte submetido. Em face da incorporação dos reportes das entidades faltosas, os dados publicados mensalmente podem sofrer revisões.

Fontes: Compilado pela Entidade Orçamental, sobre os dados recolhidos pela Administração Central do Sistema de Saúde, Direção-Geral das Autarquias Locais, Direção-Geral do Tesouro e Finanças, Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma da Madeira e Direção Regional do Orçamento e Tesouro da Região Autónoma dos Açores.

Anexo XX. Indicadores físicos e financeiros do sistema de proteção social da função pública

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Pensionistas					Subscritores
	Número				Valor médio pago por pensionista (€)	Número
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas		
2021						
dezembro	414 572	67 370	165 541	647 483	1 152	402 099
2022						
dezembro	417 828	65 110	165 419	648 357	1 175	386 216
2023						
dezembro	424 533	63 043	166 756	654 332	1 277	380 060
2024						
janeiro	425 527	62 904	166 894	655 325	1 366	376 348
fevereiro	425 594	62 765	166 688	655 047	1 328	376 801
março	425 651	62 478	166 532	654 661	1 329	375 998
abril	426 063	62 340	166 914	655 317	1 340	373 975
maio	426 527	62 189	167 046	655 762	1 333	369 242
junho	426 869	61 979	167 155	656 003	1 331	371 587
julho	427 640	61 796	167 186	656 622	2 598	369 872
agosto	428 479	61 656	167 573	657 708	1 336	367 681
setembro	429 664	61 512	167 610	658 786	1 334	365 674
outubro	430 685	61 348	167 704	659 737	1 340	363 152
novembro	431 791	61 197	167 994	660 982	2 645	361 719
dezembro	433 284	61 070	168 313	662 667	1 380	359 795
2025						
janeiro	434 207	60 914	168 511	663 632	1 412	357 805
fevereiro	434 831	60 659	168 499	663 989	1 378	357 420
março	435 540	60 431	168 424	664 395	1 385	356 945
abril	436 296	60 223	168 585	665 104	1 389	359 764
maio	436 771	60 017	168 294	665 082	1 385	359 533
junho	437 156	59 825	168 412	665 393	1 384	358 826
julho	437 537	59 682	168 561	665 780	2 702	357 657
agosto	437 917	59 528	168 773	666 218	1 389	356 200
setembro	438 631	59 431	168 803	666 865	1 387	354 653
outubro	439 168	59 263	168 768	667 199	1 388	353 327
novembro	439 975	59 078	169 227	668 280	2 743	351 796
dezembro	440 946	58 932	169 473	669 351	1 407	350 419

	Pensionistas					Subscritores
	VH do número de pensionistas (%)				VHA Valor médio pago por pensionista	VHA do Número de subscritores (%)
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas		
2021						
dezembro	0,4	-2,8	-0,4	-0,2	1,0	-3,5
2022						
dezembro	0,8	-3,4	-0,1	0,1	2,0	-4,0
2023						
dezembro	1,6	-3,2	0,8	0,9	8,7	-1,6
2024						
janeiro	1,7	-3,1	0,9	1,0	10,3	-2,3
fevereiro	1,7	-3,0	0,9	1,1	9,9	-1,9
março	1,8	-3,1	0,9	1,1	9,8	-1,7
abril	1,8	-3,0	1,2	1,2	10,5	-1,9
maio	1,8	-2,9	1,7	1,3	9,2	-2,9
junho	1,8	-3,0	1,4	1,2	9,4	-1,9
julho	1,8	-3,0	1,3	1,2	8,1	-2,1
agosto	1,8	-3,1	1,3	1,2	6,3	-2,7
setembro	1,9	-3,1	1,2	1,2	5,8	-4,3
outubro	2,0	-3,1	1,0	1,3	6,0	-5,2
novembro	2,1	-3,1	1,0	1,3	6,5	-5,3
dezembro	2,1	-3,1	0,9	1,3	8,1	-5,3
2025						
janeiro	2,0	-3,2	1,0	1,3	3,4	-4,9
fevereiro	2,2	-3,4	1,1	1,4	3,8	-5,1
março	2,3	-3,3	1,1	1,5	4,1	-5,1
abril	2,4	-3,4	1,0	1,5	3,6	-3,8
maio	2,4	-3,5	0,7	1,4	3,9	-2,6
junho	2,4	-3,5	0,8	1,4	4,0	-3,4
julho	2,3	-3,4	0,8	1,4	4,0	-3,3
agosto	2,2	-3,5	0,7	1,3	3,9	-3,1
setembro	2,1	-3,4	0,7	1,2	4,0	-3,0
outubro	2,0	-3,4	0,6	1,1	3,6	-2,7
novembro	1,9	-3,5	0,7	1,1	3,7	-2,7
dezembro	1,8	-3,5	0,7	1,0	1,9	-2,6

[Anexo XX. Indicadores físicos e financeiros do sistema de proteção social da função pública > Continuação]

	Fluxos de Pensionistas de Aposentação/Reforma											Pensão média nova Aposentação/ Reforma (€)	Pensão média nova Sobrevivência e Outras (€)
	Número				Abonos abatidos de Aposentação/ Reforma	Despesa com pensões (€)				Abonos abatidos de Aposentação/ Reforma			
	Novos			Total de Pensionistas		Novos							
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros			Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total				
2021													
dezembro	1 258	86	799	2 143	1 157	1 695 801,0	99 472,8	423 524,9	2 218 798,7	1 390 334,0	1 335,8	530,1	
2022													
dezembro	1 573	87	902	2 562	1 251	2 484 452,8	95 869,8	515 297,8	3 095 620,4	1 481 113,0	1 554,4	571,3	
2023													
dezembro	2 694	101	1 138	3 933	1 213	4 250 855,0	122 365,6	611 297,8	4 984 518,4	1 536 841,3	1 564,7	537,2	
2024													
janeiro	1 995	102	871	2 968	1 242	3 650 345,2	111 690,5	493 754,4	4 255 790,1	1 568 082,3	1 794,0	566,9	
fevereiro	1 493	63	721	2 277	1 628	2 651 742,1	78 102,2	473 559,5	3 203 403,8	2 080 990,0	1 754,4	656,8	
março	1 401	63	844	2 308	1 694	2 394 266,2	81 875,0	510 102,6	2 986 243,9	2 235 189,2	1 691,4	604,4	
abril	1 408	101	1 132	2 641	1 235	2 254 324,3	120 715,9	641 779,5	3 016 819,7	1 624 317,3	1 573,9	566,9	
maio	1 498	90	1 282	2 870	1 275	2 502 013,6	109 881,9	673 744,6	3 285 640,1	1 654 185,6	1 644,8	525,5	
junho	1 411	86	985	2 482	1 365	2 284 807,2	99 521,9	582 535,2	2 966 864,2	1 783 379,7	1 592,7	591,4	
julho	1 789	80	805	2 674	1 281	3 024 118,6	91 064,5	467 573,8	3 582 756,9	1 713 380,3	1 666,8	580,8	
agosto	1 828	70	1 120	3 018	1 199	3 204 696,0	87 946,2	635 955,2	3 928 597,3	1 674 689,6	1 734,8	567,8	
setembro	2 212	81	789	3 082	1 252	4 274 136,3	96 028,6	463 945,2	4 834 110,0	1 646 784,4	1 905,9	588,0	
outubro	2 038	61	900	2 999	1 242	3 620 568,6	73 040,2	513 825,1	4 207 433,9	1 631 152,0	1 759,7	570,9	
novembro	2 075	81	1 043	3 199	1 201	3 396 411,2	103 126,3	568 442,5	4 067 980,0	1 614 638,0	1 623,2	545,0	
dezembro	2 553	102	997	3 652	1 289	4 499 801,2	120 189,5	487 858,3	5 107 849,0	1 730 121,9	1 740,1	489,3	
2025													
janeiro	1 943	76	936	2 955	1 252	3 393 823,9	84 652,3	501 955,3	3 980 431,5	1 698 994,5	1 722,9	536,3	
fevereiro	1 902	75	930	2 907	1 608	3 636 123,7	99 462,4	555 255,8	4 290 841,9	2 217 687,7	1 889,5	597,0	
março	2 059	84	990	3 133	1 662	3 748 987,3	109 514,2	602 802,5	4 461 304,0	2 251 904,2	1 800,5	608,9	
abril	1 814	68	946	2 828	1 334	3 216 077,4	84 057,8	581 082,9	3 881 218,0	1 779 102,8	1 753,5	614,3	
maio	1 547	81	878	2 506	1 359	2 645 363,0	102 089,0	527 554,0	3 275 005,9	1 780 045,7	1 687,6	600,9	
junho	1 544	89	921	2 554	1 440	2 431 508,3	102 718,8	563 952,4	3 098 179,4	2 016 109,3	1 551,9	612,3	
julho	1 384	65	835	2 284	1 211	2 364 002,6	97 555,6	548 343,3	3 009 901,5	1 649 987,6	1 698,8	656,7	
agosto	1 431	75	952	2 458	1 280	2 549 947,6	110 925,3	533 143,7	3 194 016,6	1 840 205,0	1 766,8	560,0	
setembro	1 723	107	894	2 724	1 213	3 224 868,6	169 294,9	541 493,5	3 935 657,0	1 726 821,0	1 854,7	605,7	
outubro	1 632	86	790	2 508	1 349	3 003 802,1	128 582,1	494 819,5	3 627 203,6	1 808 969,8	1 823,3	626,4	
novembro	1 885	68	1 203	3 156	1 331	3 342 551,5	88 229,0	695 334,5	4 126 114,9	1 929 526,3	1 756,7	578,0	
dezembro	1 936	95	932	2 963	1 206	3 429 137,5	149 403,3	465 763,0	4 044 303,8	1 730 001,1	1 762,0	499,7	

	VH do número de pensionistas (%)					VHA da Despesa com pensões (€)					VHA Pensão média nova Aposentação/ Reforma (€)	VHA Pensão média nova Sobrevivência e Outras (€)
	Novos				Abonos abatidos de Aposentação/ Reforma	Novos				Abonos abatidos de Aposentação/ Reforma		
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas		Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total			
2021												
dezembro	19	-19	-10	4	-10,2	-7,0	-18,2	-9,4	-8,1	-6,5	-20,2	0,8
2022												
dezembro	25	1	13	20	8,1	46,5	-3,6	21,7	39,5	6,5	16,4	7,8
2023												
dezembro	71	16	26	54	-3,0	71,1	27,6	18,6	61,0	3,8	0,7	-6,0
2024												
janeiro	31	31	28	30	-6,0	47,6	15,1	25,4	43,6	4,1	11,6	-2,3
fevereiro	24	-39	2	13	6,0	39,1	-24,3	10,9	31,4	12,7	14,3	8,4
março	16	-16	14	14	13,2	20,7	-12,2	18,8	19,2	21,7	4,6	4,2
abril	-5	46	43	13	-18,4	-10,6	41,6	39,1	-1,7	-7,8	-6,3	-3,1
maio	-8	6	104	22	-2,4	-8,3	-4,2	80,7	2,2	4,1	-0,8	-11,2
junho	6	18	-21	-7	8,6	6,7	29,9	-13,7	2,6	18,2	0,8	9,8
julho	5	7	3	4	2,0	8,7	-5,2	8,4	8,2	11,1	3,4	5,1
agosto	17	-20	12	14	11,3	21,9	-26,1	6,5	17,4	18,1	4,0	-4,8
setembro	34	-12	-23	11	9,0	48,2	-22,1	-25,0	33,4	16,7	10,6	-2,8
outubro	30	-21	-12	12	-1,7	33,4	-29,9	-9,1	24,4	1,7	2,9	3,8
novembro	25		6	17	0,2	26,4	7,1	8,5	23,0	2,9	1,7	2,3
dezembro	-5	1	-12	-7	6,3	5,9	-1,8	-20,2	2,5	12,6	11,2	-8,9
2025												
janeiro	-3	-25	7	0	0,8	-7,0	-24,2	1,7	-6,5	8,3	-4,0	-5,4
fevereiro	27	19	29	28	-1,2	37,1	27,3	17,3	33,9	6,6	7,7	-9,1
março	47	33	17	36	-1,9	56,6	33,8	18,2	49,4	0,7	6,5	0,7
abril	29	-33	-16	7	8,0	42,7	-30,4	-9,5	28,7	9,5	11,4	8,4
maio	3	-10	-32	-13	6,6	5,7	-7,1	-21,7	-0,3	7,6	2,6	14,3
junho	9	3	-6	3	5,5	6,4	3,2	-3,2	4,4	13,0	-2,6	3,5
julho	-23	-19	4	-15	-5,5	-21,8	7,1	17,3	-16,0	-3,7	1,9	13,1
agosto	-22	7	-15	-19	6,8	-20,4	26,1	-16,2	-18,7	9,9	1,8	-1,4
setembro	-22	32	13	-12	-3,1	-24,5	76,3	16,7	-18,6	4,9	-2,7	3,0
outubro	-20	41	-12	-16	8,6	-17,0	76,0	-3,7	-13,8	10,9	3,6	9,7
novembro	-9	-16	15	-1	10,8	-1,6	-14,4	22,3	1,4	19,5	8,2	6,1
dezembro	-24	-7	-7	-19	-6,4	-23,8	24,3	-4,5	-20,8	0,0	1,3	2,1

Notas:

Decorrente da aplicação do Decreto-Lei n.º 166-A/2013, de 27 de dezembro, que transferiu para a Caixa Geral de Aposentações, I.P., a partir de 1 de julho de 2014, a responsabilidade pelo processamento e pagamento dos complementos de pensão a cargo do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas, a rubrica de pensões de «Sobrevivência e outras» passou a considerar essa despesa.

O acréscimo verificado no número de pensionistas e na despesa com pensões na rubrica «Sobrevivência e Outras Pensões» a partir do mês de outubro de 2017 decorre da aplicação do Decreto-Lei n.º 95-2017, de 10 de agosto, que regula a transferência para a Caixa Geral de Aposentações, I.P., do encargo financeiro com os complementos de pensão dos trabalhadores da Carris. Estes complementos representam um impacto direto no decréscimo verificado na rubrica «Pensão média nova sobrevivência e outras (€)».

Fonte: Caixa Geral de Aposentações, I.P.

Anexo XXI. Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Central e Segurança Social

(milhões de euros)

	Classificação económica	2024				2025			
		out	nov	dez	Acumulado	out	nov	dez	Acumulado
Receita corrente		646,1	18,2	191,4	2 492,4	434,9	15,6	191,8	2 139,6
Impostos diretos	R01	636,4	0,0	2,1	828,0	422,6	-4,0	2,6	618,0
Impostos indiretos	R02	9,7	0,0	0,0	448,1	11,7	0,8	0,1	488,8
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	R03								
Transferências correntes	R06								
Administrações Públicas	R0604 a R0605								
Outras	R0601/02/07 a 09								
Outras receitas correntes	R04/R05/R07/R08/R15		18,2	189,3	1 216,3	0,6	18,8	189,1	1 032,7
Receita de capital					137,6		4,8		4,8
Venda de bens de investimento	R09				2,9				
Transferências de capital	R10								
Administrações Públicas	R1004 a R1005								
Outras	R1001/02/07 a 09								
Outras receitas de capital	R13				134,6		4,8		4,8
Receita efetiva		646,1	18,2	191,4	2 630,0	434,9	20,4	191,8	2 144,4
Despesa corrente		9,3	9,3	1 506,0	2 018,8	302,4	210,1	885,4	1 880,7
Despesas com o pessoal	D01				17,3				
Aquisição de bens e serviços	D02			1 128,4	1 128,4	290,1	197,2	738,1	1 424,5
Juros e outros encargos	D03								
Transferências correntes	D04	9,3	9,3	377,7	873,2	12,4	12,9	147,3	456,2
Administrações Públicas	D0404 e D0405	9,3	9,3	9,4	112,0	12,4	12,9	11,8	148,4
Outras	D0401/02/07 a 09			368,3	761,1			135,4	307,8
Subsídios	D05								
Outras despesas correntes	D06								
Despesa de capital		28,4	28,4	28,5	341,0	43,4	41,9	41,7	502,1
Investimento	D07	1,6	1,6	1,6	18,6	3,1	1,6	1,6	18,6
Transferências de capital	D08	26,8	26,8	26,9	322,4	40,3	40,3	40,1	483,5
Administrações Públicas	D0804 a D0805	26,8	26,8	26,9	322,1	40,3	40,3	40,1	483,5
Outras	D0801/02/07 a 09				0,3				
Outras despesas de capital	D11								
Despesa efetiva		37,7	37,7	1 534,5	2 359,8	345,8	252,0	927,1	2 382,8
Impacto no Saldo global		608,4	-19,5	-1 343,1	270,2	89,1	-231,6	-735,3	-238,4
Por memória:									
Saldo corrente		636,8	8,9	-1 314,6	473,7	132,4	-194,5	-693,6	258,9
Saldo de capital		-28,4	-28,4	-28,5	-203,5	-43,4	-37,1	-41,7	-497,3
Saldo primário		608,4	-19,5	-1 343,1	270,2	89,1	-231,6	-735,3	-238,4
Despesa primária		37,7	37,7	1 534,5	2 359,8	345,8	252,0	927,1	2 382,8

[Anexo XXI. Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Central e Segurança Social > Continuação]

(milhões de euros)

Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Central e Segurança Social									
		2024				2025			
		out	nov	dez	Acumulado	out	nov	dez	Acumulado
Subtotal da Administração Central		608,4	-19,5	-1 343,1	270,2	89,1	-231,6	-735,3	-238,4
Consignação do IRC ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS)	Receita R01	586,0			586,0	375,6			375,6
Contribuição extraordinária sobre o setor bancário - consignada ao Fundo de Resolução	Receita R01				188,4				193,3
Contribuição extraordinária sobre o setor energético - consignada ao Fundo Ambiental	Receita R01	50,4	0,0	2,1	53,7	47,0	-4,0	2,6	49,2
Consignação do ISP (Adicional sobre as emissões de CO2) ao Fundo Ambiental no âmbito do 'Incentiva +TP'	Receita R02				410,0				439,2
Contribuição extraordinária sobre a indústria farmacêutica - consignada ao Serviço Nacional de Saúde	Receita R02	5,6	0,1	0,0	20,3	7,0	0,0	0,1	25,6
Contribuição extraordinária sobre os fornecedores da indústria de dispositivos médicos do SNS	Receita R02	4,1	0,0		17,8	4,7	0,8	-0,1	24,0
Leilão no âmbito da 5.ª Geração de comunicações móveis (5G)	Receita R04/R05/R07/R08/R15		18,2		18,2	0,6	18,2		18,8
Dividendos do Novo Banco	Receita R04/R05/R07/R08/R15				0,0				44,7
Dividendos da Caixa Geral de Depósitos	Receita R04/R05/R07/R08/R15				651,5				671,5
Restituições da contribuição financeira da União Europeia (ano anterior) - consignadas ao pagamento da contribuição financeira (do ano)	Receita R04/R05/R07/R08/R15				149,0				106,8
Devolução ao Estado pela REN (via Fundo Ambiental) de apoios às tarifas de gás	Receita R04/R05/R07/R08/R15				208,3				0,0
Princípio da onerosidade, receita relativa a rendas de anos anteriores	Receita R04/R05/R07/R08/R15			189,3	189,3		0,6	9,8	11,7
Princípio da onerosidade, receita relativa a rendas de anos seguintes	Receita R04/R05/R07/R08/R15				0,0			179,3	179,3
Alienação de aeronaves à República da Roménia	Receita R09				2,9				0,0
Direito potestativo de aquisição de direito de conversão em ações - Novo Banco, S.A.	Receita R13				128,7				0,0
Direito potestativo de aquisição de direito de conversão em ações - Haitong Bank, S.A.	Receita R13				6,0				0,0
Direito potestativo de aquisição de direito de conversão em ações - Caixa Económica Montepio Geral, S.A.	Receita R13				0,0		4,8		4,8
Pagamento de retroativos em janeiro de 2024 referentes à atribuição de um suplemento remuneratório na Polícia Judiciária em 2023	Despesa D01				17,3				0,0
Regularização de dívidas vencidas a fornecedores por parte de entidades do Serviço Nacional de Saúde, com contrapartida em reforços dos respetivos capitais pelo Estado (a)	Despesa D02			949,2	949,2	290,1	197,2	550,3	1 236,7
Pagamento do princípio de onerosidade dos imóveis afetos às atividades operacionais, pela Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, relativo a anos anteriores e anos futuros:	Despesa D02			179,1	179,1			187,8	187,8
Transferências correntes – excedente para compensar as freguesias dos montantes mínimos das transferências financeiras realizadas ao abrigo da Lei de Finanças Locais - artigo 38.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual	Despesa D0404 e D0405	9,3	9,3	9,4	112,0	12,4	12,9	11,8	148,4
Transferências realizadas pelo Fundo Ambiental relativos à receita dos leilões CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão)	Despesa D0401/02/07 a 09			311,1	311,1			135,4	307,8
Pagamento dos encargos relativos às retenções de IRS de dezembro de 2023 das pensões enquadradas no regime geral da Segurança Social em janeiro de 2024	Despesa D0401/02/07 a 09				165,2				0,0
Pagamento do acordo de transação extrajudicial de negociação entre o Estado e a EDP, S.A., no âmbito do processo do Aproveitamento Hidroelétrico (AH) do Fridão.	Despesa D0401/02/07 a 09				227,6				0,0
Subvenção no âmbito do PRR nos termos da Portaria n.º 193/2021, de 15 de setembro, classificada em rubrica de subsídios para entidades privadas, quando deveria ser enquadrada em despesa de transferências para entidade da administração central, objeto de eliminação no processo de consolidação	Despesa D05				0,0				0,0
Pagamento de decisão judicial à concessionária RAL	Despesa D07	1,6	1,6	1,6	18,6	3,1	1,6	1,6	18,6
Transferências de capital - excedente para compensar os municípios dos montantes mínimos das transferências financeiras realizadas ao abrigo da Lei de Finanças Locais - artigo 35.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual	Despesa D0804 a D0805	26,8	26,8	26,9	322,1	40,3	40,3	40,1	483,5
Fundo Sustentabilidade Sistemática do Setor Energético - Redução dívida tarifária do Sistema Elétrico Nacional	Despesa D0401/02/07 a 09			57,2	57,2				0,0
Transferência da contribuição sobre o setor bancário para Fundo Único de Resolução	Despesa D0801/02/07 a 09				0,3				0,0

(a) Os valores identificados neste item correspondem aos que foram registados pelas entidades nos sistemas de informação de suporte ao acompanhamento da execução orçamental. Valores mensais negativos resultam do registo, pelas entidades, de valores acumulados inferiores aos do mês precedente.

Notas:

O sinal evidencia o efeito que cada facto teve na receita ou na despesa, no âmbito da Conta da Administração Central e Segurança Social. Assim:

- Aumentos excecionais de receita são evidenciados com sinal positivo (+) — têm efeito positivo no saldo;
- Aumentos excecionais de despesa, são evidenciados com sinal positivo (+) — têm efeito negativo no saldo pela fórmula de apuramento do saldo.

Fonte: Entidade Orçamental.

Anexo XXII. Estimativas de execução consideradas na conta da Administração Central

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL	FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIÊNCIAS ECONÓMICAS FINANCEIRAS E EMPRESARIAIS	ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DA REGIÃO DE LISBOA	BANIF, S.A.	ASSOCIAÇÃO METROPOLITANA DE OPERADORES DE TRANSPORTE DE LISBOA	INSTITUTO NACIONAL DE ENGENHARIA BIOMÉDICA
Receita corrente	0,3	0,1	1,6		0,0	1,7
Receita fiscal			0,1			
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE						
Transferências correntes	0,3	0,1	1,5			1,6
das quais: Administração Central	0,2		1,5			
Outras receitas correntes	0,0	0,0	0,0		0,0	0,1
das quais: Administração Central						
das quais: das quais: Vendas de bens e serviços / Saúde						
Receita de capital			0,0			0,5
Venda de bens de investimento			0,0			
Transferências de capital						0,5
das quais: Administração Central						0,5
Outras receitas de capital						
Receita efetiva	0,3	0,1	1,6	0,0	0,0	2,1
Despesa corrente	0,2	0,1	1,2	0,1	0,0	2,1
Despesas com o pessoal	0,1		0,3	0,0		1,2
Aquisição de bens e serviços	0,0	0,0	0,1	0,1		0,4
das quais: das quais: Aquisição de bens e serviços / Saúde						
Juros e outros encargos	0,0					0,0
das quais: Administração Central						
Transferências correntes	0,1	0,0	0,8			0,5
das quais: Administração Central						
Subsídios						
dos quais: Administração Central						
Outras despesas correntes		0,0	0,0		0,0	0,0
Despesa de capital	0,0		0,0			
Investimento	0,0		0,0			
Transferências de capital	0,0		0,0			
das quais: Administração Central						
Outras despesas de capital						
Despesa efetiva	0,2	0,1	1,2	0,1	0,0	2,1
Saldo global	0,0	0,0	0,4	-0,1	0,0	0,0
Períodos com ausência de reporte	dezembro	janeiro; fevereiro; março; abril; maio; junho; julho; agosto; setembro; outubro; novembro; dezembro	junho; julho; agosto; setembro; outubro; novembro; dezembro	dezembro	novembro; dezembro	janeiro; fevereiro; março; abril; maio; junho; julho; agosto; setembro; outubro; novembro; dezembro

Notas:

Para as entidades identificadas considera-se na execução orçamental uma estimativa de execução para os meses em falta, a qual corresponde a um duodécimo do orçamento aprovado abatido dos cativos previstos na lei do OE2025 (Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro).

Esta estimativa apenas é utilizada para os meses em que haja falta de reporte. Nos restantes meses, é utilizada a informação efetivamente reportada pelas entidades.

Fonte: Entidade Orçamental.

Anexo XXIII. Utilização condicionada das dotações orçamentais do Orçamento do Estado para 2025

Período: novembro (milhões de euros)

Ministério	Programa Orçamental	Medida	2025		
			Cativos iniciais (LOE) (1)	Cativos iniciais (LOE e DLEO) (2)	Cativos atuais (3)
EGE	P001 - Órgãos de Soberania	001 - Serviços Gerais da Administração Pública - Administração geral	12,7	25,6	0,5
		012 - Segurança e ordem públicas - Sistema judiciário	2,7	3,1	
		038 - Serviços culturais, recreativos e religiosos - Comunicação social	0,4	1,3	0,2
PCM	P002 - Governação	P001 - Órgãos de Soberania	15,8	30,0	0,7
		001 - Serviços Gerais da Administração Pública - Administração geral	20,0	33,3	15,3
		011 - Segurança e ordem públicas - Forças de segurança	1,3	2,4	0,0
		038 - Serviços culturais, recreativos e religiosos - Comunicação social	23,8	26,5	
		063 - Outras funções económicas - Administração e regulamentação	2,3	5,0	4,2
		068 - Outras funções - Diversas não especificadas	0,2	0,2	0,2
		082 - Segurança e Ação Social - Violência Doméstica - Prevenção e Proteção à Vítima		0,8	0,8
		P002 - Governação	47,6	68,2	20,6
MNE	P003 - Representação Externa	002 - Serviços Gerais da A.P. - Negócios estrangeiros	16,6	22,3	5,1
		003 - Serv. Gerais da A.P. - Cooperação económica externa	0,2	2,0	2,0
		103 - Impacto do choque geopolítico	0,0	0,0	
MF	P004 - Finanças	P003 - Representação Externa	16,9	24,4	7,2
		001 - Serviços Gerais da Administração Pública - Administração geral	78,0	100,5	31,6
		003 - Serv. Gerais da A.P. - Cooperação económica externa	0,1	0,3	0,2
		027 - Segurança e ação social - Ação social	2,6	3,1	1,7
		065 - Outras funções económicas - Diversas não especificadas	25,0	140,4	41,2
		068 - Outras funções - Diversas não especificadas	155,0	155,0	11,7
MDN	P005 - Gestão da Dívida Pública P006 - Defesa	P004 - Finanças	260,7	399,3	86,3
		066 - Outras funções - Operações da dívida pública	0,2	0,7	0,7
		004 - Serv. Gerais da A.P. - Investigação científica de carácter geral	0,0	0,0	
		005 - Defesa Nacional - Administração e regulamentação	192,4	196,8	2,6
		006 - Defesa Nacional - Investigação	1,7	4,2	2,3
		007 - Defesa Nacional - Forças Armadas	75,8	117,5	15,7
		008 - Defesa Nacional - Cooperação militar externa	0,4	0,9	
		014 - Segurança e ordem públicas - Proteção civil e luta contra incêndios	72,5	72,5	0,0
		017 - Educação - Estabelecimentos de ensino não superior	0,1	0,1	
		018 - Educação - Estabelecimentos de ensino superior	0,0	0,0	
		022 - Saúde - Hospitais e clínicas	0,2	0,5	0,0
		027 - Segurança e ação social - Ação social	14,2	18,8	4,5
		049 - Indústria e energia - Indústrias transformadoras	2,1	3,2	3,2
		084 - Simplex +	0,1	0,1	
		100 - Iniciativas de Ação Climática	0,0	0,0	0,0
		P006 - Defesa	359,5	414,8	28,4
		001 - Serviços Gerais da Administração Pública - Administração geral	0,0	0,0	0,0
		009 - Segurança e ordem públicas - Administração e regulamentação	56,6	81,6	12,2
MAI	P007 - Justiça P008 - Segurança Interna	010 - Segurança e ordem públicas - Investigação	4,8	9,9	0,0
		012 - Segurança e ordem públicas - Sistema judiciário	17,8	21,9	8,6
		013 - Segurança e ordem públicas - Sistema prisional, de reinserção social e de menores	13,7	15,2	0,6
		063 - Outras funções económicas - Administração e regulamentação	0,8	2,7	0,9
		065 - Outras funções económicas - Diversas não especificadas	0,3	0,4	0,0
		082 - Segurança e Ação Social - Violência doméstica - Prevenção e proteção à vítima	0,6	0,9	0,2
		084 - Simplex +	0,1	0,1	
		P007 - Justiça	94,7	132,7	22,6
		003 - Serv. Gerais da A.P. - Cooperação Económica Externa		0,2	0,0
		009 - Segurança e ordem públicas - Administração e regulamentação	11,2	107,3	85,1
		011 - Segurança e ordem públicas - Forças de segurança	22,9	44,2	26,1
		014 - Segurança e ordem públicas - Proteção civil e luta contra incêndios	3,5	6,4	0,4
		017 - Educação - Estabelecimentos de ensino não superior	3,0	4,3	1,4
		018 - Educação - Estabelecimentos de ensino superior	1,0	1,1	0,8
		027 - Segurança e ação social - Ação social	2,2	3,6	1,7
		068 - Outras funções - Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0
		082 - Segurança e Ação Social - Violência doméstica - Prevenção e proteção à vítima	0,1	0,1	0,1
MECI	P009 - Educação	083 - Segurança e Ação Social - Integração da Pessoa com Deficiência	0,0	0,0	0,0
		084 - Simplex +	0,0	0,0	0,0
		100 - Iniciativas de Ação Climática	0,0	0,0	0,0
		101 - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais	0,4	0,8	0,4
		P008 - Segurança Interna	44,3	168,1	116,2
		003 - Serv. Gerais da A.P. - Cooperação económica externa	1,6	4,5	0,1
		015 - Educação - Administração e regulamentação	10,0	30,1	1,9
		017 - Educação - Estabelecimentos de ensino não superior	99,8	104,0	1,8
MECI	P010 - Ensino Superior, Ciência e Inovação	019 - Educação - Serviços auxiliares de ensino	35,8	35,8	0,0
		084 - Simplex +	0,2	0,2	
		P009 - Educação	147,4	174,7	3,8
		001 - Serviços Gerais da Administração Pública - Administração geral	0,4	1,5	
		004 - Serv. Gerais da A.P. - Investigação científica de carácter geral	60,6	60,8	0,0
		015 - Educação - Administração e regulamentação	0,5	0,6	0,0
		016 - Educação - Investigação	0,8	1,9	1,1
		019 - Educação - Serviços auxiliares de ensino	0,1	0,1	
MS	P011 - Saúde	P010 - Ensino Superior, Ciência e Inovação	62,4	65,0	1,1
		Instituições de Ensino Superior			
		020 - Saúde - Administração e regulamentação	2,3	4,9	1,1
		P011 - Saúde	2,3	4,9	1,1
		Serviço Nacional de Saúde			

[Anexo XXIII. Utilização condicionada das dotações orçamentais do Orçamento do Estado para 2025 > continuação]

Ministério	Programa Orçamental	Medida	2025				
			Cativos iniciais (LOE)	Cativos iniciais (LOE e DLEO)	Cativos atuais		
			(1)	(2)	(3)		
MIH	P012 - Infraestruturas e Habitação	001 - Serviços Gerais da Administração Pública - Administração geral	0,8	1,0	0,2		
		004 - Serv. Gerais da A.P. - Investigação científica de carácter geral	1,3	1,5	1,7		
		015 - Educação - Administração e regulamentação	2,5	2,5	2,5		
		017 - Educação - Estabelecimentos de ensino não superior	38,9	41,5	30,9		
		030 - Habitação e serv. Colectivos - Habitação	89,7	103,5	39,8		
		052 - Transportes e comunicações - Administração e regulamentação	7,0	16,2	2,2		
		053 - Transportes e Comunicações - Investigação	0,0	0,5	0,5		
		054 - Transportes e comunicações - Transportes rodoviários	52,6	64,4	9,6		
		055 - Transportes e comunicações - Transportes ferroviários	206,2	249,7	60,8		
		056 - Transportes e comunicações - Transportes aéreos	0,5	0,6	0,6		
		057 - Transportes e comunicações - Transportes marítimos e fluviais	19,9	21,9			
		058 - Transportes e comunicações - Sistemas de comunicações	3,6	3,6			
		063 - Outras funções económicas - Administração e regulamentação	4,0	8,1	3,6		
		065 - Outras funções económicas - Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0		
		079 - Transportes e Comunicações - Parcerias Público Privadas	173,8	173,8			
		101 - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais	5,8	5,8			
		103 - Impacto do choque geopolítico	0,4	3,0	0,4		
			P012 - Infraestruturas e Habitação	607,3	697,9	153,0	
		MECT	P013 - Economia	061 - Comércio e turismo - Comércio	0,0	0,2	0,2
				062 - Comércio e turismo - Turismo	12,5	18,2	7,3
063 - Outras funções económicas - Administração e regulamentação	1,5			1,8	0,7		
065 - Outras funções económicas - Diversas não especificadas	35,0			52,9	39,2		
086 - Comércio e Turismo - Imposto especial de jogo	16,4			22,0	5,7		
100 - Iniciativas de Ação Climática	0,0			0,0			
	P013 - Economia			65,4	95,1	53,0	
MTSSS	P014 - Trabalho, Solidariedade e Seg. Social	001 - Serviços Gerais da Administração Pública - Administração geral	0,0	0,0	0,0		
		003 - Serv. Gerais da A.P. - Cooperação económica externa	0,4	0,4	0,1		
		017 - Educação - Estabelecimentos de ensino não superior	0,5	0,8	0,3		
		024 - Segurança e acção social - Administração e regulamentação	0,9	1,8	0,6		
		026 - Segurança e acção social - Segurança social	20,5	24,4	10,5		
		027 - Segurança e acção social - Acção social	18,0	23,0	20,1		
		064 - Outras funções económicas - Relações gerais do trabalho	69,9	71,9	17,9		
		065 - Outras funções económicas - Diversas não especificadas	0,8	1,2	1,0		
		068 - Outras funções - Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0		
		082 - Segurança e Ação Social - Violência doméstica - Prevenção e proteção à vítima	0,1	0,1	0,1		
		083 - Segurança e Ação Social - Integração da pessoa com deficiência	1,8	2,5	1,5		
		084 - Simplex +	0,6	0,6	0,2		
			P014 - Trabalho, Solidariedade e Seg. Social	113,6	126,8	52,5	
MAE	P015 - Ambiente e Energia	033 - Habitação e serv. Colectivos - Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	26,2	37,6	7,3		
		040 - Agricultura, pecuária, silv, caça, pesca - Administração e regulamentação	0,1	1,8	1,8		
		046 - Indústria e energia - administração e regulamentação	2,6	7,6	5,9		
		047 - Indústria e energia - Investigação	7,8	10,0	1,0		
		051 - Indústria e energia - Combustíveis, electricidade e outras fontes de energia	17,8	18,4	0,6		
		063 - Outras funções económicas - Administração e regulamentação	2,8	9,0	8,1		
		065 - Outras funções económicas - Diversas não especificadas	1,2	1,4	1,4		
		100 - Iniciativas de Ação Climática	14,4	14,4			
	P015 - Ambiente e Energia	72,9	100,2	26,1			
MCJD	P016 - Juventude e Desporto	001 - Serviços Gerais da Administração Pública - Administração geral	0,1	0,2	0,0		
		016 - Educação - Investigação		0,0	0,0		
		024 - Segurança e ação social - Administração e regulamentação	0,5	0,8	0,3		
		037 - Serviços culturais, recreativos e religiosos - Desporto, recreio e lazer	5,0	5,1	1,5		
		063 - Outras funções económicas - Administração e regulamentação	0,1	0,3	0,1		
		082 - Segurança e Ação Social - Violência doméstica - Prevenção e proteção à vítima	0,6	0,7	0,1		
		085 - Florestas	0,0	0,0			
			P016 - Juventude e Desporto	6,4	7,0	2,0	
MAM	P017 - Agricultura e Mar	004 - Serv. Gerais da A.P. - Investigação científica de carácter geral	3,0	3,3	0,8		
		040 - Agricultura, pecuária, silv, caça, pesca - Administração e regulamentação	5,9	10,2	1,4		
		041 - Agricultura, pecuária, silv, caça, pesca - Investigação	0,9	1,5	1,5		
		042 - Agricultura, pecuária, silv, caça, pesca - Agricultura e pecuária	30,7	88,4	38,0		
		045 - Agricultura, pecuária, silv, caça, pesca - Pesca	3,0	4,2	0,7		
		057 - Transportes e comunicações - Transportes marítimos e fluviais	0,5	0,6	0,6		
		084 - Simplex +	0,0	0,0			
		085 - Florestas	2,8	3,9	0,1		
		101 - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais	5,5	17,0	0,1		
			P017 - Agricultura e Mar	52,3	129,1	43,2	
MC	P018 - Cultura	001 - Serviços Gerais da Administração Pública - Administração geral	0,7	0,7	0,5		
		036 - Serviços culturais, recreativos e religiosos - Cultura	28,8	48,3	6,7		
MECT	P019 - Coesão Territorial		P018 - Cultura	29,5	49,0	7,3	
		001 - Serviços Gerais da Administração Pública - Administração geral	0,5	0,5	0,1		
		003 - Serv. Gerais da A.P. - Cooperação económica externa	0,0	0,1	0,0		
		020 - Saúde - Administração e Regulamentação		0,0			
		028 - Habitação e serviços coletivos - Administração e regulamentação	12,6	32,9	3,7		
		031 - Habitação e serviços coletivos - Ordenamento do território	0,8	1,7	0,7		
		033 - Habitação e serviços coletivos - Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	0,5	0,5	0,3		
		036 - Serviços culturais, recreativos e religiosos - Cultura	0,1	0,1	0,1		
		042 - Agricultura, pecuária, silv, caça, pesca - Agricultura e pecuária	0,9	1,1	0,0		
		045 - Agricultura, pecuária, silv, caça, pesca - Pesca	0,1	0,2	0,0		
		063 - Outras funções económicas - Administração e regulamentação	7,8	9,0	0,0		
		065 - Outras funções económicas - Diversas não especificadas	0,0	0,5	0,0		
100 - Iniciativas de Ação Climática	0,0	0,0					
	P019 - Coesão Territorial	23,4	46,7	5,0			
MRE	P020 - Reforma do Estado	001 - Serviços Gerais da Administração Pública - Administração geral	6,6	11,0	2,9		
		084 - Simplex +	0,2	1,0	0,6		
		P020 - Reforma do Estado	6,8	12,0	3,5		
TOTAL Cativos			2 029,3	2 746,8	634,1		

[Anexo XXIII. Utilização condicionada das dotações orçamentais do Orçamento do Estado para 2025 > continuação]

Reserva

Período: novembro (milhões de euros)

Ministério	Programa Orçamental	Reserva	Cativos iniciais (LOE) (1)	Cativos iniciais (LOE e DLEO) (2)	Cativos atuais (3)
EGE	P001 - Órgãos de Soberania	Reserva Orçamental	5,9	5,9	4,6
PCM	P002 - Governação	Reserva Orçamental	12,3	12,3	10,0
MNE	P003 - Representação Externa	Reserva Orçamental	8,8	8,8	26,8
MF	P004 - Finanças	Reserva Orçamental	38,4	38,4	23,9
MDN	P006 - Defesa	Reserva Orçamental	47,8	47,8	35,8
MJ	P007 - Justiça	Reserva Orçamental	45,2	45,2	9,7
MAI	P008 - Segurança Interna	Reserva Orçamental	57,1	57,1	29,2
MECI	P009 - Educação	Reserva Orçamental	3,0	3,0	3,0
MECI	P010 - Ensino Superior, Ciência e Inovação	Reserva Orçamental	12,7	12,7	0,2
MS	P011 - Saúde	Reserva Orçamental	0,9	0,9	0,9
MIH	P012 - Infraestruturas e Habitação	Reserva Orçamental	89,2	89,2	88,9
MECT	P013 - Economia	Reserva Orçamental	68,3	68,3	67,7
MTSSS	P014 - Trabalho, Solidariedade e Seg. Social	Reserva Orçamental	13,1	13,1	13,1
MAE	P015 - Ambiente e Energia	Reserva Orçamental	25,4	25,4	23,4
MCID	P016 - Juventude e Desporto	Reserva Orçamental	2,0	2,0	2,0
MAM	P017 - Agricultura e Mar	Reserva Orçamental	16,1	16,1	6,6
MC	P018 - Cultura	Reserva Orçamental	7,1	7,1	6,3
MECT	P019 - Coesão Territorial	Reserva Orçamental	5,8	5,8	5,8
MRE	P020 - Reforma do Estado	Reserva Orçamental	1,0	1,0	1,0
TOTAL			460,0	460,0	358,7
TOTAL Cativos + Reserva 2025			2 489,4	3 206,8	992,8
Por memória Total Cativos + Reserva 2024			1 235,2	1 235,2	601,4

Notas:

Cativos Iniciais (LOE): cativos apurados de acordo com a aplicação da disciplina orçamental prevista na Lei do Orçamento do Estado para 2025.

Cativos Iniciais (LOE e DLEO): Inclui o montante de cativações determinadas pelo art.º 6.º do DLEO 20205 (Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março). Valores não consolidados. Apenas expurgados dos cativos que incidem sobre a transferência do Orçamento do Estado destinada aos Serviços e Fundos Autónomos.

Face à natureza da dotação relativa à Reserva, que não tem uma finalidade pré-estabelecida, a mesma foi expurgada das Medidas.

Fonte: Entidade Orçamental.

Anexo XXIV. Despesa efetiva consolidada por Programa Orçamental

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Execução Acumulada		Variação Homóloga Acumulada		Contributo (em p.p.)
	2024	2025	Absoluta	Relativa (%)	
001 - Órgãos de Soberania	6 585,3	7 314,9	729,7	11,1	0,8
002 - Governação	544,4	547,2	2,8	0,5	0,0
003 - Representação Externa	509,4	474,1	-35,3	-6,9	0,0
004 - Finanças	7 231,9	8 495,1	1 263,2	17,5	1,4
005 - Gestão da Dívida Pública	6 806,6	6 708,4	-98,2	-1,4	-0,1
006 - Defesa	3 133,8	4 002,7	868,9	27,7	1,0
007 - Justiça	1 803,4	2 009,7	206,3	11,4	0,2
008 - Segurança Interna	2 591,4	2 760,0	168,6	6,5	0,2
009 - Educação	7 110,4	7 350,4	240,0	3,4	0,3
010 - Ensino Superior, Ciência e Inovação	3 440,8	3 604,8	164,0	4,8	0,2
011 - Saúde	15 695,3	17 144,5	1 449,2	9,2	1,6
012 - Infraestruturas e Habitação	5 224,7	5 239,4	14,7	0,3	0,0
013 - Economia	1 354,2	1 748,7	394,4	29,1	0,4
014 - Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	24 683,9	26 085,9	1 402,0	5,7	1,6
015 - Ambiente e Energia	2 088,2	1 557,5	-530,7	-25,4	-0,6
016 - Juventude e Desporto	119,7	248,1	128,3	107,2	0,1
017 - Agricultura e Mar	1 484,4	1 532,4	48,0	3,2	0,1
018 - Cultura	337,7	355,0	17,3	5,1	0,0
019 - Coesão Territorial	822,8	520,3	-302,5	-36,8	-0,3
020 - Reforma do Estado	61,4	92,2	30,8	50,1	0,0
Subtotal despesa efetiva consolidada dos Programas Orçamentais (1)	91 629,7	97 791,2	6 161,5	6,7	
Fluxos para outros Programas Orçamentais (2)	2 584,5	3 438,3	853,9	33,0	
Diferenças de consolidação (3)	229,1	390,3	161,1		
Total da despesa efetiva consolidada da Administração Central (4)=(1)-(2)+(3)	89 274,4	94 743,1	5 307,6	6,1	

Notas:

Os valores de execução orçamental dos Programas Orçamentais encontram-se consolidados de fluxos internos aos mesmos.

As diferenças de consolidação correspondem às constantes da despesa da conta consolidada da Administração Central.

Fonte: Entidade Orçamental.

Anexo XXV. Fatores explicativos com efeito diferenciado em Contas Nacionais

Período: janeiro a dezembro (milhões de euros)

	Classificação económica	Operação contas nacionais	Descrição da operação	Impacto em Contabilidade Pública (CP)										Impacto em Contabilidade Nacional (CN)										CN vs CP [*]	
				2024				2025				VHA	2024				2025				VHA	VHA			
				out	nov	dez	Acumulado	out	nov	dez	Acumulado		out	nov	dez	Acumulado	out	nov	dez	Acumulado					
Efeito na Receita				0	18	66	258	0	22	0	276	18	-119	-44	-350	27	-154	-45	-407	27	0	-18			
[1]	Impostos indiretos	Impostos sobre a produção	Flexibilização de pagamentos de impostos										-122	-47	-352		-156	-48	-409						
[2]	Reposições não abatidas aos pagamentos	-	RNAP - Contribuição financeira UE				49					-49										49			
[3]	Reposições não abatidas aos pagamentos	-	RNAP - Saldo de gerência			66	99	4			257	158										-158			
[4]	Impostos diretos	-	Ativos por impostos diferidos				-117					117										-117			
[5]	Reposições não abatidas aos pagamentos	-	Regime transitório de estabilização de preços do gás				208					-208										208			
[6]	Taxas, multas e outras penalidades	Rendas	Utilização de licenças 5G		18		18	19			19	1	2	2	2	27	2	2	2	27		-1			
Efeito na Despesa				0	0	0	794	0	0	0	0	-794	0	0	0	386	0	0	0	0	-386	407			
[7]	Transferências correntes	Outros subsídios à produção	Redução das tarifas de acesso às redes na eletricidade				566					-566				366					-366	200			
[8]	Transferências correntes	-	Decisão judicial da Barragem do Fridão				228					-228										228			
[9]	Reposições não abatidas aos pagamentos	Outros subsídios à produção	Regime transitório de estabilização de preços do gás													20					-20	-20			
Impacto no Saldo				0	18	66	-536	0	22	0	276	812	-119	-44	-350	-359	-154	-45	-407	27	386	-425			

Notas:

[*] O efeito em contas nacionais deve ser analisado como comparação entre variações, e não como impacto no saldo nesta ótica.

A informação apresentada na Síntese de Execução Orçamental decorre da aplicação dos princípios de contabilidade pública que reflete as despesas e receitas relativas aos pagamentos e recebimentos ocorridos em determinado período, correspondendo a uma abordagem numa ótica de caixa. A contabilidade nacional é orientada pelo princípio da especialização do exercício, numa ótica de compromisso, sendo registadas as despesas e as receitas assumidas no período, independentemente do momento em que se verifica o correspondente pagamento ou recebimento.

O quadro apresentado explicita operações específicas, nos períodos orçamentais em análise, que implicam um registo distinto e têm um impacto diferente em contabilidade pública e em contabilidade nacional em função dos princípios preconizados por cada ótica.

Fontes: Entidade Orçamental.

V. NOTAS COMPLEMENTARES



A. Perímetro das Administrações Públicas

Lista de entidades da Administração Central em 2025

PO01 — Órgãos de Soberania

Assembleia da República
 Cofre Privativo do Tribunal de Contas – Açores
 Cofre Privativo do Tribunal de Contas – Sede
 Cofre Privativo Tribunal Contas – Madeira
 Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
 Comissão Nacional de Eleições
 Comissão Nacional de Proteção de Dados
 Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial
 Conselho das Finanças Públicas
 Conselho Económico e Social
 Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida
 Conselho para a Ação Climática
 Conselho Superior de Magistratura
 Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais
 Entidade Reguladora para a Comunicação Social
 Gabinete do Representante da República – Região Autónoma da Madeira
 Gabinete do Representante da República – Região Autónoma dos Açores
 Mecanismo Nacional para a Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
 Mecanismo Nacional Anticorrupção
 Presidência da República
 Procuradoria-Geral da República
 Serviço do Provedor de Justiça
 Supremo Tribunal Administrativo
 Supremo Tribunal de Justiça
 Tribunal Constitucional
 Tribunal de Contas – Secção Regional da Madeira
 Tribunal de Contas – Secção Regional dos Açores
 Tribunal de Contas – Sede

PO02 — Governação

Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P.
 Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública – CRESAP
 Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento
 Gabinete do Secretário-Geral Estruturas Comuns ao SIED e SIS
 Gabinetes dos Membros do Governo da Presidência do Conselho de Ministros
 Gestão Administrativa e Financeira da Presidência do Conselho de Ministros
 Instituto Nacional de Estatística, I.P.
 Rádio e Televisão de Portugal, S.A.

Serviço de Informações de Segurança
 Serviço de Informações Estratégicas de Defesa

PO03 — Representação Externa

Ação Governativa – Ministério dos Negócios Estrangeiros
 Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.
 Fundo da Língua Portuguesa
 Fundo para as Relações Internacionais, I.P.
 Gestão Administrativa e Financeira do Ministério dos Negócios Estrangeiros

PO04 — Finanças

Ação Governativa do Ministério das Finanças
 Administração do Património do Estado
 Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.
 Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões
 Autoridade Tributária e Aduaneira
 BANIF Imobiliária, S.A.
 BANIF, S.A.
 Comissão de Normalização Contabilística
 Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
 CONSEST – Promoção Imobiliária, S.A.
 Direção Geral da Administração e do Emprego Público
 Entidade Orçamental e)
 Entidade do Tesouro e Finanças f)
 Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
 ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A.
 FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial, SGPS, S.A.
 Fundo de Acidentes de Trabalho
 Fundo de Estabilização Tributária
 Fundo de Garantia Automóvel
 Fundo de Garantia de Depósitos
 Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial
 Fundo de Resolução
 Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
 Inspeção-Geral de Finanças
 Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P.
 Oitante, S.A.
 Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.
 Parvalorem, S.A.
 SAGESECUR – Estudos, Desenvolvimento e Participações em Projetos de Investimento Valores Mobiliários, S.A.
 Secretaria-Geral do Ministério das Finanças

Serviços Sociais da Administração Pública
Sistema de Indemnização aos Investidores
Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos d)
Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial d)
Wil – Projetos Turísticos, S.A.

PO05 — Gestão da Dívida Pública

Fundo de Regularização da Dívida Pública

PO06 — Defesa

Arsenal do Alfeite, S.A.
Direção-Geral de Política de Defesa Nacional
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
Estado-Maior General das Forças Armadas
Exército
EXTRA – Explosivos da Trafaria, S.A.
Força Aérea
Gabinete de Membros do Governo do Ministério da Defesa
IDD – Portugal Defence, S.A.
Inspeção-Geral de Defesa Nacional
Instituto de Ação Social das Forças Armadas
Instituto da Defesa Nacional
Instituto Hidrográfico
Laboratório Nacional do Medicamento
Marinha
Polícia Judiciária Militar
Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional

PO07 — Justiça

Centro de Estudos Judiciários
Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes
Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares de Justiça
Direção-Geral da Administração da Justiça
Direção-Geral da Política de Justiça
Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Fundo para a Modernização da Justiça
Gabinetes dos Membros do Governo do Ministério da Justiça
Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça
Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.
Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.
Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I.P.
Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.
Polícia Judiciária
Secretaria-Geral do Ministério da Justiça
Tribunal Central Administrativo – Centro
Tribunal Central Administrativo – Norte
Tribunal Central Administrativo – Sul
Tribunal da Relação de Coimbra
Tribunal da Relação de Évora
Tribunal da Relação de Guimarães
Tribunal da Relação de Lisboa
Tribunal da Relação do Porto

PO08 — Segurança Interna

Ação Governativa – Ministério da Administração Interna
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
Cofre de Previdência da PSP
Escola Nacional de Bombeiros
Guarda Nacional Republicana
Inspeção-Geral da Administração Interna
Polícia de Segurança Pública
Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
Serviços Sociais da GNR
Serviços Sociais da PSP
SIRESP – Gestão de Redes Digitais de Segurança e Emergência, S.A.

PO09 — Educação

Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.
Agência para a Gestão do Sistema Educativo, I.P. (AGSE) h)
Conselho Nacional de Educação
Direção-Geral da Administração Escolar
Direção-Geral da Educação
Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
Editorial do Ministério da Educação e Ciência
Escola Portuguesa de Cabo Verde – CELP
Escola Portuguesa de Díli – CELP – Ruy Cinatti
Escola Portuguesa de Luanda – Centro de Ensino e Língua Portuguesa
Escola Portuguesa de Moçambique
Escola Portuguesa de S. Tomé e Príncipe – CELP
Estabelecimentos de Educação e Ensinos Básico e Secundário
Inspeção-Geral da Educação e Ciência
Instituto de Avaliação Educativa, I.P.
Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.
Secretaria-Geral do Ministério da Educação

PO10 — Ensino Superior, Ciência e Inovação

Academia das Ciências de Lisboa
Ação Governativa – Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI)
Agência Espacial Portuguesa – Portugal SPACE
Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus + Educação e Formação
AUP – Associação das Universidades Portuguesas
Centro Científico e Cultural de Macau, I.P.
Direção-Geral do Ensino Superior
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa
Escola Superior de Enfermagem do Porto
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril
Escola Superior Náutica Infante D. Henrique
Fundação Gaspar Frutuoso
Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.
Fundação para o Desenvolvimento Ciências Económicas Financeiras e Empresariais
IMAR – Instituto do Mar

INEB – Instituto Nacional de Engenharia Biomédica
 Instituto Politécnico da Guarda
 Instituto Politécnico de Beja
 Instituto Politécnico de Bragança
 Instituto Politécnico de Castelo Branco
 Instituto Politécnico de Coimbra
 Instituto Politécnico de Leiria
 Instituto Politécnico de Lisboa
 Instituto Politécnico de Portalegre
 Instituto Politécnico de Santarém
 Instituto Politécnico de Setúbal
 Instituto Politécnico de Tomar
 Instituto Politécnico de Viana do Castelo
 Instituto Politécnico de Viseu
 Instituto Politécnico do Cávado e do Ave – Fundação Pública
 Instituto Politécnico do Porto
 Instituto Superior de Engenharia de Lisboa
 Instituto Superior de Engenharia do Porto
 ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa – Fundação Pública
 SAS – Instituto Politécnico da Guarda
 SAS – Instituto Politécnico de Beja
 SAS – Instituto Politécnico de Bragança
 SAS – Instituto Politécnico de Castelo Branco
 SAS – Instituto Politécnico de Coimbra
 SAS – Instituto Politécnico de Leiria
 SAS – Instituto Politécnico de Lisboa
 SAS – Instituto Politécnico de Portalegre
 SAS – Instituto Politécnico de Santarém
 SAS – Instituto Politécnico de Setúbal
 SAS – Instituto Politécnico de Tomar
 SAS – Instituto Politécnico de Viana do Castelo
 SAS – Instituto Politécnico de Viseu
 SAS – Instituto Politécnico do Porto
 SAS – Universidade Beira Interior
 SAS – Universidade da Madeira
 SAS – Universidade de Coimbra
 SAS – Universidade de Évora
 SAS – Universidade de Lisboa (UL)
 SAS – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
 SAS – Universidade do Algarve
 SAS – Universidade do Minho
 SAS – Universidade dos Açores
 UL – Faculdade de Arquitetura
 UL – Faculdade de Belas-Artes
 UL – Faculdade de Ciências
 UL – Faculdade de Direito
 UL – Faculdade de Farmácia
 UL – Faculdade de Letras
 UL – Faculdade de Medicina
 UL – Faculdade de Medicina Dentária
 UL – Faculdade de Medicina Veterinária
 UL – Faculdade de Motricidade Humana
 UL – Faculdade de Psicologia

UL – Instituto de Ciências Sociais
 UL – Instituto de Educação
 UL – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
 UL – Instituto Superior Ciências Sociais Políticas
 UL – Instituto Superior de Agronomia
 UL – Instituto Superior de Economia e Gestão
 UL – Instituto Superior Técnico
 UNINOVIA – Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias
 Universidade Aberta
 Universidade da Beira Interior
 Universidade da Madeira
 Universidade de Aveiro – Fundação Pública
 Universidade de Coimbra
 Universidade de Évora
 Universidade de Lisboa – Reitoria
 Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
 Universidade do Algarve
 Universidade do Minho – Fundação Pública
 Universidade do Porto – Fundação Pública
 Universidade dos Açores
 Universidade Nova de Lisboa – Fundação Pública

PO11 — Saúde

Ação Governativa – Ministério da Saúde
 Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.
 Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P. **a)**
 Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P. **a)**
 Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. **a)**
 Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. **a)**
 Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. **a)**
 Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde
 Direção-Geral da Saúde
 EAS – Empresa Ambiente na Saúde, Tratamento de Resíduos
 Hospitalares Unipessoal, Lda.
 Entidade Reguladora da Saúde
 INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de
 Saúde, I.P.
 Inspeção-Geral das Atividades em Saúde
 Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.
 Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P.
 Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, I.P.
 Instituto Português de Oncologia – Coimbra, E.P.E.
 Instituto Português de Oncologia – Lisboa, E.P.E.
 Instituto Português de Oncologia – Porto, E.P.E.
 Instituto Português do Sangue e da Transplantação
 Secretaria-Geral do Ministério da Saúde
 Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.
 SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais
 Unidade Local de Saúde da Arrábida, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde da Cova da Beira E.P.E.
 Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde da Lezíria E.P.E.
 Unidade Local de Saúde da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, E.P.E.

Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde de Almada/Seixal, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde de Amadora/Sintra, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde de Barcelos/Esposende, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde de Braga, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde de Coimbra, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde de Lisboa Ocidental, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde de Loures/Odivelas, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde de Santo António, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde São João, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde São José, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde de Viseu Dão/ Lafões, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde do Algarve, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde da Alto Alentejo, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde do Alto Ave, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde do Arco Ribeirinho, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde do Estuário do Tejo, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde do Médio Ave, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde do Médio Tejo, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde do Oeste, E.P.E.
 Unidade Local de Saúde do Tâmega e Sousa, E.P.E.

PO12 — Infraestruturas e Habitação

Associação Centro de Competências Ferroviário
 Associação Metropolitana de Operadores de Transporte de Lisboa
 Autoridade da Mobilidade e dos Transportes
 Autoridade Nacional da Aviação Civil
 Autoridade Nacional de Comunicações
 Comissão Nacional de Congressos da Estrada
 Construção Pública, E.P.E.
 CP – Comboios de Portugal, E.P.E.
 Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado
 Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado
 Fundo para o Serviço Público de Transportes
 Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários
 Gabinetes dos Membros do Governo do Ministério das Infraestruturas e Habitação
 Infraestruturas de Portugal, S.A.
 IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.

Instituto da Mobilidade e dos Transportes
 Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.
 Laboratório Nacional de Engenharia Civil
 Metro – Mondego, S.A.
 Metro do Porto, S.A.
 Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
 Transtejo – Transportes Tejo, S.A.
 TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.
 TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.

PO13 — Economia

Ação Governativa – Ministério da Economia
 Agência Nacional de Inovação, S.A.
 AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.
 Autoridade da Concorrência, I.P.
 ENATUR – Empresa Nacional de Turismo, S.A.
 Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa
 Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação – FINOVA
 Fundo de Apoio ao Turismo e ao Cinema
 Fundo de Capital e Quase Capital
 Fundo de Capitalização e Resiliência
 Fundo de Coinvestimento 200M
 Fundo de Contragarantia Mútuo
 Fundo de Dívidas e Garantias
 Fundo de Fundos para a Internacionalização
 Fundo de Garantia de Viagens e Turismo
 Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular
 Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas
 Fundo para a Promoção dos Direitos dos Consumidores
 Fundo Revive Natureza
 Gestão Administrativa e Financeira do Ministério da Economia
 IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.
 Instituto do Turismo de Portugal, I.P.
 Instituto Português da Qualidade, I.P.
 Instituto Português de Acreditação I.P.
 Região de Turismo do Algarve
 Turismo Centro de Portugal
 Turismo do Alentejo, E.R.T.
 Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.T.

PO14 — Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Ação Governativa – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
 Autoridade para as Condições do Trabalho
 Caixa-Geral de Aposentações, I.P.
 Casa Pia de Lisboa, I.P.
 Centro de Competências de Envelhecimento Ativo **b)**
 Centro de Competências para a Economia Social (CCES) **b)**
 Centro de Educação e Formação Profissional Integrada (CEFPI)
 Centro de Formação e Inovação Tecnológica (INOVINTER)
 Centro de Formação Profissional CESAE Digital
 Centro de Formação Profissional da Indústria de Calçado

Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul
 Centro de Formação Profissional da Indústria da Cortiça
 Centro de Formação Profissional da Indústria da Fundição
 Centro de Formação Profissional da Indústria da Ourivesaria e Relojoaria (CINDOR)
 Centro de Formação Profissional da Indústria Eletrónica
 Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica
 Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifícios
 Centro de Formação Profissional da Reparação Automóvel
 Centro de Formação Profissional das Indústrias da Madeira e Mobiliário
 Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar
 Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias
 Centro de Formação Profissional para a Indústria de Cerâmica
 Centro de Formação Profissional para o Artesanato e Património
 Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins
 Centro de Formação Profissional para o Setor Alimentar
 Centro de Formação Profissional para Setor da Construção Civil e Obras Públicas do Norte
 Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional
 Centro de Reabilitação Profissional de Gaia
 Centro de Relações Laborais
 Centro para a Economia e Inovação Social **b)**
 Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas
 Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça
 Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
 Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego
 Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
 Direção-Geral da Segurança Social
 Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
 Fundo de Reestruturação do Setor Solidário
 Fundo REVITA
 Gabinete de Estratégia e Planeamento
 Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
 Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
 Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.
 Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, I.P.
 Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

PO15 — Ambiente e Energia

Ação Governativa – Ministério do Ambiente e Energia
 Agência para a Energia
 Agência para o Clima, I.P. **c)**
 Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
 AVEIROPOLIS – Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Aveiro, S.A.
 Conselho Nacional da Água
 Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Costa Polis – Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Costa da Caparica, S.A.
 Direção-Geral de Energia e Geologia
 Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E.
 Entidade Reguladora dos Serviços das Águas e dos Resíduos
 Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, I.P.
 Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energia Renováveis 2030
 Fundo Ambiental
 Fundo Azul
 Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
 Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.
 Polis Litoral Norte, S.A.
 Polis Litoral Ria de Aveiro, S.A.
 Vianapolis, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Viana do Castelo, S.A. **g)**

PO16 — Juventude e Desporto

Agência Nacional Erasmus + Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade
 Autoridade Antidopagem de Portugal
 Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto
 Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
 Fundação do Desporto
 Gabinetes dos Membros do Governo do Ministério da Juventude e Desporto
 Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

PO17 — Agricultura e Mar

Ação Governativa – Ministério da Agricultura e Pescas
 Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P.
 Autoridade de Gestão do MAR 2030
 Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural
 Direção-Geral de Alimentação e Veterinária
 Direção-Geral de Política do Mar
 Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
 EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.
 Estrutura de Missão para a Gestão do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum de Portugal no Continente
 Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental
 Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca
 Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais
 Gabinete de Investigação de Acidentes Marítimos
 Gabinete de Planeamento e Políticas
 Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
 Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.
 Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.
 Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I.P.
 Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.
 Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.

PO18 — Cultura

Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, I.P.

Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa
Direção Geral das Artes
Fundação Centro Cultural de Belém
Fundo de Fomento Cultural
Fundo de Salvaguarda do Património Cultural
Fundo para a Aquisição de Bens Culturais
Gabinetes dos Membros do Governo do Ministério da Cultura
Gestão Administrativa e Financeira do Ministério da Cultura
Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P.
Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E.
OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E.
Património Cultural, I.P.
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.
Teatro Nacional de São João, E.P.E.

PO19 — Coesão Territorial

Agência para o Desenvolvimento e Coesão
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
Direção-Geral das Autarquias Locais
Direção-Geral do Território
Estrutura de Missão Jornadas Mundiais Juventude
Estrutura de Missão Recuperar Portugal
Fundo de Apoio Municipal
Fundo para a Inovação Social
Gabinetes dos Membros do Governo – Coesão Territorial
Unidade Nacional do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu

PO20 — Reforma do Estado

Ação Governativa dos Membros do Governo do Ministério da Reforma do Estado
Agência para a Modernização Administrativa, I.P.
Instituto Nacional de Administração, I.P.

Notas:

A presente listagem, apresenta as entidades da Administração Central que integram o XXV Governo Constitucional, aprovado no Decreto-Lei n.º 87-A/2025, de 25 de julho, para o Orçamento do Estado para 2025.

Alterações:

- Reinscrição das Administrações Regionais de Saúde ao abrigo Despacho n.º 2141/2025, tendo prorrogado o prazo de extinção até 31 de março de 2025.
- Criação do Centro de Competências para a Economia Social por fusão do Centro de Formação Profissional de Competências de Envelhecimento Ativo (CCEA) com o Centro para a Economia e Inovação Social (CEIS), ao abrigo da Portaria n.º 303/2024-/1, de 26 de novembro.
- Agência para o Clima, I.P. – Criação pelo Decreto-Lei n.º 122/2024, de 31 de dezembro.
- Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos e Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial – fusão na Entidade do Tesouro e Finanças nos termos do artigo 1.º do Decreto Lei n.º 56/2025, de 31 de março.
- Alteração da designação da Direção Geral do Orçamento para Entidade Orçamental nos termos do Decreto-Lei n.º 53/2025, de 28 de março.
- Alteração da designação da Direção Geral do Tesouro e Finanças para Entidade do Tesouro e Finanças nos termos do Decreto-Lei n.º 56/2025, de 31 de março.
- Vianapolis, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Viana do Castelo, S.A. – Extinção nos termos do artigo 137.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro.
- Criação da Agência para a Gestão do Sistema Educativo, I.P. (AGSE), ao abrigo do Decreto-Lei n.º 99/2025, de 28 de agosto.

B. Glossário

A

Administração Central — Corresponde à administração direta e indireta do Estado que abrange todo o território nacional, compreendendo os subsetores dos serviços integrados e dos serviços e fundos autónomos.

Administração Local — Compreende todas as entidades das administrações públicas cuja competência e autoridade fiscal, legislativa e executiva, respeita somente a uma parte do território económico, definida por objetivos administrativos e políticos. A execução orçamental constante do quadro 15 dos anexos estatísticos integra municípios, sendo que a execução orçamental do subsetor na Conta das Administrações Públicas engloba igualmente uma estimativa para as freguesias e a execução das medidas no âmbito Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos pelas áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais.

Administrações Públicas — Universo que compreende a Administração Central (serviços integrados e serviços e fundos autónomos), a Administração Regional (órgãos de governos regionais e serviços e fundos autónomos) e Local (municípios e freguesias) e a Segurança Social.

Ativos financeiros (receita) — Receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, assim como as resultantes de reembolso de empréstimos ou subsídios concedidos (*vide* Classificador Económico das receitas e das despesas públicas — Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro).

Ativos financeiros (despesa) — Operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis (*vide* Classificador Económico das receitas e das despesas públicas — Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro).

Ativos financeiros líquidos de reembolsos — Diferença entre os fluxos de operações de ativos financeiros de despesa e receita. Traduz o património financeiro emprestado a terceiros em determinado momento.

B

Bens correntes — Bens de consumo (duradouros ou não) destinados a satisfazer necessidades de forma direta e imediata, que possam ser inventariáveis e/ou duráveis ou não, que não se considerem bens de capital ou de investimento. Podem ser classificados como bens duradouros — aplicam-se à satisfação de necessidades de um modo repetido por um período mais ou menos longo — ou bens não duradouros — bens de consumo imediato com uma presumível duração não superior a um ano.

Bilhete do Tesouro (BT) — Valor mobiliário representativo de um empréstimo de curto prazo da República Portuguesa, com valor unitário de um euro, com prazos para a maturidade até um ano, colocados a desconto através de leilão ou subscrição limitada e reembolsáveis no vencimento pelo seu valor nominal. (*Fonte: Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública — ICEP, E.P.E.*).

C

Cativação — Retenção de verbas do orçamento de despesa determinado na Lei do Orçamento do Estado, no decreto-lei de execução orçamental anual ou em outro ato legal específico, que se traduz numa redução da dotação utilizável pelos serviços e organismos. A libertação destes montantes — descativação — é sujeita à autorização do Ministro das Finanças, que decide em função da evolução da execução orçamental e das necessidades de financiamento.

Certificado de Aforro (CA) — Instrumento de dívida criado com o objetivo de captar a poupança das famílias, sendo, por conseguinte, colocado diretamente junto dos aforradores (pessoas singulares) com capitalização de juros e transmissível exclusivamente em caso de falecimento do titular. (*Fonte: Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E.P.E.*).

Certificado Especial de Dívida Pública de Curto Prazo (CEDIC) — Instrumento de dívida pública de curto prazo, com prazo para a maturidade compreendido entre um mês e um ano, para subscrição exclusiva por parte de investidores do setor público. É considerado uma aplicação de tesouraria. (*Fonte: Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E.P.E.*).

Certificado Especial de Dívida Pública de Médio e Longo Prazo (CEDIM) — Instrumento de dívida pública de médio e longo prazos, devendo o prazo de vencimento ser superior a 18 meses e a data de vencimento coincidente com a data de vencimento de uma série de obrigações do Tesouro (OT) no âmbito do estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2011, de 21 de fevereiro. (*Fonte: Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E.P.E.*).

Certificado do Tesouro (CT) — Instrumento de dívida criado com o objetivo de captar a poupança das famílias, colocado diretamente junto dos investidores (pessoas singulares), com distribuição anual dos juros e transmissíveis exclusivamente em caso de falecimento do titular. (*Fonte: Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E.P.E.*).

Classificação funcional — Especifica os fins e atividades típicos do Estado (em sentido lato) e evidencia a afetação dos recursos públicos às diversas macrofunções do Estado: de soberania, sociais e económicas.

Classificação orgânica — Reflete a estrutura administrativa e orgânica da Administração Central e um conjunto de despesas

específicas. Identifica as despesas por níveis orgânicos: Ministério, Secretaria de Estado, capítulo, divisão e subdivisão.

Contabilidade Pública (ótica da) ou Contabilidade Orçamental — Ótica de Caixa, ou de gerência, em que são considerados os recebimentos e pagamentos ocorridos em dado período.

Consolidação/Consolidado — Agregados de receita e/ou despesa finais, abatidos de fluxos monetários intermédios efetuados entre as entidades do universo em análise. Caso a informação respeite à Ótica da Contabilidade Pública (Contabilidade Orçamental) são excluídos, a partir de 2017, os fluxos relativos a transferências, juros e rendimentos de propriedade, subsídios, ativos financeiros e passivos financeiros e aquisição e vendas de bens e serviços correntes no âmbito do programa Saúde.

Cupão — juro periódico a pagar por um título de dívida. (*Fonte: Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E.P.E.*).

D

Despesa corrente primária — Despesa corrente, excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

Despesa efetiva — As despesas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros. A forma de cálculo para os diversos subsectores das Administrações Públicas é a seguinte:

Total da soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa orçamental, com exclusão dos «ativos financeiros» e «passivos financeiros» (*vide* Classificador Económico das receitas e das despesas públicas — Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro).

Despesa primária — Despesa efetiva, excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

Despesas com pessoal — Consideram-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Administração.

Diferenças de Consolidação — No processo de «consolidação», no caso da Síntese da execução Orçamental, apenas realizada numa ótica de fluxos de tesouraria, podem ser identificadas as diferenças entre os registos de despesa e da correspondente receita relativos a verbas de: transferências e juros/rendimentos de propriedade, de subsídios e de aquisição de bens e serviços/vendas de bens e serviços correntes no âmbito do Programa Saúde entre entidades, as quais são identificadas em linha própria na conta consolidada; bem como verbas de ativos financeiros e passivos financeiros.

No apuramento da conta consolidada é anulada a parte que é comum aos registos de receita e despesa, por forma a evitar sobrevalorização dos respetivos valores, evidenciando-se a parcela remanescente — à exceção dos ativos financeiros e passivos financeiros, cujas diferenças são imputadas à respetiva rubrica.

Dotação de capital — Injeção de capital numa entidade, em troca de ações ou quotas, formando ou aumentando o capital social desta.

Dotação corrigida — Recursos disponíveis para utilização pelos serviços, correspondentes à dotação orçamental inicial, abatida de cativos e corrigida com as alterações orçamentais que tenham tido lugar.

E

Estado (em sentido estrito) — Conjunto dos serviços dotados de autonomia administrativa. Nos termos do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental, o subsector Estado corresponde ao conjunto dos «serviços integrados». O orçamento de despesa dos serviços integrados inclui transferências para outros subsectores das Administrações Públicas, que são processados pelos diversos Ministérios.

Estimativas de execução — As faltas de dados reais da execução orçamental, por ausência de reporte das entidades, são supridas com recurso a estimativas de execução. A metodologia aplicada a cada subsector consiste em:

Administração Central — Serviços e fundos autónomos —

Utilização da previsão mensal de execução do orçamento aprovado, reportada pelas entidades no início do ano, em substituição dos meses com ausência de reporte de informação. Para os meses com informação real, ainda que disponibilizada apenas após o prazo definido para o efeito, são apropriados os montantes efetivamente reportados. Na indisponibilidade da previsão mensal de execução, a metodologia seguida será indicada em nota de rodapé aos anexos estatísticos que dizem respeito a estas entidades (Anexo IX — Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos, Anexo X — Execução Orçamental das Entidades Públicas Reclassificadas e Anexo XXI — Estimativas de execução consideradas na conta da Administração Central);

Administração local — A estimativa da execução orçamental dos municípios com reporte em falta tem por base o perfil de execução do período homólogo. Aquando do reporte pelos municípios, os valores resultantes da estimativa produzida são substituídos pelos valores de execução. Para as freguesias é apresentada uma estimativa de execução que tem por base as transferências com origem no Fundo de Financiamento das Freguesias e a conta anual das freguesias apurada na ótica de contas nacionais.

EPR — Entidade Pública Reclassificada — Entidade que, na sua génese jurídica, constitui uma entidade do setor público empresarial, mas que, por força da Lei de Enquadramento Orçamental e dos critérios definidos no Sistema Europeu de Contas Nacionais, é objeto de reclassificação para o âmbito das administrações públicas, sendo as suas contas relevantes para efeitos de apuramento dos agregados das contas públicas. A listagem das Entidades Públicas Reclassificadas é divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística no contexto do Sistema de Contas Nacionais/Procedimento dos Défices Excessivos.

Execução orçamental — Conjunto de operações que conduzem à cobrança de receitas previstas e ao pagamento de despesas fixadas no Orçamento do Estado.

F

Financiamento nacional — Conjunto das fontes de financiamento com origem em receitas: gerais; próprias; transferências entre subsectores e dívida pública direta ou indireta (exclui as receitas provenientes do Resto do Mundo).

Fundo de Apoio Municipal (FAM) — Programa de recuperação financeira do Estado colocado à disposição dos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira. A adesão ao FAM implica para o município um conjunto de medidas de reequilíbrio orçamental e reestruturação da dívida, ficando sujeito a mecanismos de controlo orçamental. O FAM é obrigatório para os municípios que tenham uma dívida três vezes superior à média da receita corrente líquida e facultativo para as câmaras em que o endividamento é entre 225% a 300% superior em relação à receita.

Fundo de Coesão (FC) — O Fundo de Coesão visa reforçar a coesão económica, social e territorial da União Europeia a fim de promover o desenvolvimento sustentável, prestando apoio aos investimentos no ambiente, incluindo em domínios relacionados com o desenvolvimento sustentável e a energia que apresentem benefícios para o ambiente, bem como às Redes Transeuropeias de Transportes. (Vide Regulamento (UE) n.º 1300/2013 do Fundo de Coesão).

Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) — Transferência do Orçamento do Estado para os municípios, consagrada no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que corresponde a 19,5% da média aritmética simples da receita dos impostos sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS), sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e sobre imposto sobre o valor acrescentado (IVA), do penúltimo ano àquele em que é elaborado o Orçamento, deduzido do montante afeto ao índice Sintético de Desenvolvimento Social.

Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) — O FEADER contribui para a promoção do desenvolvimento rural sustentável em toda a União Europeia, em complementaridade com os outros instrumentos da Política Agrícola Comum, a política de coesão e a política comum das pescas. Contribui para o desenvolvimento de um setor agrícola mais equilibrado sob o ponto de vista territorial e ambiental, menos prejudicial para o clima e mais resistente às alterações climáticas, e mais competitivo e inovador. O FEADER contribui igualmente para o desenvolvimento dos territórios rurais. (Vide Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural).

Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) — O FEAMP contribui para promover uma pesca e uma aquicultura competitivas, ambientalmente sustentáveis, economicamente viáveis e socialmente responsáveis, para fomentar a execução da Política Comum das Pescas, para promover um desenvolvimento territorial equilibrado e inclusivo das zonas de pesca e de aquicultura e para fomentar o desenvolvimento e a execução da Política Marítima Integrada da União Europeia, em complementaridade com a política de coesão e com a Política Comum das Pescas. (Vide

Regulamento (UE) n.º 508/2014 do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas).

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) — O FEDER contribui para o financiamento do reforço da coesão económica, social e territorial, através da correção dos principais desequilíbrios regionais na União, através do desenvolvimento sustentável e do ajustamento estrutural das economias regionais, incluindo a reconversão das regiões industriais em declínio e das regiões menos desenvolvidas. (Vide Regulamento (UE) n.º 1301/2013 do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional).

Fundo Social Europeu (FSE) — O Fundo Social Europeu promove níveis elevados de emprego e de qualidade do emprego, melhora o acesso ao mercado de trabalho, apoia a mobilidade geográfica e profissional dos trabalhadores e facilita a sua adaptação à mudança industrial e às alterações do sistema de produção necessárias para um desenvolvimento sustentável, incentiva um nível elevado de educação e de formação e apoia a transição entre o ensino e o emprego para os jovens, combate a pobreza, fortalece a inclusão social, incentiva a igualdade de género, a não discriminação e a igualdade de oportunidades. (Regulamento (UE) n.º 1304/2013, relativo ao Fundo Social Europeu).

Fundo Social Municipal (FSM) — Transferência do Orçamento do Estado para os municípios, consagrada no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, consignada ao financiamento de despesas relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social.

I

Impostos diretos — Receitas das Administrações Públicas resultantes da tributação dos rendimentos de capital e do trabalho, dos ganhos de capital e de outras fontes de rendimentos, incluindo as que recaem sobre o património [ex.º: Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), Contribuição autárquica. (Vide Classificador Económico das receitas e das despesas públicas — Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro).]

Impostos indiretos — Receitas que recaem exclusivamente sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços [ex.º: Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), impostos especiais sobre o consumo, Imposto Automóvel (IA), Imposto do Selo (vide Classificador Económico das receitas e das despesas públicas — Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro).]

Indicadores de análise — Conjunto de indicadores de apoio à análise da execução orçamental:

Contributo VH — Contributo para a variação homóloga, correspondente ao contributo de cada parcela constituinte de um dado agregado para a variação homóloga desse agregado, medido em pontos percentuais.

Grau de execução — Indicador, em percentagem, resultante da relação entre o valor executado no período em análise, para uma dada rubrica ou agregado de receita ou despesa, e o correspondente valor da previsão ou dotação corrigida

abatido de cativos. Este grau é aferido por referência ao orçamento aprovado ou retificativo.

Taxa de variação homóloga (TVHA) — Indicador que expressa a «variação homóloga» em percentagem.

Variação homóloga — Variação relativa do valor do ano em análise face ao valor em idêntico período do ano anterior.

Variação implícita ao Orçamento do Estado — Indicador, em percentagem, indicativo da taxa de variação definida como objetivo para o ano em análise.

L

Lei das Finanças Regionais — Tem por objeto a definição dos meios de que dispõem as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira para a concretização da autonomia financeira consagrada na Constituição da República Portuguesa e nos Estatutos Político-Administrativos (1.º artigo da Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro).

O

Obrigaçao do Tesouro (OT) — Valor mobiliário representativo de um empréstimo de médio-longo prazo da República Portuguesa, com valor unitário de 1 cêntimo de euro, com prazos para a maturidade compreendidos entre um ano e 50 anos, colocado através de sindicato bancário, leilão ou subscrição limitada, com vencimento de juros periódicos (ou não) e reembolsáveis no vencimento pelo seu valor nominal. (Fonte: Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E.P.E.).

Orçamento do Estado — Plano financeiro de curto prazo, apresentado sob a forma de Lei, que constitui uma previsão anual de todas as receitas e despesas da Administração Central e do sistema da Segurança Social, proposto pelo Governo de acordo com as suas prioridades e autorizado pela Assembleia da República.

Orçamento aprovado — Previsão de receitas e fixação de limites de despesas, para o ciclo económico de um ano, aprovado pela Assembleia da República e divulgado anualmente através da Lei do Orçamento do Estado.

Orçamento retificativo — Orçamento inicialmente aprovado ajustado de alterações orçamentais propostas pelo Governo e da competência da Assembleia da República.

Outra despesa corrente — Despesa corrente que assume carácter residual que não se integra em nenhuma das outras naturezas de despesa corrente. Além de outras despesas concretamente especificadas segundo o classificador económico das Despesas Públicas (Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro), podem ser identificadas nesta classificação dotações de natureza contingencial, como a «Dotação Provisional», que, no decurso da execução orçamental são afetadas às suas finalidades últimas.

P

Pagamento (ótica de caixa) — Saída de meios monetários para extinguir uma obrigação.

Pagamentos em atrasos (arrears) — Contas por pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes (segundo a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro — Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso).

Parceria Público-Privada (PPP) — Contrato ou união de contratos por via dos quais entidades privadas, designadas por parceiros privados, se obrigam, de forma duradoura, perante um parceiro público, a assegurar, mediante contrapartida, o desenvolvimento de uma atividade tendente à satisfação de uma necessidade coletiva, em que a responsabilidade pelo investimento, financiamento, exploração e riscos associados, incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado (1.ª alínea do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio).

Participação variável no IRS dos municípios — Montante a que os municípios têm direito anualmente, de acordo com o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e que corresponde a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município relativa aos rendimentos do ano anterior.

Passivos financeiros (receita) — Receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto e a médio-longo prazos. (Vide Classificador Económico das receitas e das despesas públicas — Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro).

Passivos financeiros (despesa) — Operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazos, que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos, titulados ou não, quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer ainda da execução de avais ou garantias. (Vide Classificador Económico das receitas e das despesas públicas — Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro).

Passivos financeiros líquidos de amortizações — Diferença entre valores de passivos financeiros da receita e despesa. Correspondem aos compromissos financeiros em determinado ano económico.

Passivos não financeiros — Passivos são as obrigações presentes da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. (Vide Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro — Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso). A denominação «não financeiros» resulta do facto de estarem excluídas deste âmbito as obrigações que resultam de operações financeiras.

Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira (PAEF-RAM) — Programa de assistência financeira acordado entre a República Portuguesa e a Região Autónoma da Madeira, celebrado em janeiro de 2012, com o objetivo de inversão do desequilíbrio da situação financeira da Região Autónoma da Madeira.

Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) — Programa que visa a regularização do pagamento de dívidas dos municípios a fornecedores vencidas há mais de 90 dias, registadas na aplicação SIIAL da Direção-Geral das Autarquias Locais, à data de 31 de março de 2012.

Programa orçamental — Abrange as despesas correspondentes a um conjunto de medidas de caráter plurianual que concorrem, de forma articulada, para a concretização de um ou vários objetivos específicos, relativos a uma ou mais políticas públicas.

No modelo atualmente em vigor, um Programa Orçamental tem correspondência a uma área de responsabilidade política do Governo — um programa, um Ministério —, com exceção de casos particulares, nos termos definidos na circular anual da Entidade Orçamental relativa às Instruções para Preparação do Orçamento do Estado.

Q

Quadro Estratégico Comum 2014-2020 (QEC) — Documento estratégico para o período 2014-2020, que enquadra a concretização, em Portugal, de políticas de desenvolvimento económico, social e territorial através dos fundos estruturais e de coesão associados à política de coesão da União Europeia. (Vide Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio, e Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2013, de 14 de junho).

Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) — Documento estratégico para o período 2007-2013, que enquadra a concretização em Portugal de políticas de desenvolvimento económico, social e territorial através dos fundos estruturais e de coesão associados à política de coesão da União Europeia. (Vide Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2007, de 28 de junho).

R

Recebimentos (ótica de caixa) — Entrada de meios monetários resultantes de um direito.

Receita consignada — Receita que, a título excecional e por determinação legal, é afeta a despesas pré-determinadas.

Receita cobrada — Entrada de fundos na tesouraria do Estado que determina um aumento do seu património, sendo estes fundos afetos à cobertura da despesa orçamental.

Receita efetiva — As receitas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros. A forma de cálculo para os diversos subsectores das Administrações Públicas é a seguinte:

Total da soma dos capítulos da classificação económica de receita orçamental, com exclusão dos «ativos financeiros», «passivos financeiros» e «saldos de gerência». (Vide Classificador Económico das receitas e das despesas públicas — Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro).

Receita própria — Cobranças efetuadas pelos serviços ou organismos do Estado, resultantes da sua atividade específica, da administração e alienação do seu património e quaisquer outras que por lei ou contrato lhes devam pertencer, e sobre as quais detêm poder discricionário no âmbito dos respetivos diplomas orgânicos.

Receitas correntes — Referem-se às receitas que se renovam em todos os períodos financeiros.

Receitas fiscais — Receitas provenientes de impostos, sendo o financiamento que o setor público extrai do setor privado sob a forma coerciva, como meio de contribuir para o financiamento geral da atividade pública.

Recurso baseado nos plásticos — Resulta da aplicação de uma taxa de mobilização uniforme ao peso dos resíduos de embalagens de plástico não reciclados gerados em cada Estado-Membro da União Europeia.

Recurso Próprio baseado no imposto sobre o valor acrescentado (IVA) — Resulta de uma percentagem uniforme aplicável à base tributável de IVA harmonizada de cada Estado-Membro da União Europeia.

Recurso Próprio baseado no rendimento nacional bruto (RNB) — Decorre de uma percentagem uniforme aplicada ao RNB de cada Estado-Membro da União Europeia.

Recursos Próprios Tradicionais (RPT) — Consistem maioritariamente em direitos que são cobrados nas importações de produtos provenientes de países terceiros.

Reembolso (da receita) — Resulta do próprio mecanismo de funcionamento normal da receita e ocorre quando, na sequência do processo declarativo inicialmente conduzido pelo devedor, posteriormente confirmado pela entidade administradora, aquele se apresenta como credor perante o Estado, por pagamento em montante superior ao devido havendo lugar ao reembolso de uma determinada importância.

Restituição (da receita) — Corresponde à entrega ao devedor do montante já pago por este, quando se prove que a entidade administradora da receita liquidou indevidamente a receita em causa, ou quando se verifique que não a devia ter recebido, no caso de autoliquidação, ou ainda quando, por erro do contribuinte, este a tenha pago mais do que uma vez.

Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais (RFALEI) — Aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014, vem substituir a Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 janeiro).

Remunerações certas e permanentes — Consideram-se todas as remunerações pagas como forma principal de retribuição dos trabalhadores em funções públicas, assumindo assim um caráter certo e permanente.

Reposições não abatidas aos pagamentos — Corresponde a entradas de fundos na tesouraria do Estado/organismo em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou por não terem sido utilizados pelas entidades que os receberam. (Vide Classificador Económico das receitas e das despesas públicas — Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro).

Rubrica de classificação económica — Item de receita ou despesa pública que tem associado um dado código e uma designação segundo uma classificação por natureza da operação económica que lhe dá origem.

S

Saldo Corrente — Diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

Saldo Capital — Diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

Saldo Global — Diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva. Este saldo evidencia a necessidade de recurso ao endividamento (défice) ou a capacidade de redução do endividamento (excedente).

Saldo Primário — Diferença entre a receita efetiva e a despesa primária.

Saldo Orçamental (saldo de gerência anterior) — Diferença entre receita e despesa orçamental total, executados na gerência (ano) anterior.

Saldo Orçamental (saldo de gerência seguinte) — Diferença entre receita e despesa orçamental total, executados no final da gerência (ano) atual.

Serviços e Fundos Autónomos (SFA) — Organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, regime que assume um caráter excecional face à regra geral (autonomia administrativa). Excluindo os casos em que tal decorre de imperativo constitucional, este regime apenas pode ser atribuído a serviços que satisfaçam cumulativamente certos requisitos: não tenham natureza e forma de empresa, fundação ou associação públicas; quando se justifique para a adequada gestão (em particular a gestão de fundos comunitários); e as suas receitas próprias atinjam um mínimo de dois terços das despesas totais, com exclusão das despesas cofinanciadas pela União Europeia. (*Vide* artigo 2.º da Lei n.º 151-2015, de 11 de setembro — Lei de Enquadramento Orçamental —, na sua redação atual, e artigo 6.º da Lei de Bases da Contabilidade Pública — Lei n.º 8/90, de 20 de fevereiro).

Serviços integrados (SI) — Organismos da Administração Central que dispõem de autonomia administrativa nos atos de gestão corrente. Corresponde ao denominado subsetor Estado. (*Vide* artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental e artigo 2.º da Lei de Bases da Contabilidade Pública — Lei n.º 8/90, de 20 de fevereiro).

Serviços correntes — Serviços de natureza corrente prestados ou adquiridos por uma entidade. Ao conceito serviço estão associadas quatro características: intangibilidade, inseparabilidade do serviço face ao seu fornecedor, variabilidade — a qualidade depende do fornecedor bem como quando, onde e como é fornecido e perecibilidade —, não podendo ser armazenados para venda ou posterior uso.

Swap de taxa de juro — Contrato negociado, em mercado não regulamentado, que consiste na troca de um fluxo fixo por um fluxo variável, normalmente uma taxa de juro fixa por uma taxa de juro variável (normalmente acrescida de um *spread*; por exemplo, Euribor +/- *spread*). (*Fonte: Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E.P.E.*).

Subsídios — Fluxos financeiros não reembolsáveis do Estado para as empresas públicas (equiparadas ou participadas) e empresas privadas, destinadas ao seu equilíbrio financeiro e à garantia, relativamente ao produto da sua atividade, de níveis de preços inferiores aos respetivos custos. Consideram-se ainda «subsídios» as compensações provenientes das políticas ativas de emprego e formação profissional. (*Vide* Classificador Económico das receitas e das despesas públicas — Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro).

T

Transferências correntes — Verbas destinadas a quaisquer organismos ou entidade, para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com o organismo dador. (*Vide* Classificador Económico das receitas e das despesas públicas — Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro).

Transferências de capital — Recursos financeiros que se destinam a financiar despesa de capital das unidades receptoras. (*Vide* Classificador Económico das receitas e das despesas públicas — Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro).

C. Siglas e Acrónimos

AC	Administração Central	IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
ACSS	Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.	IMT	Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
ADSE	Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P.	INE	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
AP	Administrações Públicas	INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.
APMC	Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas	IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
AR	Administração Regional	IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira	ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos
BCP	Banco Comercial Português	ISV	Imposto sobre Veículos
BES	Banco Espírito Santo	IT	Imposto sobre o Tabaco
BPI	Banco Português do Investimento	IUC	Imposto Único de Circulação
BT	Bilhetes do Tesouro	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
CE	Comissão Europeia	LPM	Lei de Programação Militar
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	OE	Orçamento do Estado
CEDIM	Certificados Especiais de Dívida de Médio e Longo Prazo	OT	Obrigações do Tesouro
CELE	Comércio Europeu de Licença de Emissão	pp	Ponto percentual
CESE	Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético	PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
CGA	Caixa Geral de Aposentações, I.P.	PAEL	Programa de Apoio à Economia Local
CN	Contabilidade Nacional	PART	Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos
CP	Contabilidade Pública	PIB	Produto Interno Bruto
DGAL	Direção-Geral das Autarquias Locais	PPP	Parceria Público Privada
DGO	Direção-Geral do Orçamento	PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	PSI	Prestação Social para a Inclusão
DMIS	Declaração Mensal de Imposto do Selo	RAA	Região Autónoma dos Açores
DROT	Direção Regional do Orçamento e Tesouro	RAM	Região Autónoma da Madeira
DUC	Documento Único de Cobrança	RCM	Resolução do Conselho de Ministros
EM	Estados-Membros	RCP	Remuneração do Contrato Programa
EPE	Entidade Pública Empresarial	REACT-EU	Assistência da Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa
EPR	Entidades Públicas Reclssificadas	RNAP	Reposições não abatidas aos pagamentos
EO	Entidade Orçamental	RNB	Rendimento Nacional Bruto
ETF	Entidade do Tesouro e Finanças	RPT	Recursos Próprios Tradicionais
FPCGD	Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos	RTP	Rádio e Televisão de Portugal, S.A.
FBCF	Formação bruta de capital fixo	SEC	Sistema Europeu de Contas
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural	SEN	Sistema Elétrico Nacional
FEAMP	Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e das Pescas	SFA	Serviço e Fundo Autónomo
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	SGPS	Sociedade Gestora de Participações Sociais
FEFF	Fundo Europeu de Estabilização Financeira	SIED	Serviços de Informações Estratégicas de Defesa
FEFSS	Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social	SIAL	Sistema Integrado de Informação da Administração Local
FET	Fundo de Estabilização Tributário	SIS	Serviço de Informações de Segurança
FMI	Fundo Monetário Internacional	SISAL	Sistema de Informação para o Subsetor da Administração Local
FSE	Fundo Social Europeu	SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas
IABA	Imposto sobre o Alcool e as Bebidas Alcoólicas	SNS	Serviço Nacional de Saúde
IAPMEI	Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	SS	Segurança Social
IEC	Impostos Especiais sobre o Consumo	TSU	Taxa Social Única
IEFP	Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P.	UE	União Europeia
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.		
IFRRU	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas		
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, E.P.E.		
IGEFJ	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.		

FIM DO DOCUMENTO

SEO SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS / ENTIDADE ORÇAMENTAL

Rua da Alfândega, n.º 5, 2.º

1149-004 Lisboa

<https://www.eo.gov.pt/execucaoorcamental>